



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos
Deputados

ação parlamentar

HOMOFOBIA NAS ESCOLAS



Comissão de Legislação Participativa
..... Brasília | 2010

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2010

Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocêncio Oliveira

3º Secretário

Odair Cunha

4º Secretário

Nelson Markezelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão de Legislação Participativa

HOMOFOBIA NAS ESCOLAS

Audiência Pública realizada pelas Comissões de Legislação Participativa e de Educação e Cultura, em 22 de outubro de 2009.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2010

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Sílvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor José Oliveira Anunciação

Projeto gráfico Racso

Diagramação Janaina Coe

Capa Janaina Coe

Ilustração SEPRE/SECOM

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 421

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Legislação Participativa. Homofobia nas escolas. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 128 p. – (Série ação parlamentar ; n. 421)

ISBN 978-85-736-5722-7

Audiência pública realizada pelas Comissões de Legislação Participativa e de Educação e Cultura, em 22 de outubro de 2009.

1. Homofobia, Brasil. 2. Discriminação sexual, Brasil. 3. Homossexualidade, discriminação, Brasil. 4. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. I. Título. II. Série.

CDU 316.647.8(81)

ISBN 978-85-736-5722-7 (brochura)

ISBN 978-85-736-5723-4 (e-book)

Sumário

Membros da Comissão de Legislação Participativa (CLP) – 2009	5
Membros da Comissão de Educação e Cultura (CEC) – 2009	7
Equipe Técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2009	10
Apresentação	11
Participantes do Debate	13
Audiência Pública	15
Siglário.....	125

Membros da Comissão de Legislação Participativa (CLP) – 2009

Mesa da Comissão		
Presidente	Roberto Britto	PP (BA)
Vice-Presidentes	Eliene Lima	PP (MT)
	Dr. Talmir	PV (SP)
	Vadão Gomes	PP (SP)

Composição da Comissão		
Titulares		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		
	Eduardo Amorim	PSC (SE)
	Eliene Lima	PP (MT)
	Emilia Fernandes	PT (RS)
	Francisco Praciano	PT (AM)
	Iran Barbosa	PT (SE)
	Janete Rocha Pietá	PT (SP)
	José Carlos Vieira	DEM (SC)
	Jurandil Juarez	PMDB (AP)
	Leonardo Monteiro	PT (MG)
	Pedro Wilson	PT (GO)
	Roberto Britto	PP (BA)
	Vadão Gomes	PP (SP)
PSDB/DEM/PPS		
	Luiz Carlos Setim	DEM (PR)
PSB/PDT/PCdoB/PMN		
	Luiza Erundina	PSB (SP)
	Sebastião Bala Rocha	PDT (AP)
PV		
	Dr. Talmir	PV (SP)

Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angelo Vanhoni	PT (PR)
Fátima Bezerra	PT (RN)
Fernando Ferro	PT (PE)
Lincoln Portela	PR (MG)
Mário de Oliveira	PSC (MG)
Nazareno Fonteles	PT (PI)
Rodrigo Rocha Loures	PMDB (PR)
Sabino Castelo Branco	PTB (AM)
Silas Câmara	PSC (AM)
PSDB/DEM/PPS	
Paulo Bornhausen	DEM (SC)
Rodrigo Maia	DEM (RJ)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Glauber Braga	PSB (RJ)
João Dado	PDT (SP)
Informações	

Secretária: Sonia Hypolito

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122

Telefones: 3216-6692 / 6693

FAX: 3216-6699

Email: clp@camara.gov.br

Membros da Comissão de Educação e Cultura (CEC) – 2009

Mesa da Comissão

Presidente	Maria do Rosário	PT (RS)
Vice-Presidentes	Fátima Bezerra	PT (RN)
	Lobbe Neto	PSDB (SP)
	Alice Portugal	PCdoB (BA)

Composição da Comissão

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Alex Canziani	PTB (PR)
Angelo Vanhoni	PT/PR)
Antônio Carlos Biffi	PT (MS)
Bel Mesquita	PMDB (PA)
Carlos Abicalil	PT (MT)
Fátima Bezerra	PT (RN)
Gastão Vieira (*)	PMDB (MA)
Iran Barbosa	PT (SE)
João Matos	PMDB (SC)
Joaquim Beltrão	PMDB (AL)
Joseph Bandeira	PT (BA)
Lelo Coimbra	PMDB (ES)
Maria do Rosário	PT (RS)
Neilton Mulim	PR (RJ)
Nilmar Ruiz	PR (TO)
Oswaldo Biolchi	PMDB (RS)
Professor Setimo	PMDB (MA)
Raul Henry	PMDB (PE)
Reginaldo Lopes	PT (MG)

PSDB/DEM/PPS	
Clóvis Fecury	DEM (MA)
Jorginho Maluly	DEM (SP)
Lobbe Neto	PSDB (SP)
Pinto Itamaraty	PSDB (MA)
Rogério Marinho	PSDB (RN)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Alice Portugal	PCdoB (BA)
Ariosto Holanda	PSB (CE)
Átila Lira	PSB (PI)
Paulo Rubem Santiago	PDT (PE)
Wilson Picler	PDT (PR)
PRB	
Marcos Antonio	PRB (PE)
Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angela Portel	PT (RR)
Charles Lucena	PTB (PE)
Elismar Prado	PT (MG)
Emiliano José	PT (BA)
Eudes Xavier	PT (CE)
Fernando Nascimento	PT (PE)
Geraldo Resende	PMDB (MS)
Jairo Carneiro	PP (BA)
José Linhares	PP (CE)
Marcelo Almeida	PMDB (PR)
Mauro Benevides	PMDB (CE)
Osmar Serraglio	PMDB (PR)
Pedro Wilson	PT (GO)
Roberto Alves	PTB (SP)
Rodrigo Rocha Loures	PMDB (PR)
Severiano Alves	PMDB (BA)

PSDB/DEM/PPS	
Eduardo Barbosa	PSDB (MG)
Eleuses Paiva	DEM (SP)
Lira Maia	DEM (PA)
Luiz Carlos Setim	DEM (PR)
Narcio Rodrigues	PSDB (MG)
Paulo Magalhães	DEM (BA)
Professor Ruy Pauletti	PSDB (RS)
Professora Raquel Teixeira	PSDB (GO)
Raimundo Gomes de Matos	PSDB (CE)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Dr. Ubiali	PSB (SP)
Lídice da Mata	PSB (BA)
Luiza Erundina	PSB (SP)
PV	
José Fernando Aparecido de Oliveira	PV (MG)
Marcelo Ortiz	PV (SP)
Informações	

Secretária: Anamélia Ribeiro C. de Araújo
 Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
 Telefones: 3216-6625/6626/6627/6628
 FAX: 3216-6635

(*) = deputado(a) não está no exercício do mandato.

Equipe Técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2009

Sonia Hypolito

Adriana Lima Amaral Moura

Aldenir Áurea da Silva

Aldo Matos Moreno

Angelita Juvenal de Almeida

Cibele de Fátima Morais Rocha

Cláudio Ribeiro Paes

Christhiano Santos

Eduardo Felício Barbosa

Eliana Teixeira Gaia

Fernanda Xavier Silva

Gisele Villas Boas

Heloisa Helena Soares Abadia

João Paulo Borges da Silva

Marilena Tavares Nunes

Nilma Martins Calazans

Robson Pereira da Rocha Silva

Adolescentes

**Alexandre Vinícius Pereira
Magalhães**

Thaís Nunes Feitosa

Apresentação

A homofobia pode ser definida como rejeição, aversão, medo ou ódio irracional a lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Esse comportamento intolerante em relação à diversidade sexual tem resultado em assassinatos e suicídios de pessoas LGBT em todo o mundo e na negação do livre exercício da cidadania para segmento da sociedade.

As consequências da homofobia na escola incluem a evasão escolar, a desistência dos estudos, a resultante falta de qualificação para o mercado de trabalho, a discriminação na busca por emprego e a marginalização social. Em alguns casos, a perseguição na escola tem levado jovens LGBT a se suicidarem.

A escola é um espaço privilegiado de discussão e conhecimento, que deve utilizar todas as oportunidades para formar cidadãos plenos em seus direitos e deveres, abrindo o caminho para uma sociedade plural e justa, na qual cada cidadão veja-se respeitado na sua forma única de ser.

A Comissão de Legislação Participativa sente-se honrada em promover esta Audiência Pública para discutir o comportamento homofóbico nas escolas, na esperança de que o bálsamo da tolerância, em todos os seus aspectos, seja derramado sobre toda a nossa sociedade.

*Deputado Roberto Britto – PP/BA
Presidente da Comissão de Legislação Participativa*

Participantes do Debate

ANDRÉ LÁZARO	Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC)
ANDRÉ RODRIGUES "DECO" RIBEIRO	Representante do Conselho Nacional de Juventude LGBT
ANDREA ROSSATO	Assessora de Políticas Públicas GLBT do Governo do Estado do Ceará
ANGELA CARDOSO	Representante da ONG SOMOS, Porto Alegre/RS
CAIO VARELA	Militante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca)
CARLOS LAUDARI	Diretor da Pathfinder do Brasil
DALIO ZIPPIN FILHO	Representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
EDITH MODESTO	Representante do Grupo de Pais e Mães de Homossexuais
LAURO MODESTO	Coordenador-Geral do Projeto Purpurina; representante do Grupo de Pais e Mães de Homossexuais e professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP)
MARCOS ELIAS MOREIRA	Presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás
MARCUS ALBERTO MOURA MACIEL	Professor e diretor de escola pública e fundador da ONG Instituto Ser Diferente É Ser Legal (Isdel), Distrito Federal
MARIA REBECA OTERO GOMES	Oficial de Projetos da Unesco
MITCHELLE BENEVIDES MEIRA	Coordenadora em Diversidade Sexual na Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza
PEDRO PAULO BICALHO	Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro

PERLA RIBEIRO	Coordenadora Executiva do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (Cedeca/DF)
RAFAELLY WIEST	Diretora da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)
ROBERTO DE JESUS	Educador
ROSILEA MARIA R. WILLE	Representante do Ministério da Educação (MEC)
TATIANA LIONÇO	Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Homofobia e Educação (Anis)
TEREZINHA TORRES	Representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes)
TONI REIS	Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

Apoio

Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT

ABGLT e entidades parceiras

Projeto Escola Sem Homofobia

Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Centro Paranaense da Cidadania (CEPAC) – Projeto Aliadas.

Audiência Pública

Foto: Luiz Alves



Dep. Carlos Abicalil, Sr. Toni Reis, Dep. Iran Barbosa, Dep. Fátima Bezerra, Sra. Rafaelly Wiest.

Foto: Luiz Alves



Sra. Perla Ribeiro, Sr. Carlos Laudari, Dep. Fátima Bezerra, Sra. Edith Modesto, Sra. Tatiana Lionço, Sr. Dalio Zippin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Bom dia!

Vamos dar início à nossa reunião de audiência pública conjunta, das Comissões de Legislação Participativa e de Educação e Cultura, desta Casa.

Essa reunião de audiência pública foi originada a partir do Requerimento nº 251/2009, aprovado na Comissão de Educação e Cultura, de autoria da Deputada Fátima Bezerra e dos Deputados Iran Barbosa, deste que agora está na Presidência dos trabalhos, e de Carlos Augusto Abicalil; e também do Requerimento nº 88/2009, da Comissão de Legislação Participativa, que é também de nossa autoria, minha e da Deputada Fátima Bezerra.

Esta reunião foi convocada para debatermos um tema que reputamos de fundamental importância. E temos de nos debruçar sobre ele não apenas para identificá-lo, mas sobretudo para superá-lo: a homofobia nas escolas brasileiras.

Então, declaro aberta esta reunião de audiência pública.

Neste momento, quero destacar que o que nos motiva especialmente para este debate é o fato de compreendermos que o nosso País, a nossa sociedade, como um todo, não avançará se não houver respeito à diversidade, se nós não compreendermos que o ser humano nasceu, existe e se manifesta das suas mais diversificadas formas, e que essas formas de se manifestar, de se entender e de se viver têm de ser respeitadas. Nós entendemos que a tolerância, o respeito, a compreensão da diversidade são elementos indispensáveis para que o processo civilizatório avance. Nós não teremos avanço em nossa sociedade enquanto mantermos os baixos níveis de tolerância que ainda mantemos. Porque é a intolerância que produz fenômenos históricos que nós não queremos ver repetidos — fenômenos históricos que nos atingem atualmente e que nós precisamos enfrentar para superar. E julgamos que o espaço onde menos deveria haver essa intolerância é o da formação educacional. Portanto, reconhecemos que a escola está eivada também desses sintomas.

É claro, é compreensível: a escola não é uma célula isolada em nossa sociedade. A escola é um espaço, é uma caixa de ressonância do que temos na sociedade. Então, não é surpreendente que se identifique dentro das escolas uma realidade de preconceito e

de discriminação. Não é surpreendente porque a sociedade é assim. Agora, é preocupante. Porque a escola tem que ser o espaço que busque discutir os problemas da sociedade, na perspectiva de superá-los, de encontrar alternativas de superação.

É neste sentido que nós estamos propondo esta reunião de audiência pública: para que possamos efetivamente nos debruçar sobre os dados e, a partir dessa análise, e na condição de Parlamentares, podermos atuar, enfrentando esse nível de problema, especialmente aqueles que têm evidentemente uma identidade muito grande com as questões educacionais, mas também com as questões ligadas aos direitos humanos. Porque nós vamos tratar aqui de um tema específico, que é a homofobia nas escolas.

Nós todos que estamos aqui sabemos que a homofobia não é um fenômeno isolado, mas que faz parte de um contexto que é bem mais amplo. E nós precisamos entendê-lo. Por exemplo, as pesquisas estão apontando que é muito sintomático sabermos que o nível de discriminação e de preconceito nas escolas aproxima, digamos assim, setores que, na sociedade como um todo, são discriminados. Então, não é também surpreendente para nós identificar, por exemplo, que, entre os alunos, os níveis maiores de preconceito e de discriminação atingem os pobres, os negros e os homossexuais.

Percebemos, portanto, que há um contexto em que a discriminação e o preconceito atingem grupos que tradicionalmente em nossa sociedade são de excluídos e discriminados.

Entre os professores, o preconceito e a discriminação atingem mais os idosos, os homossexuais e também as mulheres.

De novo, identificamos grupos que, em nossa sociedade, são normalmente tratados de forma a não serem contemplados com os avanços sociais, enfim, com tudo que nós entendemos precisar haver.

Entre os funcionários, os mais discriminados são os pobres, os idosos e os negros.

Percebemos que a discriminação nas escolas atinge, de forma grave, os homossexuais, mas também que ela se associa a um conjunto de discriminações.

Esta é a realidade da nossa sociedade brasileira.

Por último, para nós compormos a Mesa, gostaria de chamar a atenção para um aspecto que para nós, educadores, tem relevância, e é importante também para as análises que vamos fazer: é que, nas escolas onde se identificou maior nível de preconceito e de discriminação, os alunos foram também os que tiveram menores rendimentos na Prova Brasil, por exemplo. As pesquisas apontam para isso. O que significa dizer que esse dado precisa ser analisado, para que nós compreendamos como o nível de preconceito e discriminação termina gerando uma espécie de limite, de impedimento, em meio aos tantos problemas que a nossa sociedade enfrenta.

Portanto, é tarefa de todos nós buscar superar o preconceito e, especialmente, esse nível de homofobia na escola brasileira.

Antes, porém, de chamar os nossos colegas expositores que virão aqui compor a Mesa, quero convidar a todas e a todos que se encontram aqui presentes para que nós possamos assistir a um vídeo que já está aí, suponho, pronto para a exibição.

Peço, então, licença a todos para que possamos assistir ao vídeo. Em sequência, comporemos a Mesa.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Sobre esse vídeo, difícil, na verdade, é a vida, é procurar superar essa realidade dura que herdamos de uma história marcada por preconceitos, discriminação, uma história marcada por um patriarcalismo que gerou tantos problemas; uma história marcada também por um patrimonialismo que gerou outra série de problemas.

A nossa tarefa aqui é tentar ir rompendo aos poucos com esse histórico.

Então quero, neste momento, com muita satisfação, convidar para compor a Mesa de Abertura, a Deputada Fátima Bezerra, que está entre os autores do requerimento e que representa, nesta solenidade, a Comissão de Legislação Participativa. Convido S.Exa., com muita satisfação, para vir compor a Mesa.

Neste momento, S.Exa. está dando uma entrevista, mas já está convidada para sentar à mesa.

Quero convidar também o Deputado Carlos Augusto Abicalil, representante da Frente Parlamentar pela Cidadania de *Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais* e *Transgêneros* (GLBT), que está chegando a esta audiência pública e participará aqui conosco da Mesa de Abertura.

Convido igualmente a Sra. Rafaelly Weist, representante da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Sinta-se à vontade, Rafaelly, e muito bem acolhida entre nós.

Informo que já está conosco a Deputada Fátima Bezerra.

Convido ainda o Sr. Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de *Gays*, *Lésbicas*, *Travestis* e *Transexuais* (ABGLT), para também participar aqui conosco da Mesa de Abertura.

Anuncio a presença da colega Deputada Cida Diogo, militante da causa dos direitos humanos, e também do Deputado Pedro Wilson, que já está aqui conosco.

A Deputada Cida Diogo já justifica antecipadamente que, em razão de compromisso anteriormente assumido, vai ter de se retirar daqui a pouco, mas todos sabemos do seu comprometimento com tudo o que estaremos discutindo aqui.

Aproveito sua presença para parabenizar a categoria médica pela aprovação, ontem, da lei que regulamenta a profissão, mas quero parabenizar a nobre colega especialmente pela visão mais ampla em relação à questão da saúde, o que foi demonstrado no trabalho em que conseguimos aprovar uma lei que preserva outras profissões também fundamentais para a democratização do acesso à saúde em nosso País.

Portanto, por seu intermédio, parabenizo toda a classe médica e todos os trabalhadores da área da saúde, que são fundamentais para todos nós.

Muito bem. Composta a Mesa, aqui já devidamente integrada, quero comunicar aos presentes que, devido à amplitude que este debate terá, vamos ter de ser um pouquinho cuidadosos com o tempo.

Cada expositor desta Mesa de Abertura deverá limitar-se ao tema em debate e disporá do prazo de 5 minutos, não podendo ser apartado nesse momento.

Sei que o tempo é curto, mas terá de ser assim em razão exatamente da abrangência do tema e do número dos convidados.

Então, tendo sido esclarecidas as regras, passamos às exposições.

Com muita satisfação, passo a palavra à Deputada Fátima Bezerra, também autora de um dos requerimentos que geraram a realização desta audiência pública.

Antes, porém, aproveito para agradecer aos nobres colegas Parlamentares da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Legislação Participativa que aquiesceram a nossa proposta e permitiram, com o seu voto, a realização desta reunião.

Então, com a palavra a Deputada Fátima Bezerra, que, para sua exposição, terá 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, inicialmente, quero dar o meu bom-dia. a todos.

Cumprimento o Presidente, Deputado Iran Barbosa, que, comigo e com o Deputado Carlos Abicalil, foi autor de um dos requerimentos que originaram a presente audiência pública.

De forma muito carinhosa, cumprimento o companheiro Toni Reis, aqui representando a ABGLT, e a companheira Rafaelly, da Antra.

O meu abraço a cada uma e a cada um de vocês.

Trago também a saudação do Deputado Roberto Britto, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, da qual faço parte, e da Deputada Maria do Rosário, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da nossa Casa, Comissão da qual também faço parte, na condição, inclusive, de 1ª Vice-Presidenta.

Esta audiência pública é uma iniciativa das duas Comissões. E tanto a Deputada Maria do Rosário quanto o Deputado Roberto Britto gostariam muito de estar presentes, mas, infelizmente, não lhes foi possível participar deste evento.

De qualquer maneira, é importante ressaltar o compromisso que a Comissão de Legislação Participativa e a Comissão de Educação e Cultura têm exatamente com o debate acerca da questão da homofobia.

E esse compromisso não é de hoje. O Toni Reis e as demais lideranças do movimento sabem que, já de algum tempo — não é, Toni? —, estas Comissões têm aberto as suas portas exatamente para acolher, para realizar o debate, enfim, para fazer a reflexão acerca dessa temática que é muito importante e que merece naturalmente a reflexão e, portanto, o olhar de carinho e de compromisso de todos nós.

Há pouco, falando para a imprensa, uma jornalista me perguntou: “*Mas a senhora acha que o problema da homofobia ainda é, por exemplo, muito presente nas escolas, no meio educacional brasileiro?*”. Infelizmente, tive de responder: “Claro que sim”. As pesquisas inclusive têm demonstrado isso. O que estamos abordando aqui não é na base do eu acho que é assim ou eu acho que é daquele jeito. Não! São pesquisas que, na verdade, mostram retratos que nos deixam preocupados e tristes. Porque é assim que ficamos quando uma pesquisa revela que 40% dos alunos, por exemplo, não gostam de ter na sua sala de aula um colega, por exemplo, que seja homossexual, ou, ainda, que os pais desses alunos também não gostariam que os seus filhos convivessem com um aluno homossexual dentro da sala de aula. No caso dos próprios professores, quase 50% deles também revelam que já presenciaram cenas de discriminação homossexual dentro da sala de aula.

E o mais preocupante é que quase 60% dos professores admitem que não têm preparo suficiente para lidar com essa situação.

Daí, eu dizia há pouco, a importância, por exemplo, das políticas em curso e que o papel do movimento social e inclusive deste Parlamento é o de cobrar, é o de pressionar para que essas políticas avancem cada vez mais, para que elas tenham, até mesmo, dinheiro, orçamento, porque elas precisam ser ampliadas. E isso porque essas políticas, claro, são adequadas e necessárias.

Entre essas políticas de que eu falo aqui estão, por exemplo, o Programa Nacional *Brasil sem Homofobia* e o programa voltado para a questão da homofobia nas escolas. A propósito, aproveito para ressaltar o empenho do Ministério da Educação (MEC) nesse sentido, por meio de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).

O Prof. André Lázaro, inclusive, vai estar conosco no seminário que acontecerá hoje. A Secad tem tido, na verdade, muita sensibilidade para com essa temática.

Portanto — ouviu, Deputado Iran Barbosa? —, é necessário que essa preocupação esteja presente no Plano Nacional de Formação Inicial e Continuada, um plano inclusive ousado hoje em curso em nosso País. E assim o digo, porque há muitos professores por este País afora ainda leigos, professores que não tiveram acesso ainda, por exemplo, à licenciatura. Esse Plano Nacional de Formação Inicial e Continuada vem, portanto, para responder a essa situação. Os recursos estão assegurados.

A Formação Inicial e Continuada, portanto, tem de se ater a essa temática. A temática da questão de gênero é a temática da questão da diversidade da sexualidade, ou seja, é preciso cada vez mais cuidado com a questão dos conteúdos didáticos, dos conteúdos curriculares; é preciso banir cada vez mais, Deputada Cida Diogo, qualquer conteúdo curricular que venha com conotação de discriminações, de preconceitos tanto da questão de gênero quanto da questão da diversidade sexual. Tudo isso é algo muito desafiador, é algo que requer a participação de todos nós. O movimento social realizando seu papel e o Poder Público cumprindo com seu dever.

O Deputado Carlos Abicalil, que chegou há pouco, é também um dos autores desta audiência.

Em nome da Comissão de Educação e da Comissão de Legislação Participativa, quero concluir nossa participação nesta solenidade de abertura, agradeço a todos os convidados e digo o quanto é importante suas presenças. O caminho é esse.

O tema da reunião, conforme o *Folder*, é: *Venha discutir o papel da escola na promoção de novos valores e atitudes de respeito e paz.*

O Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, não pode se omitir, não pode, de maneira alguma, dar as costas para um debate dessa natureza. É papel desta Casa, é papel do Congresso Nacional discutir, refletir. Afinal de contas, a escola é um espaço muito sagrado para a vida de todos nós. Na verdade, ela é nossa segunda casa. Ela tem de estar preparada para não deixar que dentro dela, de repente, floresça preconceito, discriminação,

ódio. Pelo contrário, ela tem de estar cada vez mais preparada para acolher os ensinamentos, para colher o debate acerca dos valores referentes à generosidade, à tolerância, ao respeito, ao amor, ao compromisso. É para isso que a escola existe.

Enfim, bom debate, boa discussão para todos nós no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Deputada Fátima Bezerra. V.Exa. é apaixonada pelas questões educacionais e nos envolve com essa paixão.

Queria aproveitar para registrar a presença dos Deputados Professor Setimo, Paulo Rubem Santiago e Carlos Abicalil, representante da Frente Parlamentar pela Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), também signatário de um dos requerimentos que permite a realização desta reunião de audiência pública, a quem, com muita satisfação, quero passar a palavra para também fazer sua saudação, durante 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL – Bom dia, senhoras e senhores.

Quero, em nome dos companheiros Iran e Toni, saudar a todos os participantes deste seminário, que é desafiado para parafrasear o título do livro, que recebi há pouco, a exercitar a principal reação que precisamos ter ao desafio do silêncio no tema de educação e homofobia.

Ao me dirigir para cá, lembrei-me de uma canção, que se canta muito em Mato Grosso, que faz memória dos tempos de revolução. Um dos trechos finais do poema diz: *O coração fica aflito, bate uma, a outra falha.*

E os olhos repletos d'água vão apontando emoções que seguramente, no afazer cotidiano de profissionais da educação, de pais e mães de estudantes no Brasil e fora do Brasil e de estudantes de todos os recantos do País das mais diversas origens sociais e das mais diversas tradições culturais, enfrentamos seguramente talvez esse que seja o maior desafio da naturalização e do silêncio atinentes às inúmeras formas de violência contra as pessoas, notadamente aquelas mais silenciadas e naturalizadas no que diz respeito à sua condição de gênero.

Por essa razão, um seminário como o de hoje, realizado aqui na Câmara dos Deputados uma vez mais, traz presente o tema da

superação do silêncio. Aqui é o lugar da voz e da palavra, tendo em vista que uma das principais atribuições de nós Deputados ou Deputadas é exatamente o exercício da palavra. No momento em que recebemos não apenas a valorosa militância do movimento pelo direito LGBT, pela liberdade de exprimir inclusive aquilo que é mais próprio do ser humano, que é a sua sensibilidade, nas mais diversas formas de expressão, seguramente um dos pontos de encontro necessários, um dos ambientes públicos de convivência mais visitados por milhões de pessoas que convivem por anos seguidos, todos os dias, por pelo menos 4 horas, é exatamente a praça conhecida com o nome de escola. E dentro dela, repito aqui, não apenas as expectativas externas aos seus muros e paredes, como as expectativas internalizadas de profissionais da educação, dos estudantes, de pais e mães, de familiares, nas mais diversas formas de constituir família, superando inclusive os conteúdos clássicos dos livros didáticos e os preconceitos externos da exploração midiática interessada em criminalizar posicionamentos que porventura ousem discutir conceitos e posições já cristalizadas e consolidadas.

Nessa direção o seminário que hoje organizamos, por iniciativa conjunta assinada por mim, pelo Deputado Iran Barbosa e pela Deputada Fátima Bezerra, seguramente coloca a Câmara dos Deputados na condição de exercer uma outra tarefa para além de falar, que é a de ouvir, de prestar atenção, de colocar sentido, de apreender e de algum modo de nos preocupar, Deputada Cida Diogo, com a preparação da sociedade, razão pela qual estamos aqui. É diferente dos relacionamentos sociais que hoje criminalizam a condição do gênero, que hoje silenciam as diferenças que vivenciamos a cada dia nas mais diversas formas de assédio moral para aquelas que estão descritas na lei e para aquelas que não estão descritas na lei, nas formas de gestos, expressões, palavras, comportamentos que no interior da escola vão formando a condição de vítimas e a expressão de sofrimento psíquico e humano de milhões de pessoas. E não estamos isentos, aqueles que somos profissionais da educação, habilitados a trabalhar com essas condições de convivência, onde essas formas de expressão não podem ser ocultadas por mais que se tentem silenciá-las.

Quem convive hoje com a população de jovens, adolescentes e adultos das escolas públicas e privadas do Brasil, pois não é um privilégio das escolas públicas, sabe dimensionar bastante bem a intensidade com que tais temas afloram no interior das nossas condições de convivência humana. E é provável que um seminário como esse que reverte a condição de silêncio possa provocar alguma reação em atores de políticas públicas, de exercício profissional, de dirigentes de instituições acadêmicas e educacionais, de projetos político-pedagógicos, de formulação de conteúdos objetivos e metodologias, de dinâmicas escolares e ensurdeça aqueles que teimam ainda em permanecer sem a voz da diversidade.

Por essa razão é que tenho a mais firme convicção de que o seminário de hoje fará com que o silêncio de algum modo se rompa e aqueles que, porventura, tenham os seus ouvidos, a sua boca, o seu olhar, a sua pele ainda impermeáveis a esse sofrimento humano, seguramente alterem a sua forma de comportamento, porque o grito não silencia. E a realidade da convivência nos desafia a cada tempo a obter um patamar superior de humanização dessa praça pública de direitos e de formação de cidadania que se chama escola.

Por isso, ao participar da abertura desse seminário, saio daqui na tarde de hoje, antes do seu encerramento lamentavelmente, em razão de compromissos no Estado do Mato Grosso, com a absoluta convicção de que esta é apenas mais uma etapa. Muito ainda teremos de se fazer para que esse silêncio seja eloquente e o seu incômodo não nos deixe esquecer os temas de afirmação dos nossos direitos.

Muito obrigado. Feliz seminário para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Deputado Carlos Abicalil. Agradeço a sua participação na abertura.

Passo imediatamente a palavra à Rafaelly Wiest, que é Diretora da Antra, Articulação Nacional de Travestis e Transexuais.

A SRA. RAFAELLY WIEST – Primeiramente bom dia a todos e cumprimento as Deputadas e os Deputados, na pessoa do Deputado Iran Barbosa.

Venho falar em nome da Antra — infelizmente a nossa Presidente Jovanna Baby foi impossibilitada de comparecer —, porque sou a Diretora de Mulheres Transexuais e estou representando a nossa rede que tem 56 filiadas no Brasil inteiro. A Antra é uma rede que trabalha em parceria com a LBGT, mas com a temática específica de pessoas travestis e transexuais. Inevitavelmente, sabemos que essas questões abatem muito quando se fala em ambiente escolar. No Chão da Escola, as pessoas travestis e transexuais muito pouco conseguem se manter dentro do ambiente escolar, porque a evasão é muito grande, o preconceito é muito grande, a exclusão é muito grande, tanto pelo corpo docente, quanto pelos alunos, quanto pela comunidade escolar como um todo.

Venho aqui primeiramente agradecer a presença das companheiras do Paraná na pessoa da Professora Josete, Vereadora de Curitiba, da Dara, que representa o Deputado Professor Lemos, da Melissa, que representa o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, da Secretária do Estado da Educação (Seed) do Paraná, o Dr. Dalio, que é um grande companheiro nosso.

Eu coloco a importância das políticas voltadas como por exemplo o Projeto Aliadas, que trabalha e traz o movimento social para junto do Legislativo. Acho isso de suma importância por conta dessa aproximação, pois assim temos esse acesso e essas oportunidades, como a desta audiência pública nesta Casa.

Eu não vou me alongar muito, deixo a minha parte para o nosso Presidente maior, o Toni, mas quero registrar a importância desta audiência, a importância desse fato histórico de começarmos a pautar essas situações de fato, porque a cada dia que passa, estamos perdendo pessoas, crianças, como aconteceu nesse vídeo que me emociona muito, porque de fato no Chão da Escola estamos matando crianças, travestis e transexuais. Quem convive no Chão da Escola acaba trabalhando e vendo a dor da exclusão que essas crianças sentem. E é algo grave para o que temos de nos atentar de fato e ter políticas públicas emergenciais. A princípio, e sempre pensando em políticas de Estado nessas situações, porque eu penso ser de suma importância esse trabalho voltado para isso e que seja contínuo, se pensarmos agora

em programas contínuos até conseguirmos alcançar uma política de Estado efetiva para de fato sanar essa situação, que é muito complicada e dura, a batalha é grande, mas eu acredito que logo conseguiremos grandes vitórias. Esse é um primeiro passo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Rafaelly. Leve o nosso abraço para a Jovanna Baby e a todos os que compõem a Antra. Aliás, no meu Estado, Sergipe, a Antra é bem atuante. E agradeço a participação de vocês nessa abertura de seminário.

E agora, com muita satisfação também, passo a palavra ao nosso amigo Toni Reis, Presidente da ABGLT, para que também possa se pronunciar nesta Mesa de abertura.

O SR. TONI REIS – Bom dia a todas e a todos. Estou muito feliz. Sinto-me muito à vontade aqui. Já tivemos vários eventos, mas este evento tem uma característica muito peculiar. Nós queremos ser bastante propositivos. Nós estamos aqui para promover uma escola inclusiva e sem preconceito. E, nesse sentido, eu quero fazer os agradecimentos, que acho que é importante, aos nossos parceiros.

Quero agradecer imensamente à Comissão de Legislação Participativa (CLP), que realmente tem uma história aqui nesta Casa. É fundamental. Se hoje nós estamos todos aqui, foi graças à nossa querida Fátima Bezerra, que, em 2006, com a Comissão de Legislação Participativa, conseguiu uma emenda de 3 milhões para a gente fazer o projeto Escola sem Homofobia em parceria com o MEC. Então, Fátima Bezerra, você para a gente está na história da questão da escola sem homofobia e com esse processo.

Quero agradecer imensamente à minha querida amiga Cida Diogo, que nos ajudou a nos articular aqui dentro e tomar esse poder de estar aqui hoje, enquanto movimento, junto. Então, Cida, você tem um grande histórico com a gente.

O Iran Barbosa, nosso professor aqui, o Professor Abicalil, que têm se destacado nessa luta, têm sempre colocado seus mandatos a favor da nossa comunidade, para uma educação, inclusive.

Quero falar do nosso amigo, Professor Setimo, aqui presente, participante, que eu acho que é importante; da Maria do Rosário,

que não pôde estar aqui presente, mas é uma grande batalhadora, e do Deputado Paulo Rubem.

Quero dizer que nós estamos com quinze Estados aqui representados. Nós temos aqui pessoas do Conselho Estadual de Educação dos Estados, Secretarias de Estado da Educação, representantes das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. Quero citar nominalmente, da minha terra, minha querida amiga Josete, que está aqui. Nós pedimos que ela estivesse aqui; o Deputado Lemos, Professor Lemos, do Paraná, não pôde estar aqui mas a sua assessora, a Dara, está aqui presente.

Meu povo querido, nós queremos replicar esta audiência pública que nós estamos fazendo aqui na Câmara e no Senado, nós queremos fazer em todas as Capitais, nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas, sempre em parceria com o Conselho Estadual de Educação, as Secretarias de Educação e o Parlamento. Eu acho que é fundamental. Aqui é importante, mas esse é o pequeno início. Então, eu gostaria já de início pedir a vocês para levarmos essa discussão realmente para nossa base.

Então, obrigado aos Parlamentares, obrigado à nossa Frente Parlamentar, Abicalil. Hoje nós temos 250 Parlamentares que assinaram compromisso com o respeito. Porque o que nós, homossexuais, *gays*, lésbicas, travestis e transexuais queremos é respeito, pessoal. Não precisa aceitação. Se nos aceitarem, vai ser maravilhoso, mas o respeito é o fundamental.

Quero colocar aqui esse vídeo da Profissão Repórter, de dois minutos, que me motivou muito. E nós discutimos muito, pessoal. Uma pessoa chegar ao suicídio pela questão do *bullying*, da violência, de ser chamado... isso, muitos, na nossa comunidade, têm essa questão. Nós temos a pesquisa da Unesco (*United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*). Quero aqui citar a Unesco, que começou com essa pesquisa em 2000, que coloca: 40% dos adolescentes não gostariam de estudar com um *gay*, uma lésbica ou um travesti na sala de aula. Mas esse aqui é o nosso limão e nós vamos fazer disso a limonada.

Conseguimos, com o nosso querido Presidente Lula, a I Conferência Nacional LGBT, que hoje nós temos 180 ações, e agora os meus dois pedidos à nossa frente Parlamentar aqui. Nós pre-

cisamos nos articular. Temos um plano muito interessante, bem feito, participativo, mas nós não temos recursos.

Então, para vocês nos ajudarem a ter os dezoito Ministérios com ações, mas infelizmente não tem recurso. Então, eu gostaria de fazer um apelo. Nós estamos aqui pedindo os recursos para que a gente possa fazer, no Ministério da Educação, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, na Cultura, enfim, que a gente possa estar fazendo. Não sei como vai funcionar a questão das emendas de Comissão, mas esse é o nosso grande pedido, o pedido de orçamento.

E a outra questão, Iran, Abicalil, Cida Diogo, Professor Setimo e Paulo Rubem Santiago, nós estamos numa articulação muito interessante no Senado. Nós precisamos da aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122, que criminaliza a homofobia no Brasil. Então, Deputada Cida Diogo, estamos conversando com todo mundo. Não queremos prender nenhum pastor, não queremos prender nenhum padre. Queremos defender a livre expressão de pensamento de cada um. Só não podemos permitir que a pessoa incite o preconceito e a violação dos direitos humanos. Então, estamos fazendo um acordo: talvez volte para cá o PLC 122. Estamos conversando com todos os setores no Senado. Ontem, tivemos uma reunião com o Ministro Alexandre Padilha, acertando a base aliada para votar favoravelmente. Queremos simplesmente igualar a homofobia ao racismo. É isso o que queremos. Não queremos privilégio: nem mais, nem menos. Direitos iguais, é isso o que queremos.

Desejo uma boa audiência. Que seja um sucesso. Escolhemos os senhores, estamos com *la crème de la crème* da homofobia na escola. Muitas pessoas farão a exposição das pesquisas. Já conversei com várias delas para voluntariamente irem aos Estados e Municípios.

Obrigado a todos. Esperamos construir um Brasil realmente sem homofobia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Muito bem. Obrigado, Toni. Obrigado pelas contribuições permanentes que nos permitem refletir e ampliar nossas ações.

Esta audiência tem um sentido de qualidade muito grande pelo nível de representatividade aqui já exposto pelo Toni. Isso

é muito bom para as nossas Comissões, é muito bom para o Parlamento brasileiro, é muito bom para o debate que fazemos. Sintam-se muito bem acolhidos.

Quero agradecer a todos os componentes da mesa de abertura por suas brilhantes exposições.

Convido minha querida amiga Deputada Fátima Bezerra, uma das autoras do requerimento, para coordenar a primeira mesa de discussão desta audiência.

Encerro minha participação neste momento de abertura. Volto depois. Desejo a todos nós sucesso neste importante debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Vamos dar continuidade imediatamente aos trabalhos.

Com muita alegria, chamo para fazer parte da mesa que debaterá a temática *Sociedade Civil e Homofobia* o Sr. Carlos Laudari, Diretor da Pathfinder do Brasil; Sra. Edith Modesto, representando aqui o Grupo de Pais e Mães de Homossexuais; Sra. Perla Ribeiro, Coordenadora Executiva do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Distrito Federal; Tatiana Lionço, Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Homofobia e Educação, que organizou esse belo trabalho Homofobia e Educação, um Desafio ao Silêncio — seja muito bem-vinda; e também o Sr. Dalio Zippin, representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A nossa Mesa já está formada. Quero também, com muita satisfação, registrar a presença entre nós da Vereadora Profa. Josete, da Câmara Municipal de Curitiba; de Rosa dos Santos, representante do Deputado Estadual Professor Lemos, do Paraná; de Melissa, do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, da Secretaria de Educação do Estado do Paraná; de Igor, Presidente do Centro da Cidadania; de Jaqueline; de Carmen Pereira, Coordenadora do Projeto Escola sem Homofobia; de Rosiléia, Coordenadora de Direitos Humanos do MEC. No decorrer da reunião registraremos a presença dos demais.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Laudari, Diretor da Pathfinder do Brasil, lembrando que a metodologia de participação é no sentido de que cada um dos senhores e das senhoras possam dispor de 10 minutos.

O SR. CARLOS LAUDARI – Agradeço a oportunidade à Deputada Fátima Bezerra e em seu nome cumprimento todos os presentes.

Quero particularmente dizer do meu orgulho e satisfação de fazer parte de uma Mesa com pessoas que muito provavelmente sabem do assunto da homofobia muito mais do que eu. É realmente um orgulho estar aqui, Sra. Tatiana, Sra. Edith — é um prazer conhecê-la pessoalmente.

Aproveitar para resgatar o vídeo que o colega Toni Reis apresentou, esse vídeo trágico — acho isso uma tragédia. Há uma coincidência, infelizmente, não muito fortuita. Lembro-me que quando esse jovem se suicidou por ser vítima do *bullying* homofóbico escolar, um rapaz de dezesseis anos, na mesma semana, suicidou-se também pelas mesmas razões numa cidade do interior dos Estados Unidos, se não me engano, do Kansas.

Foi muito interessante fazer a comparação, e muito triste para nós brasileiros ver que esse caso só teve repercussão porque coincidentemente a Rede Globo divulgou parte de um programa que nem focalizava a homofobia, e essa mãe pôde aparecer na televisão. Nos Estados Unidos, a família do jovem que se suicidou processou a escola porque não estava preparada para defender os direitos do seu filho.

Então, é muito importante a presença da Sra. Edith, para que fale sobre a dificuldade do pai das crianças LGBT que têm vergonha de se mostrar.

Sou diretor da Pathfinder do Brasil e tenho o prazer de ordenar o Projeto Escola sem Homofobia. Vou fazer um breve relato das atividades desse projeto, que está em andamento, e depois, durante a apresentação, vou fazer algumas considerações.

(Segue-se exibição de imagens.)

Essa é a logo do nosso projeto. A ABGLT é parceira do movimento. A Pathfinder é a organização que gerencia os fundos, dá a base técnica e o contato com o Ministério da Educação. A Pathfinder trabalha no Brasil há mais de 25 anos na área de saúde sexual e reprodutiva. Temos o prazer de ser parceiros da Rede Brasileira de Prostitutas, da ABGLT, da Antra, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids. Trabalhamos recentemente junto ao movimento feminista brasileiro para uma maior acessibilidade aos

serviços de abortamento legal. Realmente, a Pathfinder é uma organização que tem o prazer de trabalhar com o movimento social por causas muito justas.

Os nossos outros parceiros são a Reprolatina, uma das mais reconhecidas instituições de pesquisas no Brasil, com muitos trabalhos em colaboração com o Programa Nacional de Aids; a Ecos, que provavelmente muitos conhecem pela qualidade do material que tem produzido na área de educação, uma parceria já bastante antiga do Ministério da Educação; a Gale International e a Gale Brasil, na verdade, uma rede de organizações e indivíduos trabalhando para o combate à homofobia nas escolas que recentemente foi incorporada ao quadro de apoiadores técnicos da Unesco; e obviamente a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação, nossa parceira técnica, com quem tem sido realmente um prazer trabalhar.

Escola sem Homofobia é um projeto que resultou de uma emenda parlamentar da Comissão de Legislação Participativa com recursos aprovados de 1 milhão 912 mil, financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A finalidade do projeto é contribuir para o *Brasil sem Homofobia*, um programa nacional, e apoiar o Ministério da Educação no compromisso que o Brasil assinou na Declaração Ministerial da Cidade do México, Prevenir através da Educação, em 2008.

O projeto tem quatro grandes pontos de ação, sendo um deles uma pesquisa qualitativa que está sendo feita em onze cidades do Brasil: Manaus, Porto Velho, Cuiabá, Goiânia, Recife, Natal, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro se incorporou à pesquisa por interesse do próprio Estado. Ela não abarcava a cidade, mas houve o interesse do Rio de Janeiro e fundos do Estado foram adicionados ao projeto. Um grupo de pesquisadores e assistentes de pesquisa foi treinado pela Reprolatina — alguns dos pesquisadores estão presentes nesta sessão —, para o processo da identificação de uma maneira mais qualitativa da presença de homofobia nas escolas, com grupos focais, com professores e alunos. Provavelmente, o resultado dessa pesquisa será disponibilizado até o início do próximo ano.

Ao mesmo tempo, de março a abril, ou maio, foram realizados cinco encontros regionais em Curitiba, na Região Sul; em São Paulo, na Região Sudeste; em Belém, na Região Norte; em Brasília, na Região Centro-Oeste; e em Salvador, na Região Nordeste. Em Brasília aconteceu o último deles. Entre os que ilustraram o encontro, esteve presente o Deputado Carlos Abicalil, que nos deu a honra de sua participação.

Foi um processo muito interessante. Os encontros foram multisetoriais, com pessoas de várias áreas, do movimento social, da saúde, da educação, dos direitos humanos e da mídia. Discutimos o processo da homofobia nas escolas e o que poderíamos fazer. Os Estados definiram planos de ações locais.

Tivemos a oportunidade de receber depoimentos. Eu gostaria muito de contar uma história que me choca muito. Falo particularmente da Sra. Edith Modesto, porque representa um grupo de pessoas corajosas. A morte do Iago é um horror. Eu queria que todos refletissem que o que vou contar não é a história de um anônimo, poderia ser de um filho, de um vizinho, de um afilhado, de um sobrinho, de um neto de qualquer um de nós.

Nesses encontros regionais, ouvimos a estória de um menino, se não me engano, do Piauí, que, por ser efeminado, foi jogado pelos colegas da escola na lata de lixo. Ponto final. A história é essa. Se esse Iago jogado na lata de lixo e muitos outros que se suicidam foram, eu não sei. Introjeto-me nesse menino de oito anos e me vejo na lata de lixo. Penso: não roubei, não xinguei, não depredei, não fiz nada! Só porque sou assim eu mereço dos meus colegas o lixo.

Tenho certeza, Sra. Edith, Deputada Fátima Bezerra, de que naquele dia a professora que deu a aula, ou no dia seguinte, não falou sobre o assunto, porque infelizmente tinha de falar sobre fotossíntese — o currículo tem de andar! Não podemos parar, porque o currículo tem de andar.

É fundamental entender que o professor tem obrigação de parar qualquer processo e discutir racismo, homofobia, violência, e esquecer a fotossíntese, porque o que vai fazer o cidadão é isso e não saber sobre fotossíntese.

Curitiba, São Paulo, Belém, Salvador, Brasília, uma rede de quase 210 pessoas esteve conosco. Complementando, a Ecos, outra parceira do projeto, está produzindo um *kit* de material educacional que comporta material não só para os professores como também para os alunos. Esse material está sendo feito em perfeita articulação com o movimento social LGBT e com parecer técnico e apoio da Secad. Pretendemos distribuir esse material, quando validado pela Secad, para 6 mil escolas.

Este é um exemplo de 2 boletins que estamos preparando para os adolescentes. Vários materiais já estão prontos e estão com a Secad para avaliação técnica. Vamos capacitar um grupo de 185 pessoas ligadas à Secretaria de Educação Estadual que possam replicar a maneira de usar corretamente esse material. Claro que pretendemos não só jogar isso na escola mas educar o professor para que ele possa ter capacidade de trabalhar.

O projeto vai até março do ano que vem. Pretendemos considerar a possibilidade de fundos adicionais. Uma das coisas que queremos fazer, principalmente, é trabalhar com a família, que precisa ser trazida para essa discussão da homofobia nas escolas.

Vou terminar repetindo o que disse ontem no encontro do Senado, que é uma metáfora, uma brincadeira. Eu queria que todos entendessem que estou comparando aqui a situação problema e o fim. O que está no meio vai ser diferente. A situação problema é o baixo aproveitamento escolar de uma pessoa, e o fim é o bem-estar dela. Eu gosto de fazer essa comparação. Vamos imaginar que se faça uma campanha de uma Secretaria de Educação, do Ministério da Educação, na televisão, com 30 segundos. Primeira cena, um casal preocupado com a filha que não está tendo um bom aproveitamento na escola; segunda cena, uma vizinha, um amigo, um parente que fala assim: *Eu acho que ela tem um problema ocular, leve-a a um oftalmologista*. Terceira cena, a menina experimentando óculos, vendo bem; quarta cena, a menina feliz, na escola, chega, abraça os pais: *Papai, mamãe, estou vendo tão bem, estou tirando nota boa*. A população brasileira vai ver isso e dizer: *Nossa, que lindo, que emocionante!*

Mesma história: casal preocupado, a filha não indo bem na escola. Uma amiga diz assim: *Leve-a a uma psicóloga, ela está tendo*

problema com a orientação sexual dela. Próxima cena, a psicóloga assessorando a menina a encarar a lesbiandade dela, a aceitar e ser mais empoderada nos seus direitos. Próxima cena: *Papai, mãe, estou tão feliz! Não tenho vergonha de ser lésbica, estou sendo muito bem aceita na escola.* A população brasileira não vai dizer: *Oh! Não vai.*

Então, a situação problema é o baixo aproveitamento escolar; a proposição final, o bem-estar. Por que o bem-estar dessa menina lésbica não emociona? Isso me irrita e deve irritar a todos.

Eu termino aqui.

Vamos continuar na luta pela escola sem homofobia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Queremos agradecer a participação ao Sr. Carlos, feita inclusive com muita emoção, muita alma e paixão. Sem dúvida, sua participação contribui e muito para o debate que ora estamos fazendo.

Registro a presença entre nós do Prof. Flávio Brebis, da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Ser Diferente É Ser Legal (Isdel), do Distrito Federal, autor de livro infantil contra homofobia; do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), do Distrito Federal; do Grupo de Estruturação; da Prefeitura de Guarulhos; do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp); do Eduardo, Coordenador-Geral de Promoção dos Diretos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Queremos, também, registrar a presença entre nós de mais dois Parlamentares, parceiros nossos nessa luta, a Deputada Iriny Lopes, do Partido dos Trabalhadores (PT) do Espírito Santo, e o Deputado Lincoln Portela.

Passo a palavra para a Sra. Edith Modesto, que representa o Grupo de Pais e Mães de Homossexuais.

A SRA. EDITH MODESTO – Bom dia a todos. Eu estou muito feliz de estar aqui e muito emocionada com as palavras do Carlos. Eu fundei um grupo de pais de homossexuais, na verdade, de LGBTs — no nosso grupo também temos LGBTs. E o fundei porque tive muita dificuldade com meu sétimo filho, que é *gay*. Eu não tinha com quem conversar, sofria muito. Procurava outra mãe para conversar comigo e não achava. Então fundei este

grupo, e as primeiras mães foram mães de homossexuais que eu encontrei na Internet. Eles são meus amigos até hoje e essas mães fundadoras são minhas amigas até hoje.

A dificuldade dos pais de aceitar um filho homossexual dá para entender. Ninguém é preparado para ter filhos LGBTs; o preconceito é internalizado em todos nós, todo tipo de preconceito, e principalmente o preconceito relacionado à diversidade de orientação sexual e de questões de gênero. É um sofrimento só. A mãe não consegue ajudar o filho, e o filho não consegue ajudar a mãe porque ambos estão apavorados, com medo de serem rejeitados.

Eu recebo em torno de duzentas mensagens de mães e filhos, desesperados, num desencontro total, num sofrimento total. A homofobia nas escolas é algo muito preocupante também por isso. O jovem está sozinho, não tem o apoio da mãe ou do pai em casa, vai para a escola e lá também sofre. Diferentemente da criança negra, ele não pode chegar em casa e dizer: *“Mamãe, falei que eu sou isso, que eu sou aquilo na escola”*, e a mãe da criança vai até a escola reclamar. A criança LGBT se esconde, e assim ela é discriminada na escola, ela apanha na escola, ela é xingada na escola, e ela vai para casa e se fecha no quarto e chora. É uma tragédia. Não estou exagerando.

O Carlos falou dos suicídios. Nesta semana um jovem amigo meu da ONG Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual (ABCD) se suicidou, e certamente porque teve problemas com a sua homossexualidade. Por que um rapaz bonito, inteligente, se suicidaria? Há um número enorme de suicídios. É uma coisa muito preocupante.

Escola. Nós precisamos envolver a comunidade na escola, e precisamos também trabalhar com escolas particulares. Não consigo entrar nas escolas particulares. Entrei em três escolas particulares em doze anos de trabalho. Precisamos pegar os professores na matriz, quando estão se formando, e não só professores. Na escola particular é difícil.

Tenho um trabalho também com jovens de 13 a 24 anos. A maioria já tentou suicídio. Falam de morte e muitos já tentaram o suicídio. Têm síndrome do pânico, têm fobias diversas.

O Dr. Clécio Borges, o psicólogo que dá apoio ao nosso grupo, fala que o Projeto Purpurina é uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). É verdade. Lá eles estão felizes porque eles podem ser eles mesmos; mas quando conversam comigo, é só tristeza.

Em relação à escola, ontem fizemos uma reunião de pais em Brasília. Uma das mães de Brasília é diarista, uma pessoa muito simples. Chorou a reunião inteira. Falou do preconceito que o filho dela sofre atualmente na escola oficial. Outra mãe, de nível social mais alto, falou que o filho não pode estudar, que teve que sair da escola e fazer supletivo porque não conseguiu aguentar a discriminação, o *bullying* que ele sofria na escola.

No meu projeto, tive há pouco tempo uma menina trans que foi recusada em sete escolas, e os pais com posses, podendo pagar mais de mil reais por mês de escola. Mesmo assim não conseguiam escola para a filha. Sete escolas recusaram a menina. Na oitava escola, fomos lá e tivemos que aceitar que ela não fosse com roupa masculina, que não fosse chamada por nome masculino e que usasse o banheiro dos deficientes físicos. A psicóloga dela ficou bravíssima comigo, mas não tinha o que fazer, era a oitava escola. Deus mandou uma escola oficial para ela.

Mas, fui fazer a capacitação numa escola oficial, dos professores e, quando terminei, um dos professores veio falar comigo: *“Edith, eu não só dou aula nesta escola como sou vice-diretor de uma outra e quero a Rafinha na nossa escola”*. Aí fui lá, fiz a capacitação meia boca, não é, gente, não tenho competência para fazer capacitação. Há militantes presentes e outros militantes meus amigos que são muito mais competentes do que eu. Então, por que eu vou fazer capacitação? Porque sou heterossexual. Aí eu como pelas beiradas: eu me apresento como mãe, como professora e consigo. E consegui o lugar para essa menina.

Há uma outra também de quinze anos. Há cinco meses está sem escola. É transsexual, uma menina de família. Eu conheço a mãe. Devia ser fácil. Desculpem, é que eu fico emocionada. Ela se chama Bia, gente. Faz cinco meses que ela está sem escola. Ela estava fazendo o 1º ano colegial. A diretora a chamava de *“aquela coisa”*, os professores a chamavam de *“aquela coisa”*, e ela

dizia isso para mim e eu não tinha o que fazer. Agora estou atrás de uma escola para essa menina. Se Deus quiser, vou conseguir.

Gente, a nossa realidade é esta: as mães sofrem, os pais sofrem, os filhos sofrem, os professores sofrem, porque estão mal preparados, não são más pessoas, eles não sabem como enfrentar isso. Nós precisamos ajudar esses professores.

Desculpem. Eu me emociono porque é a minha vida, hoje é a minha vida. Esse trabalho é a minha vida e me traz muita alegria, porque os homossexuais e os LGBTs são pessoas boníssimas, são muito gratos. Então, o carinho que recebo hoje nada paga. Quanto sou abraçada e beijada por eles. Vocês não imaginam quando chego ao Encontro do Projeto Purpurina. Os olhinhos deles brilham, porque para eles eu sou a mãe boa, aquela mãe que eles não conseguiram ter em casa. Por quê? Não porque a mãe é má, mas porque não está preparada, e começa a se educar. Para educar, ela tira o computador, o celular, tira da escola, proíbe os amigos. E aquela criança, aquele adolescente fica desesperado e tenta o suicídio. É claro, já imaginou um menino, uma menina de treze, quatorze anos que não pode mais sair de casa, que não pode ter um amigo, que não pode falar ao celular, que não pode mais estudar naquela escola? Gente, isso é uma tragédia, e a mãe, desesperada dentro de casa, diz: *“eu preciso dar limites, porque o meu filho endoidou, minha filha é safada, sem-vergonha”*.

Gente, nós precisamos naturalizar a diversidade sexual e de gênero, temos que naturalizar. Essas pessoas são assim e têm que ser respeitadas como elas são. Elas têm o direito de viver, de ser felizes.

Era isso, gente.

Como a Deputada Fátima Bezerra disse, o problema na escola existe e é sério ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Queremos agradecer à D. Edith a participação, o seu depoimento, e informar que neste momento a TV Câmara está transmitindo o nosso seminário. E certamente, D. Edith, a senhora está falando de coração para coração, ou seja, a senhora está falando ao coração de muitas mães espalhadas por esse Brasil afora. Enfim, quero aqui saudar, o tamanho da generosidade do seu coração, generosidade desse trabalho que a senhora vem fazendo, trabalho muito

importante mesmo, que merece todas as homenagens aqui da Comissão de Legislação Participativa e da Comissão de Educação e Cultura. A senhora é uma educadora popular, na acepção da palavra, como dizia Paulo Freire mesmo, uma educadora, uma pedagoga da esperança, daquelas que continuam acreditando que esse mundo pode ser melhor. E vai ser melhor, se Deus quiser.

Queremos passar agora a palavra à Sra. Tatiana, pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Homofobia e Educação. Inclusive a Sra. Tatiana é organizadora desse importante trabalho *Homofobia, Educação: um desafio ao silêncio*.

V.Sa. dispõe de 10 minutos.

O SRA. TATIANA LIONÇO – Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares presentes, em nome da Deputada Fátima Bezerra, todas as pessoas que representam aqui a sociedade civil e diferentes instituições.

Gostaria de parabenizá-los pela iniciativa de promover um debate público sobre homofobia nas escolas e agradecer à Comissão de Legislação Participativa e à Comissão de Educação e Cultura o convite e a oportunidade de compartilhar publicamente algumas reflexões que eu venho fazendo sobre esse tema.

Felizmente nos últimos anos, a academia e a sociedade civil organizada já vem sistematizando vários dados sobre como a homofobia impacta negativamente o cumprimento de nossos princípios e direitos constitucionais, entre os quais se destaca o direito à educação. Hoje nós podemos afirmar que contamos com uma boa proteção formal aos direitos sexuais e à livre expressão de gênero no Executivo, principalmente, sendo o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT um exemplo disso. E eu gostaria de destacar o protagonismo de ativistas de diferentes inserções institucionais, nesse processo, já que somos nós que vimos conseguindo produzir conhecimento e disseminando informações que permitem que esse debate se fundamente em evidências sobre a nossa realidade social e não apenas numa defesa ideológica ou moral sobre sexo e gênero.

Há poucos anos um dos principais entraves ao avanço das políticas públicas para essa população era justamente a alegação de que não haveria dados, não haveria indicadores de prática de

violação de direitos. E hoje em dia podemos dizer que nós conseguimos publicizar e informar a sociedade sobre quais seriam exatamente os danos e os prejuízos sociais que esta população sofre.

Bom, eu gostaria de aproveitar a oportunidade de ter sido acolhida nesta Casa para relançar esse debate sob um pano de fundo que, do meu ponto de vista, inevitavelmente, é o que deveria nortear a prática legislativa, que é justamente o cumprimento dos princípios e direitos constitucionais diante de condições sociais injustas, que desafiam a ética democrática.

Eu organizarei a minha exposição em duas linhas temáticas. A primeira delas seria propriamente o sentido da educação, em que consistiria esse direito social. A segunda seria a marginalização de expressões da sexualidade do gênero não hegemônicas. Então, vocês verão que esses dois temas, o sentido e o propósito da educação, por um lado, e a significação social que recai sobre a sexualidade e os modos de viver a feminilidade e a masculinidade, por outro lado, encontrarão como eixo de articulação a própria ideia de diversidade como um bem social, não apenas a ser reconhecido, mas a ser promovido pelo Estado, desde que comprometido com os direitos humanos e com a ética democrática.

A educação é um bem público em nosso País. Isso significa não apenas que todas as pessoas têm igual direito à educação, mas também que a educação é uma estratégia política de garantia dos demais direitos humanos e sociais. A educação não se reduz à transmissão formal de conhecimentos; é um direito fundamental que deve garantir que a sociedade possa vir a se estruturar com base nos nossos princípios constitucionais. Isso significa que a educação tem um importante papel na revisão e no questionamento de práticas sociais injustas, que comprometem os demais direitos de cidadania.

A educação se operacionaliza basicamente ou prioritariamente em duas instituições sociais: a família e a escola. A família e a escola são espaços de proteção social, mas também espaços de formação de valores e de práticas sociais. Essa questão família e escola, trazer a família para perto da discussão da educação, é importante, porque, com frequência família e escola se articulam na lógica de um antagonismo em matéria de sexualidade. Os pais e

mães são apontados com frequência como os principais opositores, por exemplo, à introdução do tema gênero e sexualidade nas escolas. E, apesar de serem ambas as instituições voltadas para um mesmo objetivo, que é a formação para a cidadania e a proteção social, elas têm funções sociais distintas, porque, enquanto a família se volta para um contexto mais dos direitos privados, das liberdades individuais, das particularidades das tradições, da transmissão de valores morais, religiosos para seus membros, a escola tem uma função pública muito importante, que é muito diferente da transmissão de uma moralidade específica. A escola é um espaço para formação ética, para convivência numa democracia. Quando falamos de escola, é inevitável trazer em questão justamente a ideia de pluralismo. Crianças têm direito a uma formação moral em suas famílias e crianças também têm o direito a uma formação ética em suas escolas, onde elas podem reconhecer que as pessoas são diferentes, que as famílias são diversas, que os valores são plurais e que isso não é uma coisa ruim, isso é um valor social. Temos que defender essa diversidade na escola.

A sexualidade e o gênero são dimensões da vida humana que historicamente se prestam à regulação social. Eu não vou entrar em detalhes aqui sobre os fundamentos dessa regulação, que passam desde questões de garantias de patrimônio à manutenção da divisão sexual do trabalho numa sociedade capitalista. A questão é que essa regulação sobre o gênero e a sexualidade historicamente vem sendo operada a partir de um parâmetro moral, que se propõe unívoco, homogêneo, que é o da manutenção da lógica patriarcal e sexista, como ordenamento das relações sociais. E eu espero que concordemos em que esta lógica merece ser questionada, mesmo porque no Brasil temos várias medidas legais e políticas que explicitamente se comprometem com a equidade de gênero, por exemplo.

A questão é: qual haveria de ser o fundamento dessa regulação que propomos para a sexualidade e o gênero em nossa sociedade? É essa determinação de um padrão rígido, de inteligibilidade sobre as relações sexuais que compromete o direito à dignidade para muitas pessoas? Ou deveríamos considerar justamente a diversidade das formas de viver, a garantia das liberdades individuais e

do direito básico a constituir família para todas as pessoas, independentemente de suas práticas sexuais e da forma como expressam a masculinidade e a feminilidade? A homofobia é uma prática discriminatória que acarreta graves danos pessoais e sociais, e é uma forma de discriminação banalizada na nossa sociedade. Ela está presente em todas as classes sociais, em todas as regiões, em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados, permeando mesmo os espaços de proteção social, como é o caso da família, da escola e das próprias instituições religiosas.

A homofobia se baseia em quê? Na arbitrária inferiorização, marginalização e patologização das pessoas que não são heterossexuais ou que são homens e mulheres diferentes da caricatura que temos, dos estereótipos de gênero que encontramos nessa moralidade hegemônica.

A questão da homofobia é muito complexa e, no meu ponto de vista, exige a urgente consciência social de que não se trata de um processo de estigma contra minorias. Homofobia não é questão apenas de LGBT; homofobia é uma questão social e diz respeito a como a nossa sociedade vem-se estruturando num regime excludente, marginalizador e contrário à promoção da diversidade como valor.

Muitas vezes uma criança é alvo de *bullying* nas escolas, envolvendo, por exemplo, xingamentos, violência física, psíquica e moral mesmo antes de ter uma orientação sexual definida. Muitas crianças e adolescentes são alvos dessas injustiças antes de terem o interesse sexual despertado. Essa violência homofóbica também se dá com adolescentes heterossexuais, aqueles adolescentes que são reconhecidos como diferentes, como estranhos.

A homofobia é uma realidade no País e é uma violência que incide sobre direitos básicos, como o direito de ir e vir e o direito à educação. A violência chega, muitas vezes, ao limite do extermínio. Isso quer dizer que algumas pessoas consideram que outras não são dignas de participação no espaço público ou mesmo da vida.

Ser homossexual, travesti ou transexual não é um crime, mas essas pessoas são cotidianamente punidas pela injúria e pela negação.

Todo ser humano nasce livre e igual em dignidade e direitos. Esse é o parâmetro ético que deveria nortear a nossa defesa pelos direitos humanos na nossa democracia. Vivemos num Estado democrático de direito. Para a garantia da justiça social, devemos rever os fatores que comprometem o princípio ético da igualdade, se esses fatores se justificam ou se são arbitrários.

Acredito que, em termos de homofobia, a heteronormatividade e a caricatura de gênero, os estereótipos de gênero, são construídos historicamente e portanto são valores passíveis de transformação e mudança.

Apesar de a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas ser uma recomendação do Governo Federal desde 1997, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, permanece nas escolas um silêncio inquietante sobre o tema, paradoxalmente à violência homofóbica cotidiana nesses espaços. Precisamos falar sobre a diversidade sexual como uma das variantes da própria diversidade social e cultural do País. Precisamos romper o silêncio sobre essa diversidade. Precisamos romper o silenciamento violento da diversidade.

Esse rompimento do silêncio pode-se operar de várias formas, seja pela possibilidade de as travestis dizerem o próprio nome nas escolas, seja pela vocalização da sociedade civil sobre suas demandas, que podem implicar inclusive reservas orçamentárias, como o Sr. Toni Reis mencionou na abertura desta audiência pública.

Fundamentalmente, eu gostaria de expressar a minha aposta no poder simbólico da lei para a promoção da justiça social. Democracia não requer consenso; a democracia visa justamente a garantir equidade nas oportunidades, paridade participativa no espaço público para todas as pessoas, independentemente dos seus modos específicos de vida e valores morais. A força da lei é simbólica e a lei se expressa pela retórica.

Eu gostaria de finalizar expressando minha mais sincera gratidão por ter tido a oportunidade de enunciar as minhas ideias e palavras e de contribuir para a superação desse silêncio a partir não de uma voz minoritária, mas justamente por questões comuns

que ecoam em todas as pessoas presentes, por questões que dizem respeito a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Cumprimos a Sra. Tatiana pela conduta séria e dedicada e pelo bom trabalho desenvolvido como pesquisadora. Seguramente, esse material é muito rico e adequado e tem muito a contribuir para a reflexão nesse importante debate. A Comissão de Legislação Participativa e a Comissão de Educação e Cultura agradecem muito a sua presença. Como disse o Sr. Toni, esperamos que V.Sa. tenha disponibilidade para participar conosco do debate que levaremos para os Estados.

Quero chamar o meu companheiro Deputado Carlos Abicalil para dividir a coordenação dos trabalhos desta Mesa.

Enquanto S.Exa. se aproxima, quero registrar a presença do Deputado Jorginho Maluly, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de São Paulo, e da Deputada Manuela d'Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) do Rio Grande do Sul, parceira muito comprometida nessa luta em defesa da cidadania LGBT.

Registro também a presença do Deputado Fernando Gabeira, do Partido Verde (PV) do Rio de Janeiro.

Continua entre nós o Deputado Paulo Rubem Santiago, primeiro inscrito.

As inscrições dos Parlamentares já estão abertas.

Registro a presença do Deputado Lincoln Portela, da Deputada Cida Diogo, do Deputado Iran Barbosa e do Deputado Carlos Abicalil, a quem com muita honra passo a coordenação dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Dando continuidade a esse painel que nos sensibiliza, ora pelo coração que bate forte, ora pela razão que sereniza as ponderações que fazem com que o Parlamento exerça sua atividade, na diversidade das abordagens, dos pontos de vista, nós passamos a palavra à Sra. Perla Ribeiro, Coordenadora Executiva do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

A SRA. PERLA RIBEIRO – Bom dia a todos e todas.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Carlos Abicalil, e parabenizá-los pela iniciativa, pela importância de se inserir um movimento da infância e da adolescência nessa discussão a respeito da homofobia nas escolas — e não só nas escolas mas também nos espaços de proteção à criança e ao adolescente.

Temos observado várias violações de direitos acontecendo por conta da orientação sexual e da identidade de gênero de muitos adolescentes no Distrito Federal e também no Brasil.

Primeiramente, eu gostaria de situar o lugar de que falo, enquanto movimento social.

Nós acreditamos que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil que trabalham na perspectiva da garantia dos direitos humanos devem trabalhar num processo contra-hegemônico no âmbito social, cultural, político, econômico e jurídico que coloque exatamente em xeque esse bloco hegemônico que é adultocêntrico, machista, racista, homofóbico, elitista, burguês, classista, eurocêntrico. Nós precisamos desconstruir esse modelo, para termos exatamente a garantia e a promoção dos direitos humanos em todas as faixas etárias e em todas as gerações.

Dentro desse processo de mobilização social, sob a perspectiva dos direitos humanos de crianças e adolescentes, houve uma conquista no Brasil com o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Constituição Federal e também da própria Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente em âmbito internacional, frutos exatamente de uma mobilização social da época, vinda do processo de redemocratização do Brasil, que colocava em xeque a concepção de situação irregular a que crianças e adolescentes na época eram submetidos.

Essa concepção de criança e adolescente, inclusive, nem existia. Havia a concepção de “menores em situação irregular”. Aquelas crianças e aqueles adolescentes que não estavam dentro dos padrões considerados normais eram excluídos e submetidos a processos aviltantes da sua própria dignidade e do seu desenvolvimento, como objetos de tutela tanto da família quanto do Estado.

À época era possível ao Estado, por exemplo, tirar a guarda de uma mãe e transferir a criança para a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) simplesmente porque a mãe ou a família não tinham condições econômicas. Isso estabelecia uma série de violações de direitos.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, essa concepção é transformada e modificada do ponto de vista legal. Agora precisamos trabalhar para que essas concepções sejam cada vez mais apropriadas pela sociedade, construídas pela sociedade. O problema, apesar de nós termos o avanço legal, é que muitas vezes a prática cotidiana é a violação e o desrespeito aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

Dentro desse princípio dos direitos da criança e do adolescente, o Estatuto estabelece um novo paradigma, um paradigma que se diz da proteção integral da criança e do adolescente, assegurando o direito a ter direitos ao sujeito político criança e adolescente. A concepção muda: a criança e o adolescente passam a ser sujeitos do seu próprio processo de desenvolvimento, ou seja, parte. O direito à participação, o direito a estar presente e o direito a definir também rumos do seu próprio desenvolvimento devem ser respeitados.

Além disso, o Estatuto enfatiza — e não podemos esquecer a condição peculiar de “pessoa em desenvolvimento”, que está sendo estabelecida exatamente nesta faixa etária — e garante a prioridade absoluta.

Acho importante pensarmos no que significa sermos sujeitos de direito, no que significou isso a partir da década de 80 no Brasil.

Afirma Vanderlino Nogueira que, na luta pela emancipação da população infanto juvenil, é necessário que se garanta sua identidade de direitos, isto é, sua condição de sujeito de direito; mas também é importante que se garanta sua condição de ser diverso e singular, ou seja, a sua condição de pessoa em desenvolvimento. Nesse contexto de liberdade, de ser diverso e singular, é importante que nós que trabalhamos na defesa dos direitos da criança e do adolescente compreendamos esse processo de desenvolvimento pelo qual eles passam. Não pensemos no que

nós queremos. Vemos a criança e o adolescente como se fossem espectadores, e, na verdade, eles são sujeitos nesse processo.

Um grande diferencial do movimento em favor da infância, em relação aos demais movimentos, é que nesse os atores, os protagonistas são aqueles que vêm os seus direitos serem violados. Infelizmente, nos movimentos em favor da infância e da adolescência ainda não se consegue a participação efetiva de crianças e adolescentes para a construção de seus direitos. Muitas vezes esses movimentos são compostos por adultos, muitos deles ligados a lugares conservadores nos quais a criança é vista como uma coitadinha que precisa de cuidados. Não vêm a criança e o adolescente como partes do próprio processo de emancipação e de conquista de direitos. Esse é o diferencial que temos em relação aos demais movimentos.

É um desafio para o movimento em favor da infância entender essa condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, o que compreende a liberdade para ser diverso e singular dentro do seu próprio processo.

Acreditamos que a plena afirmação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos passa pelo reconhecimento do exercício da sexualidade como um direito fundamental desses sujeitos. Não é possível dizer que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos se lhes negamos o direito ao desenvolvimento da sua sexualidade. Essa sexualidade refere-se aos seus desejos, aos seus sentimentos, ao relacionamento que possuem com o outro em diversas dimensões. A criança e o adolescente fazem parte desse processo de construção social, não podem ser apartados disso, mas respeitando — isso é claro — o processo de desenvolvimento e a especificidade desse ser criança e desse ser adolescente.

Portanto, não podemos mais conviver com essa ideia de que crianças e adolescentes são anjinhos, seres assexuados que não interagem e que, por isso, não os enxergamos. É um grande desafio trazer essa discussão para dentro do movimento em favor da infância.

Dentre os espaços de garantia dos direitos da criança e do adolescente, cito os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, importantes na formulação e na deliberação de políticas

públicas para esse segmento; os Conselhos Tutelares; as escolas; a rede de saúde, e os órgãos responsáveis pela defesa, como as Delegacias de Proteção à Criança, o Ministério Público e as Defensorias. Todos eles precisam trazer essa temática e a dimensão humana para as suas discussões, porque o que temos percebido hoje é a violação de direitos de adolescentes e de crianças, o que não se restringe somente às escolas, mas ocorre em todos os espaços por onde essas crianças e adolescentes passam.

No Centro de Defesa, temos o caso de um adolescente que foi expulso do abrigo em que estava por conta de uma violência provocada pelos próprios colegas. Ele fugiu do abrigo e nos procurou. Quando ligamos para o abrigo e perguntamos o que eles iriam fazer com relação a isso — e também procuramos a Vara da Infância —, o que nos foi relatado foi o seguinte: *“Há um aviso aqui dizendo para a gente não o aceitar de volta, porque ele está sendo ameaçado”*. Ou seja, é expulso aquele que está sendo violado. E o abrigo não trabalhou isso com os seus próprios adolescentes.

Esse tipo de situação se reflete também no sistema de internação. Existe um caso gravíssimo no Rio de Janeiro, de uma adolescente travesti, cujos direitos foram violados quando, ao cumprir uma medida socioeducativa de internação, ela foi colocada numa unidade de internação masculina e teve o cabelo cortado. Em nenhum momento foi analisado se essa adolescente estava inserida num processo de exploração sexual de adolescentes. Ela foi logo criminalizada e totalmente violada no direito de expressar sua identidade.

Precisamos encarar essa temática no movimento em favor da infância. Nesse sentido, o Cedeca, junto com a Associação Nacional dos Centros de Defesa e em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, tem desenvolvido um projeto sobre diversidade dos direitos na adolescência.

Realizamos um seminário em março ou maio deste ano, cuja importância maior foi exatamente a de trazer a discussão do movimento LGBT à discussão do movimento da infância. Como disse a Tatiana, precisamos ampliar essa discussão, que não é só do movimento LGBT, mas também dos militantes de direitos humanos das crianças e dos adolescentes e dos militantes de di-

reitos das mulheres e demais movimentos que se inserem nesse contexto que visa romper com essa lógica hegemônica, patriarcal, eurocêntrica, homofóbica e machista que temos percebido.

É importante esclarecer que a educação é um dos direitos sociais básicos. Então, nenhum adolescente e nenhuma criança pode ser privada do seu direito à educação. É muito sério o que disse a Sra. Edith, que a adolescente teve de passar por sete escolas, e que essas sete escolas lhe negaram o direito à educação. Essas escolas devem ser responsabilizadas.

Não podemos aceitar que uma escola diga “*nós não queremos esse ou aquele aluno*”. É dever do Estado garantir que a educação seja aplicada a qualquer adolescente e a qualquer criança.

Desse seminário surgiu a chamada Carta de Brasília, em que apontamos alguns princípios que, para nós, são importantes nessa discussão:

- Efetiva participação de crianças e adolescentes na construção de propostas político-pedagógicas de promoção, defesa e garantia dos seus direitos sexuais;
- Garantia do acesso à informação sobre sexualidade ligada à educação em direitos humanos numa perspectiva emancipatória e inclusiva;
- Afirmação da garantia dos direitos sexuais de crianças e adolescentes como uma ação efetiva no enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

E aqui quero fazer um recorte: temos escutado verdadeiros absurdos com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, quase naturalizando, como se a violência sexual contra crianças e adolescentes fosse algo exclusivo dos homossexuais. Isso é um verdadeiro absurdo com o qual o movimento a favor da infância não compactua, até porque sabemos que a violência sexual tem multidimensão. E suas dimensões estão baseadas exatamente no comportamento machista e adultocêntrico, do poder de um sobre o outro.

Os números mostram que a maioria das crianças e adolescentes abusados sexualmente é de meninas abusadas por pessoas muito próximas: seu pai, seu padrasto, o companheiro de sua mãe. Então,

isso é uma falácia, que precisa ser desconstruída, assim como o que tem sido corriqueiramente dito acerca da pedofilia.

Hoje, banalizou-se a discussão acerca da pedofilia, que é trabalhada dentro de um contexto de patologia. Mas o que se tem hoje com relação à violência e ao abuso sexual não se configura simplesmente como pedofilia. Casos de pedofilia são mais raros. A grande maioria dos casos que vemos estão ligados a fatores econômicos, sociais e culturais, voltados para o machismo, para o sexismo, nessa cultura adultocêntrica, do poder do adulto sobre a criança. É importante deixarmos isso claro aqui.

Outro princípio apontado na Carta de Brasília é a importância do reconhecimento e da afirmação da diversidade sexual e a afirmação de que toda forma de violência, discriminação, preconceito, humilhação e constrangimento por orientação sexual e identidade de gênero com relação a adolescentes é uma violação de direitos humanos. E nós temos de reconhecer isso.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, Sra. Perla.

Registraremos algumas presenças.

Saúdo o Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Seguramente, na próxima Mesa, S.Sa. terá muito a contribuir, respondendo pelas responsabilidades públicas em torno desse tema.

Quero registrar a presença de Andrea Rossati, Assessora de Políticas Públicas GLBT do Governo do Ceará, Governo Cid Gomes; de Cássio Rodrigo, da Prefeitura de Santo André; de Eduardo Santarelo, do Conselho da Juventude E-Jovem de São Paulo e Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; de Angela Cardoso, representante da Somos, ONG sediada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; de Sandra Michelli da Costa Gomes, do Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos em Ambiente Urbano.

Passo agora a palavra ao Dr. Dalio Zippin Filho, representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. DALIO ZIPPIN FILHO – Bom dia a todas e a todos. Parabeno esta Comissão de Legislação Participativa pela iniciativa de dar oportunidade para que este tema seja debatido na Casa e vá a público por meio das *TV Câmara* e *TV Senado*. É um tema extremamente importante, que deve ser discutido com toda a população brasileira, pois viola completamente os direitos humanos e fundamentais.

Também parabeno o Toni Reis por ter mobilizado todas as entidades. Pude ver que esta audiência tem o maior público entre todas as demais que estão hoje se realizando, graças à movimentação do Toni e de seus companheiros, que conseguiram isso sem maiores problemas.

Em nome da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, do qual sou um dos membros, registro minha satisfação em participar deste evento, também por ser professor universitário, para discutir tema tão importante: “Homofobia nas Escolas”.

O problema é complexo e até agora nós o empurramos para debaixo do tapete. Entendíamos que ele não existia e que não iria nos atingir. Após uma série de discussões, da realização aqui da conferência de movimentos LGBT, que aconteceu em março ou abril deste ano, de outras participações e de várias conferências internacionais e nacionais sobre direitos humanos, chegamos à conclusão de que ele é muito latente e começa principalmente dentro da família.

O preconceito é uma doença que deixamos ir se alastrando dentro da família e acaba atingindo nossos filhos e irmãos, bem como as pessoas que estão dentro de casa. Temos, em primeiro lugar, de combater o preconceito dentro da família. Não podemos permitir que nossos filhos aceitem aqueles *e-mails* preconceituosos, contra homossexuais, negros, índios, etc. Nós, pais, temos uma responsabilidade muito grande na formação dos filhos.

Então, o primeiro lugar onde deve ser combatida toda e qualquer forma de preconceito é o lar, desde a mais tenra idade dos filhos. Permitimos a nossos filhos terem acesso, pela Internet, àquelas piadas, por exemplo, contra loiras, piadas que não podem ser admitidas sob pena de estarmos criando, no dia a dia da

nossa existência e para nossos filhos, uma mentalidade preconceituosa. Não podemos admitir esse tipo de preconceito.

Com relação ao preconceito contra homossexuais, assustou-nos o levantamento feito, parece, entre 18 mil alunos das escolas públicas de Brasília, que teoricamente é uma cidade onde o índice intelectual é maior e as pessoas têm mais capacidade, movimentação e agilidade. Esse levantamento foi feito nos últimos tempos e demonstra que 48,7% dos alunos com menos de 11 anos de idade — e ainda professores e pais — têm preconceito contra homossexuais. Isso é assustador, pois quase 50% dos alunos pesquisados têm preconceito contra homossexuais. E vejam bem: com menos de 11 anos de idade.

Onde está o erro? Onde está o problema? Está no começo, na família. Em segundo lugar, os professores do ensino primário não estão preparados de forma alguma a enfrentar o problema. Para eles, seria melhor, como disse, varrê-lo para debaixo do tapete, esquecer ou não debater o problema na escola, porque isso não nos atingia: “Ah, o problema do homossexual é problema dele. Ah, é lésbica? O problema é dela.” E daí por diante. Mas hoje isso está nos atingindo; é problema de direitos humanos, é problema de direitos fundamentais. Não é somente um problema de homossexuais ou de pais de homossexuais; é problema nosso, da sociedade, é problema nosso, das pessoas que lidam com direitos humanos, dos operadores de direitos humanos. Temos a obrigação de lutar contra toda e qualquer forma de preconceito. Não interessa que era lá na infância ou na puberdade; a luta tem de ser de todos nós. E mais ainda: temos de nos preparar para enfrentar este problema.

No primeiro congresso de *gays*, lésbica e simpatizantes, realizado em Curitiba, fui designado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, para fazer uma palestra, em razão de ser Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de lá. Fiz a palestra nessa primeira Conferência GLS, que era a antiga denominação, e, no dia seguinte, dirigi-me à Presidência da Ordem dos Advogados para fazer o relato do que tinha acontecido. Logo que cheguei à reunião, na qual estavam o Presidente da OAB e outros advogados, eles me chamaram de “advogay”. Então, eu fiquei conhecido como “advogay” em Curitiba, num local

onde não poderia haver de forma alguma preconceito. Então, o preconceito surge em todas as camadas da população. E temos a obrigação de lutar contra isso.

Na Presidência dessa Comissão de Direitos Humanos, levei para dela fazer parte um travesti que era lutadora dos direitos humanos e um símbolo em Curitiba. Quando fiz a indicação, usei o nome civil, e não o nome social que ela adotava. No momento em que ela se apresentou à reunião para tomar posse, o Presidente da Ordem ficou assustado e disse-me: *“Escuta, como é que você traz um travesti aqui, para dentro de uma comissão, aqui para dentro da Ordem dos Advogados?”* Ela estava vestida como mulher, tinha cabelos longos, etc. Eu disse: *“Olhe, ela faz parte do movimento de direitos humanos. Ela tem toda liberdade e eu a escolhi.”*

Na ocasião, até foi o Toni quem me indicou o nome da Marcela Prado, hoje falecida, mas que é símbolo de um movimento lá. Ela foi uma das melhores integrantes daquela minha Comissão de Direitos Humanos, lutadora, que trazia os problemas não só da comunidade — na época, GLS; agora, LGBTT ou LGBT —, mas de todos. E quando o Presidente disse que iria demiti-la, eu falei: *“Pode demitir, mas, no momento em que demitir, eu vou a todos os jornais para dizer exatamente o preconceito, a homofobia que tem aqui dentro da Ordem dos Advogados.”* Daquele momento em diante, eles não se pronunciaram mais e aceitaram plenamente que a Marcela participasse de todas as nossas atividades. Fico satisfeito de tê-la levado para lá, por indicação do Toni. Para mim, foi uma grande satisfação ter trabalhado durante aquela gestão de quase três anos, ao lado da Marcela Prado. Desconheço o nome civil dela porque ela era conhecida como Marcela Prado, sem qualquer problema.

Então, a homofobia começa em casa; vai para a escola primária; depois se transfere para a escola secundária; e continua. Hoje dou aula em universidades e vejo a dificuldade por que passam alguns alunos homossexuais, o preconceito que sofrem, principalmente as lésbicas — e se tiver transexuais o problema é muito mais sério. Paraná, Minas Gerais, Piauí e outros Estados já admitem inclusive o uso do nome social na escola porque o transexual, o travesti, identifica-se com o sexo oposto: ele se veste e

vive exatamente como o outro sexo; ele tem um corpo masculino, mas a identidade sexual é feminina, ou o contrário. Hoje as escolas já estão respeitando isso; já estão admitindo o problema.

Então, temos que lutar exatamente para que o preconceito acabe, desde o lar, a casa, até, principalmente, a escola primária e secundária. E temos que lutar para que os professores do ensino primário e do segundo grau sejam instruídos e preparados para enfrentar esse problema. E devo dizer que não o vejo como tal, mas as famílias veem assim, ou seja, não querem ver seus filhos estudarem ao lado de uma criança homossexual, pois não a aceitam, obrigam-nas até a utilizar, como foi dito aqui, o banheiro de deficientes, como se a homossexualidade fosse uma doença. E a Organização Mundial da Saúde (OMS) já disse que isso não é doença. É como se a homossexualidade fosse algum estigma da pessoa ou que a pessoa escolhesse ser homossexual ou heterossexual. Na verdade, isso ocorre desde o nascimento ou até antes. E temos que respeitá-las. Devemos respeitar as pessoas diferentes.

Portanto, devemos ter amor ao próximo, mas não temos. Somos extremamente preconceituosos, não gostamos das pessoas feias, das pessoas gordas, dos negros, dos pobres e também não gostamos dos homossexuais porque eles são diferentes.

E temos o exemplo deste Parlamento, onde há uma série de divergências políticas e de opinião, mas não há essa forma de preconceito. Você pode não concordar com a opinião de um partido político, de determinado Deputado ou Senador, mas a respeita.

Por último, gostaria de pedir a todos, principalmente aos membros desta Casa Legislativa, a aprovação, o mais rápido possível, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 122, que inclui o preconceito por orientação sexual como crime, tal qual se enquadram as outras formas de preconceito em nosso Código Penal. Há necessidade de que se inclua essa forma de preconceito porque, no momento em que for criminalizado, vamos rapidamente começar a respeitar o direito dos outros.

E não o fazemos porque temos a certeza da impunidade, principalmente pelo fato de que esse comportamento não está sendo apenado.

Finalizando, gostaria de pedir a todos vocês, nossos Deputados e Senadores, que nos representam aqui no Parlamento, que lutem para a inclusão dessa forma de preconceito para a aprovação da PEC 122, principalmente para que na escola primária os professores sejam realmente capacitados e orientados para que possam enfrentar essas situações com seus alunos, com os pais de seus alunos e com toda a comunidade, sem qualquer forma de preconceito.

A escola primária é a primeira instância onde vamos aprender que não pode haver o preconceito e que devemos lutar para que todos sejam iguais. Mesmo que a pessoa se vista diferentemente de nós e considere-se diferente, deve ela ser respeitada como cidadã.

Peço a todos que, com amor ao próximo, lutem para acabarmos com essa homofobia, principalmente nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, prezado Dr. Dalio Zippin.

Gostaria de complementar aqui o registro de presença, iniciando pela Deputada Janete Rocha Pietá, do PT de São Paulo, e também pelos técnicos da Equipe de Formação e Orientação de Educação, Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Pessoas com Deficiência da Coordenação de Ensino Especial da Secretaria de Estado de Educação de Goiás.

Também registro a presença de Terezinha Torres, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); de Daniela Marques, do Ministério da Saúde; o Alison Araújo, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O Deputado Paulo Rubem Santiago está inscrito. Indago a V.Exa. se quer fazer alguma intervenção antes de mudarmos os componentes da Mesa.

Como há apenas um Deputado inscrito, faremos, na sequência a mudança da Mesa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar a iniciativa dos Deputados Carlos Abicalil, Iran Barbosa e da Deputada Fátima Bezerra.

Quero dizer que fazia muito tempo que, às terças, quartas e quintas-feiras, nesta Câmara Federal, eu não tinha a oportunidade de me emocionar, tal como ocorreu no voo de Recife para

Brasília, quando me permiti reler o *Curso de Economia e Desenvolvimento* que o Professor Celso Furtado lançou no Brasil logo que voltou do exílio, em 1975. E na introdução do referido trabalho é feita uma retrospectiva do que foi o retorno do exílio de Celso Furtado e a tentativa dele de voltar a trabalhar em uma universidade brasileira.

Confesso que chorei no avião, porque a história de Celso Furtado merece ser melhor reconhecida por todos nós.

E ontem também me emocionei na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública com a intervenção do Professor Carlos Lessa, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que de forma muito didática fez com que continuemos acreditando que não há ciência exata ou pensamento único em economia. E muitas das questões que vamos ter que enfrentar aqui como propostas de políticas públicas, programas de formação e financiamento não avançam porque fomos submetidos há quase uma década a uma lógica de pensamento único na economia, à supremacia das ideias de mercado frente à necessidade de financiamento.

E quero compartilhar aqui a minha emoção porque sou um dos milhões ou milhares de brasileiros hoje adultos que, na infância, sofreu abuso sexual e não teve, na escola ou na família, o espaço para discutir esses abusos e até hoje reconhece essa dificuldade, na condição de pessoa pública, quando procurado por colegas professores, pais e mães de alunos e dirigentes de escolas.

No ano passado fui procurado por uma diretora de escola pública municipal que tentava pedir alguma forma de apoio institucional ou pessoal, pois era pessoa amiga, porque havia descoberto, por insistência e observação, que uma aluna de nove anos vinha sofrendo abuso sexual do pai há mais de um ano. E quando ela timidamente enviou uma circular para a casa dessa criança para que os pais viessem à escola — e dizia ela a mim que torcia para que viesse a mãe, e não o pai —, veio apenas o pai.

E há todo um processo, e a pesquisa confirma, que incide exatamente naquilo que é essencial para se formular política pública, ou seja, dar-se visibilidade ao que se joga para baixo do tapete.

Sem que se dê visibilidade às questões da desigualdade, da homofobia, do preconceito, da discriminação, que estão expressas em várias nuances da vida da população, do povo brasileiro — desde a infância, passando pela juventude e na vida adulta —, não se formula política pública adequada. E quando não se formula política pública adequada, a aplicação do recurso público é ineficiente, genérica, absolutamente abrangente e não atinge a questão.

Um outro ponto que gostaria de colocar é a retomada do conceito da escola como espaço universal de formação. Mas a escola também é um grande estuário de outras influências. E neste ponto retomo a clássica pergunta que foi título do trabalho do Professor Reinaldo Matias Fleury: *“Quem educa o educador?”*

E eu comentava com o Toni que, apesar de todos esses avanços que estamos conseguindo consolidar, o financiamento do programa pelo Ministério da Educação, estamos convivendo com dois grandes retrocessos. E eu me coloco entre aqueles Parlamentares que entendem que a aprovação do acordo do Governo Brasileiro com o Estado do Vaticano foi um grandiosíssimo retrocesso, inconformidade que deverá ser seguida da pressão e adesão de outras denominações religiosas.

E por que me refiro à escola como estuário de outras influências? Porque o segundo retrocesso ocorrerá quando chegarmos próximos à conclusão do segundo mandato do Governo do Presidente Lula e não termos conseguido construir com a sociedade uma intervenção democrática, cidadã, sobre o que é o universo do poder dos meios de comunicação no Brasil.

Grande parte hoje das influências exercidas na observação da mídia, da formação do caráter, dos valores, perpassa a consciência dos educadores, dos pais dos alunos e dos próprios alunos, exatamente por influência de um conjunto de produtos culturais audiovisuais que entram na casa das pessoas nos finais de semana e que, via de regra, tratam a homossexualidade e as outras identidades sexuais de forma profundamente pejorativa, sarcástica, debochada, desrespeitosa, a exemplo do programa Zorra Total aos sábados, os programas de onze a uma da tarde, que tratam do problema policial, da violência, da angústia das pessoas humildes que sofrem violência.

Quantas vezes muitos de nós ligamos a televisão na hora do almoço e vemos, correndo os canais, um repórter entrevistando um homossexual que foi espancado, alguém que se separou de uma relação conjugal, e o tom é de deboche, depreciativo, anti-humano, antidireitos humanos, antidemocrático. E quem interfere na forma como se ocupam as concessões públicas de televisão?

O que se tentou fazer foi logo taxado de censura. “*O Governo e o Estado querem censurar a liberdade de expressão dos meios de comunicação*”.

Não temos apenas como adversários no combate à homofobia essas questões da escola e da família. Há outro grandiosíssimo universo do mercado, do consumo, que exacerba e vai se somando, tijolo por tijolo, em um desenho trágico — e não mágico — toda uma sorte de preconceitos que transformam a mulher em objeto de consumo.

Discutia há pouco a extensão do vale-cultura para o consumo de bens culturais. No sábado, participei de um debate com produtores culturais. Um representante do Governo do Estado de Pernambuco afirmou que não mais aceitariam participação, em editais para música, de grupos que têm, entre seu repertório, músicas que falam “vem cá pivetinha”, “cheiro de menina”. Isso é pedofilia, é abuso sexual traduzido na linguagem musical.

Se observamos, veremos que estamos permeados disso 24 horas por dia. Vejam as restrições que aqui sofremos quando tentamos impedir a publicidade dirigida ao público infantil, a força que o mercado teve para não permitir uma aprovação ampla e adequada.

Quero encarar na condição de educador, de Deputado e membro da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Direitos Humanos, o compromisso — sou um dos autores do PLC nº 122, são 8 Deputados Federais — no sentido de que o combate à homofobia se dê como uma das faces de um grande poliedro, qual seja a sexualidade na escola.

A escola não está preparada. O sistema público de saúde não está preparado para integrar uma equipe pedagógica multidisciplinar. As duas grandes redes de políticas públicas — Sistema Único de Saúde (SUS) e educação básica — não dialogam entre si.

Fizemos duas inspeções em duas maternidades, junto com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) e outras instituições, para observar o caso de mulheres vítimas de aborto. Vimos que em uma maternidade de referência na cidade do Recife não tinha capilaridade para dar orientação sobre saúde reprodutiva para as mulheres daquela comunidade — na Capital do Estado de Pernambuco.

Então, há um conjunto de fatores que precisam ser enfrentados. Creio que temos de construir propostas. Estamos no início da discussão dos orçamentos federal, estaduais e municipais para 2010.

Temos de intervir nos Conselhos Municipais de Saúde e nos Conselhos Municipais de Educação a fim de que, ao discutir a política pública estadual e municipal de educação nas conferências, possam construir programas de formação para os professores.

A própria universidade que forma a maior parte dos professores não é aberta, não trata com grandeza, com visão pública a diversidade da formação do educador para conviver com essas questões.

Reitero a minha intervenção de que, na Conferência Nacional de Comunicação, a se realizar até o final do ano, possamos fazer o debate dos direitos humanos nos meios de comunicação. Infelizmente, tanto no que é produzido aqui quanto no que é consumido aqui e produzido fora, há todo um quadro de valores e de representação da sociedade que incide, que reforça, que exacerba o preconceito, a visão única de sexualidade, a visão única de família, e isso precisa ser combatido.

No entanto, é uma luta titânica, é uma luta de Dom Quixote contra um conjunto de moinhos. Portanto, temos de ampliar o exército de Quixotes para que possamos fazer valer a luta pelo direito humano, o combate à homofobia e a luta em favor da educação para a sexualidade, uma vez que a escola, no meu entendimento, é tudo aquilo que dela já se disse, é tudo aquilo que se interpreta e tudo aquilo que com ela se queira fazer.

A escola é aparelho ideológico de Estado? Também é. A escola pode ser um espaço de reprodução de valores? Pode. Ela pode ser um espaço de prática de liberdade, como afirmava Paulo Freire? Pode. Depende do compromisso de quem está do lado de cá para intervir na escola e na sociedade e construir uma sociedade

democrática que respeite a diversidade, que afirme os direitos humanos como princípio fundamental da convivência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, companheiro Paulo Rubem Santiago.

Estamos finalizando os trabalhos da primeira Mesa com algumas expressões importantes. Há uma ação contra-hegemônica. Tomamos o cuidado até de utilizar um substantivo, no caso um neologismo: desconstruir. Não pretendemos trabalhar em nenhuma destruição.

Por isso, tijolo por tijolo, mesmo que “morra na contramão atrapalhando o trânsito”, há uma lógica de consolidação de nossas ações que vão pela via da desconstrução e não pela destruição.

Nesse sentido, a convocação dos Quixotes será para as próximas batalhas, com três verbos de ação — organizar, mobilizar e convencer —, imperativos categóricos que movem essa ação na luta por direitos, inclusive o direito de ser diverso e singular, mencionado aqui na penúltima intervenção.

É problema nosso, por isso nós nos pré-ocupamos dele. Nós nos ocupamos antes de ele chegar à nossa pele, ou à nossa herança ou aos registros de ocorrência policial que envolvam os familiares ou aqueles que estejam próximos. Talvez seja essa a maior significação desta audiência pública e do seminário na Câmara dos Deputados.

Há um ditado na Língua Portuguesa, e temos de assumir de que lado estamos em relação a ele: os incomodados que se mudem. Podemos estar no lado dos incomodados ou dos que incomodam.

Creio que a leitura que fazemos aqui da proclamação e da necessidade de afirmação de direitos nos deixa na condição dos incômodos. A tarefa dos incômodos é fazer a mudança dos incomodados, inclusive dos sacrossantos colégios, das Ordens de Advogados e outras confrarias profissionais que habitam o seio da convivência da sociedade contemporânea.

Por isso é importante o ambiente de trabalho das escolas, onde carinho, curiosidade e coragem são imperativos de ação sem os quais, com essas condições de carinho, curiosidade e

coragem, não se realiza aquilo que é tarefa própria dessa praça pública chamada escola.

Assim, finalizamos a primeira Mesa agradecendo às colaboradoras e aos colaboradores a participação neste debate.

Convido o Deputado Iran Barbosa para dar sequência aos trabalhos desta audiência pública e coordenar a segunda Mesa.

Solicito aos oradores da primeira Mesa que se acomodem nas primeiras fileiras, de modo que possam participar dos debates que se seguirão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Depois da realização da primeira etapa da reunião, fico com uma tarefa um pouco mais árdua, pois, com o avançado da hora, teremos de realizar a segunda etapa da audiência pública, que segue concorrida.

Preciso fazer um registro. Não é muito comum, às quintas-feiras, haver tanta concorrência para a realização de uma audiência pública. Isso denota a importância do tema debatido e o significado que ele tem na vida dos homens e mulheres aqui presentes.

Cumprimentos todos os presentes, desejando-lhes uma boa tarde.

Registro a presença da Sra. Andréa Rossati, Assessora de Políticas Públicas LGBT, representando o Governador Cid Gomes, do Estado do Ceará. Agradecemos a S.Sa. a presença.

Convido para compor a Mesa, cujo tema é *A Homofobia e Políticas Públicas de Educação*, o Sr. Lauro Modesto, Coordenador do Projeto Purpurina.

Como a Sra. Clélia não veio, pergunto se há algum representante do Conselho Nacional de Educação. Fica registrado o convite, porém sem a participação; o Sr. Marcos Elias Moreira, Presidente do Conselho Estadual da Educação do Estado de Goiás, a quem convido, com muita satisfação, para compor a Mesa; a Sra. Maria Rebeca Otero Gomes, Oficial de Projeto da Unesco, a quem convido para compor a Mesa; o Sr. Beto de Jesus, Secretário de Finanças da ABGLT, a quem convido para compor a Mesa; Paulo Bicalho, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, a quem agradeço a

presença; e o Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada Alfabetização Universidade do MEC.

Enquanto o Sr. André se dirige à mesa, comunico que os expositores terão 10 minutos para fazerem suas exposições. Peço desculpas porque seremos rigorosos no tempo, em função do adiantado da hora. Transfiro a responsabilidade da contagem do tempo para a Sra. Sonia Hypolito. Peço a ela que se organize no sentido de, quando o expositor completar os 5 minutos de fala, dar o aviso, assim como também quando estiver faltando 1 minuto para a conclusão de sua exposição.

Somente após a exposição de todos os expositores é que passaremos ao debate, motivo pelo qual peço a compreensão de todos.

Passo a palavra ao Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, a quem mais uma vez agradeço a presença.

O SR. ANDRÉ LÁZARO – Muito obrigado. Boa tarde a todos e a todas.

É uma honra integrar Mesa tão ilustre e que trata de tema tão relevante.

Sr. Presidente, peço desculpas pela breve exposição que farei. É que eu já havia marcado um compromisso hoje em São Paulo — inclusive, já perdi o primeiro voo, não posso perder o segundo. Eu estou acompanhado pela Professora Rosilea Wille que coordena a área de educação e direitos humanos do Ministério da Educação. Peço, portanto, no momento do debate, que ela possa nos representar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Perfeitamente.

O SR. ANDRÉ LÁZARO – Nos 10 minutos que tenho disponíveis, Sr. Presidente, farei algumas observações relativamente às políticas públicas que se conduzem na educação em relação aos direitos humanos, em particular ao programa *Brasil sem Homofobia*.

Muito relevante para nós é a distinção entre preconceito e discriminação. Essa distinção nos ajuda a trabalhar, porque a discriminação, a nosso ver, deve ser objeto de sanção legal. A Constituição determina que todos somos iguais. Portanto, qualquer fato discriminatório deve ser tratado por meio da sanção legal.

Nesse sentido, manifesto apoio ao Projeto de Lei (PL) nº 122, porque acho que não podemos brincar com a discriminação.

O preconceito é muito mais complexo, porque envolve convicções que não são necessariamente explicitadas, argumentadas e discutidas. O preconceito é exatamente aquela opinião que se formaliza antes do debate público em que as partes tenham capacidade e espaço de argumentação. Portanto, a nossa sociedade, como qualquer outra, é fortemente preconceituosa em várias dimensões.

O que fizemos no Ministério da Educação, e estamos fazendo agora, em cooperação com a Pathfinder, é identificar de que maneira a escola vive, experimenta e reproduz o preconceito.

Os números constatados por nós são realmente preocupantes. A escola pública brasileira contém o peso de uma normatividade que despreza ou desconsidera o conjunto de públicos que não se adequem a esse padrão imaginário de normatividade. A população homossexual sofre violentamente esse tipo de preconceito, e que não raro se torna também discriminatório na escola. Mas o preconceito permeia a relação das escolas. Infelizmente, o preconceito também atinge a população mais pobre. Para os senhores e as senhoras terem ideia, um dado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) de 2005 nos mostra que 29% das crianças da primeira série foram reprovadas no Brasil em 2005. Quando se reprova uma criança de sete anos de idade no seu primeiro ano escolar, alguma coisa está errada. Não é que ela não aprendeu. É que não a ensinaram. Ela não é responsável por não ter aprendido.

Quando se analisa o perfil de quem foi reprovado, vê-se lá população mais pobre e a população negra. Pior ainda, esse tipo de preconceito ganhou uma naturalização na sociedade.

Nesse sentido, quero saudar, enfaticamente, a coragem do movimento LGBT, porque ele coloca na mesa um debate que não tem como beneficiário apenas a comunidade. O beneficiário é a própria sociedade, que passa a se rever e a olhar por esse espelho aquilo que de fato ela produz como discriminação e como violência simbólica.

Nós temos feito um esforço muito grande, desde 2004, quando o Ministério da Educação, juntamente com outros Ministérios,

assinou o programa Brasil sem Homofobia. Há muitos números, mas não pretendo ocupá-los com esses números. Esse esforço grande, consistente e sistemático é para levar o debate para a formação de professores. Temos no Brasil 1 milhão e 800 mil professores vinculados à educação básica, quase 200 mil escolas e perto de 50 milhões de alunos. Portanto, a escola é hoje, certamente, o equipamento público melhor distribuído no País.

Eu não sou dos que acham que a escola pública deva ser acusada pelas dificuldades educacionais. O Deputado Carlos Abicalil, que esteve conosco até há pouco, conhece profundamente a área e sabe os esforços que têm sido feitos por esta Casa: aprovou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) aumentando os recursos para a educação; aprovou o piso salarial do magistério; aprovou e continua aprovando a criação de universidades públicas com o compromisso de formar professores.

Em relação à percepção que temos da educação pública brasileira, devo dizer que esse enorme exército de pessoas tem ideais — ninguém resolve ser professor sem um ideal —, como o de mudar o País para melhor, o de preparar as pessoas. No entanto, é também um ideal contaminado pela reprodução do preconceito. Preocupa-me essa questão de a escola ter coragem de se abrir e fazer pesquisas, a exemplo do que fazem a Pathfinder e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Queria muito valorizar isso na escola pública brasileira. Ela está disposta a se abrir, a se perguntar com que valores pode trabalhar. Gostaria que essa coragem fosse exemplar, que a mídia se abrisse para pesquisa da mesma forma, que o Judiciário se abrisse para pesquisa do mesmo modo, que os outros poderes se abrissem para a pesquisa também, para pudéssemos saber de fato quais são os valores subjacentes nas cabeças e nos corações dos que tomam decisões. Por quê? Porque essas decisões sempre estão apoiadas em valores e em convicções.

A escola tem um papel fundamental a cumprir, Sr. Deputado, o de trazer o assunto à discussão e o de formar professores. Estamos procurando cumprir esse papel, com a colaboração e o trabalho enorme de muitas instituições. Aqui, de novo, o Movimento

LGBT tem exercido papel fundamental de provocar, de cobrar, mas, ao mesmo tempo, de cooperar com o enfrentamento do problema, a homofobia.

Há cursos em praticamente todas as Unidades da Federação: cursos a distância e presenciais para professores do ensino fundamental. Temos um passo além a dar, mas é um passo delicado. Esse debate nos ajuda a ter clareza de como daremos esse passo.

Certa feita, Sr. Presidente, o Ministro Fernando Haddad recebeu o Ministro Paulo Vannuchi para discutirem políticas de direitos humanos. O Ministro Paulo Vannuchi ponderava: “*Ministro Haddad, o termo direitos humanos tem que aparecer mais no nosso discurso público*”.

Eu sou do Rio de Janeiro, onde, em 1982, o Governador Brizola, eleito contra a ditadura, implantou uma política forte de direitos humanos. Parte da população reacionária dizia: “*Direitos humanos é para bandido*”. Esse resíduo de preconceito e ranço não desapareceu. Então, temos que ter uma política forte.

“*Essa política — completou o Ministro Fernando Haddad — tem que começar na infância*”. Mas, como levar à infância esse debate? Como levar esse assunto às salas de aula, nessa primeira infância? Esse é um desafio pedagógico, ético, político. Creio que a união dos nossos esforços oferecerá respostas a esse desafio.

Para nossa alegria, há um enorme volume de livros infantis e juvenis que discutem esses assuntos, colocando em discussão essas identidades, o paradigma dessas identidades, além de mostrar a pluralidade das potencialidades humanas. O MEC tem o Programa Nacional de Biblioteca Escolar— (PNBE), que coloca os livros nas escolas.

Aqui faço mais um apelo: que os editores ofereçam seus livros ao PNBE, para que eles cheguem às escolas. As escolas recebem esses livros.

É importante — caminho para concluir esse aspecto — que esta audiência e o seminário ocorrido ontem sejam simbólicos de uma união de esforços, cada um com sua responsabilidade e competência, cada um cumprindo o papel que lhe cabe, mas uma união de esforços com vistas a que a educação possa colaborar — sim, colaborar, porque ela, sozinha, não resolverá — com a

desmontagem dos preconceitos e a percepção dessa extraordinária liberdade humana, que acaba sendo restrita por resíduos de uma relação que não cabe mais no século XXI. O que cabe hoje é a afirmação da liberdade, da criatividade, das possibilidades pessoais e certamente com pessoas sentindo-se confortáveis em ser como são e até para atuarem melhor socialmente.

Quero terminar com uma observação que as pessoas da área de educação conhecem e que deve ser ressaltada. A Unesco, no final do século XX, fez um trabalho muito interessante — e a Unesco está conosco aqui —, um debate sobre a educação do século XXI, sobre o que precisa a educação do século XXI. É o Relatório Delors, um relatório acessível e magistral, que o *site* da Unesco traz e que bate no Banco Mundial, porque defende o direito dos países como o nosso de ter educação superior, pesquisa — então, desmonta certas concepções políticas que escravizavam os países em desenvolvimento —, mas observa que a educação do século XXI deve ser capaz de mobilizar quatro aspectos, e que ele chama de quatro pilares. Precisamos que a educação nos ajude a, primeiro, aprender a aprender; segundo, aprender a fazer; terceiro, aprender a viver juntos; e, quarto, aprender a ser. Então, o conceito da Unesco é que nós temos de ter a capacidade de nos afirmarmos pelo que somos, num ambiente que nos acolha, nos valorize e nos permita, dessa maneira, contribuir com uma sociedade melhor.

Lamento não poder ocupar o tempo citando muitos números. Acho que o momento é mais de convicções e de compromissos. Nesse sentido, reafirmo, em nome do Ministro, o nosso compromisso de prosseguir no trabalho que vimos fazendo juntos, colocando o Ministério da Educação à disposição.

Mais um pequeno detalhe, que eu comentava ainda agora com o Toni: antes de sair para cá, por questão meramente burocrática, assinei um ofício ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) que solicita que as medidas adotadas pelo Pará e outros Estados de validar o nome social na ficha do aluno sejam adotadas nacionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado ao Sr. André Lázaro.

Com a boa notícia com que conclui a sua fala, pedimos que leve os cumprimentos de todos os que fazem as duas Comissões, a de Legislação Participativa e de Educação e Cultura, ao nosso Ministro.

Compreendendo os seus compromissos, André Lázaro, agradecemos a sua presença e convidamos a Rosilea Wille para ocupar aqui o seu lugar. Com muita satisfação, recebemos a senhora aqui. Faça uma boa viagem e bons compromissos.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Elias Moreira, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, depois da notícia aqui dada pelo Secretário, para que possa fazer também a sua exposição.

O SR. MARCOS ELIAS MOREIRA – Boa tarde a todas e a todos.

Quero, em nome do Conselho Estadual de Educação de Goiás, agradecer a oportunidade, particularmente ao Deputado Iran Barbosa, e pedir a ele que leve também os nossos agradecimentos à Deputada Fátima Bezerra e ao Deputado Carlos Abicalil.

A participação do Conselho Estadual de Educação de Goiás em torno dessa discussão está relacionada a uma ação que nós desenvolvemos. Agradeço também ao Toni Reis a oportunidade dada ao Conselho Estadual de Educação de participar desta discussão.

Nós preparamos uma apresentação.

Eu não vou detalhar a apresentação, mas vou acompanhá-la.

Esta é uma oportunidade de discutir este aspecto, que é aquilo que o Deputado Iran disse no início: o que nós temos observado é que, nas escolas que lidam de forma mais complicada com o preconceito, o resultado final do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, o domínio do saber pelos alunos é menor do que naquelas escolas que têm programas e que se preocupam em incorporar a diversidade.

A juízo do Conselho de Estadual de Educação de Goiás, uma das tarefas centrais da educação no momento é superar a trajetória histórica de uma educação que foi construída ao longo do processo para selecionar e, portanto, para excluir e agora trabalhar uma educação que não vai selecionar, mas incluir e, portanto, trabalhar dentro da diversidade.

Nós apresentamos uma concepção que está presente num dos programas do Ministério da Educação, coordenado pela Secad, que dá um conceito, uma ideia da educação que nós gostaríamos de construir no País.

Uma afirmação de Boaventura de Sousa Santos, sociólogo português por demais conhecido, que faz uma defesa da importância e da necessidade de, na sociedade contemporânea, nós lidarmos com a igualdade e com a diversidade. E esta é uma tarefa absolutamente central, porque, como ele afirma, nós temos direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza e temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza. Este deve ser um norte para o trabalho a ser desenvolvido, a juízo do Conselho Estadual de Educação.

Então, quando a ABGLT solicitou ao Conselho Estadual de Educação que travestis e transexuais tivessem direito de usar o nome social nos registros escolares, o Conselho Estadual de Educação solicitou ao Prof. Marcos Antônio Cunha Torres, nosso Conselheiro que está presente aqui, um parecer. Discutimos e dialogamos, ouvindo diversos setores da sociedade civil e pesquisadores da educação e da questão da sexualidade, e nós estabelecemos, a partir daquele parecer — aqui estão apenas alguns trechos do documento, mas em cada uma das pastas há uma cópia dele à disposição de vocês —, a Resolução nº 3, deste ano.

Eu chamo a atenção porque nós, ao nos debruçarmos sobre o assunto, percebemos que era preciso assegurar o direito solicitado na inicial do processo, mas achamos também que talvez mais significativo do que assegurar aquele direito do ponto de vista formal, de modo a dar àqueles que procuram enfrentar a homofobia dentro das escolas um instrumento para esse enfrentamento, seria importante que nos dois parágrafos finais da resolução nós estabelecêssemos que cada um dos mantenedores de escolas — seja esse mantenedor, por exemplo, o Estado de Goiás, que está representado pela Coordenação de Ensino Especial, que está desenvolvendo um trabalho excepcional de acompanhamento de todas essas dificuldades relacionadas à homofobia dentro das escolas, ou as instituições que têm rede de ensino — tenham

políticas que tratem do tema e criem condições para acesso e permanência dos alunos dentro das escolas.

Isso é importante porque é impraticável pensar numa sociedade desenvolvida, com qualidade de vida, onde uma parte da população não tenha acesso ao sistema educacional. E é exatamente isso que nós achamos ser preciso assegurar, porque, da observação que fizemos nós, do Conselho Estadual de Educação, da observação que tem feito o grupo da Secretaria de Estado da Educação que tem acompanhado os problemas, nós constatamos que a dificuldade em superar esses problemas traz consigo a dificuldade no processo de ensino-aprendizagem.

Alguns exemplos, só para nós termos como referência e nele pensarmos: o Conselho Estadual de Educação foi acionado recentemente pelo pai de um aluno de uma escola que gostaria que o assunto fosse tratado pelo Pleno do nosso Conselho. E o assunto era referente a um aluno que tinha sido retido numa determinada série. Nós começamos a discutir o assunto, convidamos os interessados para o diálogo — porque sempre fazemos isso no Conselho: convidamos não só os pais, mas também a escola — e começamos a desvendar o novelo.

E ficou, a partir de várias discussões, caracterizado o problema, inclusive quando o Conselho recebeu um abaixo-assinado de todos os professores, os quais diziam que, se aquele aluno fosse promovido para a série seguinte, nenhum deles trabalharia naquela série. Dessa forma, a série ficaria sem nenhum professor, e, portanto, os alunos não teriam assegurado o direito ao processo educacional. Nós fomos observar o que estava por trás de toda aquela situação e descobrimos que era exatamente o preconceito com relação à sexualidade de um aluno que não tem sequer dezoito anos.

Mas a situação é mais complexa do que nós podemos imaginar: na condição de professor, em sala de aula, trabalhando e discutindo a questão da diversidade e levantando a questão da sexualidade, uma das minhas alunas disse o seguinte: *“Olha, professor, na nossa escola enfrentamos um problema desse tipo. E nós ficamos com muita dúvida sobre como iríamos resolver essa questão. Depois de muito pensar e de muito dialogar, nós fizemos um círculo de oração e*

ficamos uma semana orando. E Jesus, então, curou aquele aluno.” O mais grave desse caso é que a professora que me disse isso lecionava para as séries iniciais do ensino fundamental. Portanto, nós estamos tratando de alunos de seis anos de idade — em Goiás, o ensino fundamental começa aos seis anos desde 2003.

Quer dizer, a situação atinge certos aspectos que às vezes nós não percebemos.

Ainda na semana passada, uma de nossas Conselheiras foi procurada por um diretor que dizia o seguinte: *“Olha, professora, nós queríamos que vocês tomassem uma providência porque na minha escola está havendo muitos gays. E há duas professoras que têm uma relação homoafetiva. E o fato de essas duas professoras terem essa relação está sendo um péssimo exemplo para a nossa escola, de tal forma que os alunos se julgam no direito, portanto, de ter...”*

Em suma, um dos nossos Conselheiros foi procurado por outro diretor, que dizia o seguinte: *“Olha, professor, nos ajude porque os professores da nossa escola querem expulsar os nossos dois melhores alunos, os dois mais inteligentes, porque eles são homossexuais.”*

É, portanto, uma situação que envolve diferentes facetas que precisam e devem ser tratadas, sob pena de nós não darmos conta de oferecer uma escola de qualidade para o conjunto da população. Esse deve ser o objeto central das escolas, das instituições educacionais. Se nós queremos, de fato, ter um País, uma sociedade com qualidade de vida para o conjunto da nossa população, evidentemente, não se faz isso sem uma boa educação. E não se faz uma boa educação excluindo parcela da população por razões como essa.

Por fim, eu acho que é importante essa citação de Nelson Mandela, que chegou à Presidência da África do Sul combatendo um tipo também vergonhoso de preconceito. E ele dizia que ninguém nasce odiando ninguém. As pessoas aprendem a odiar as outras. E, do mesmo jeito que elas aprendem a odiar, aprendem também a amar. Então, se nós invertermos a lógica, se nós pensarmos que todos somos iguais naquilo que é importante para a vida em sociedade, mas que todos somos diferentes porque a diversidade é legal, é aquilo que enriquece a sociedade humana, nós vamos ter condições de construir uma boa escola, uma boa educação.

É isso que nós temos feito no trabalho do Conselho Estadual de Educação não só em torno desse tema, mas também dos diferentes temas que estão relacionados com a educação. E nesse aspecto estamos trabalhando não só na Secretaria de Estado da Educação — está conosco aqui também o pessoal de um programa de gênero e diversidade da Universidade Estadual de Goiás, a Profa. Maria do Carmo, que é Conselheira do Conselho Estadual de Educação e trabalha também no ensino médio em torno de questões como essas —, exatamente para procurarmos construir uma prática educativa que seja capaz de construir uma sociedade em que a riqueza e o conhecimento não sejam patrimônio de poucos, mas sejam vivenciados pelo conjunto dos que compomos a sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Muito obrigado, Sr. Marcos Elias, pela contribuição não apenas do senhor, mas do Conselho Estadual de Educação de Goiás.

Estamos com transmissão ao vivo pela TV Câmara desta audiência pública sobre homofobia nas escolas.

Nesta segunda Mesa, quero passar a palavra à Sra. Maria Rebeca Otero Gomes, Oficial de Projetos da Unesco, para que também possa dar as suas contribuições ao debate.

A SRA. MARIA REBECA OTERO GOMES – Muito obrigada.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Desculpe-me. Eu gostaria de registrar que já está entre nós o Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, a quem agradecemos também a presença na audiência, que continua sendo disputada em termos de buscar acompanhar o debate importante que travamos aqui.

Por favor, com a palavra.

A SRA. MARIA REBECA OTERO GOMES – Boa tarde.

Eu gostaria de agradecer ao Deputado Iran Barbosa e também de agradecer a todos os que ainda estão aqui, apesar do avançado da hora, a oportunidade de estar falando para vocês.

Eu sou a representante da Unesco neste debate. A Unesco, em 2002, criou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

Cito essa declaração porque ela enfatiza que cada indivíduo deve reconhecer e aceitar o outro em todas as suas formas e manifestações, reconhecendo a pluralidade em cada indivíduo dentro de sociedades culturalmente diversas, o que tem muito a ver com a nossa discussão.

A homofobia nas escolas — aqui faço um pequeno diagnóstico, meu mesmo, de lembranças — é pouco documentada. Muitas expressões de preconceito e discriminação em torno do sexual tendem a ser naturalizadas — como se fosse muito natural isso —, até prestigiadas e não entendidas como violência. Ela está presente junto a professores e alunos nas nossas escolas públicas e privadas. A maior parte dos currículos e livros didáticos não inclui ensino da diversidade sexual. Depois eu vou mostrar dados que falam sobre isso. A homofobia nas escolas contribui para aumentar a vulnerabilidade dos jovens às doenças sexualmente transmissíveis; para não discutirem questões de sexualidade; para não aceitarem a diversidade. Isso prejudica a qualidade educacional e desestrutura todo o processo educacional. Para termos qualidade educacional, é importante enfrentarmos e debatermos essas questões.

A Unesco lançou uma pesquisa pioneira, que foi publicada em 2004, em que trabalhou em 14 capitais brasileiras, com aproximadamente 16 mil alunos, 3 mil educadores e 4.500 pais de alunos. Cito essa pesquisa, apesar de ela ter sido publicada em 2004, porque ainda é muito atual. Temos outras pesquisas, mas essa é uma pesquisa que marcou, teve uma divulgação muito grande no âmbito educacional e gerou o livro *Juventudes e sexualidade*, que pode ser visto no *site* da Unesco.

Apresento alguns resultados rapidamente: um quarto dos alunos entrevistados indicam que não gostariam de ter um colega homossexual — em todas as capitais, praticamente —; bater em homossexuais foi considerada a sexta causa de violência pelos meninos e a terceira causa de violência pelas meninas — ao lado de assassinato, estupro e outras violências.

Desde 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais. Mesmo assim, temos um percentual grande de alunos e professores

que ainda pensam que ela é doença. Entre os alunos, a pesquisa apontou aproximadamente índices que variam de 12%, na capital que apresentou o menor deles, a 18%, na que teve o maior índice. Entre os professores, esse número variou de 7% a 22%, o que mostra a desinformação de muitos deles com relação à questão. Já entre pais de alunos, houve um percentual grande que variou de 29,6%, em Vitória, a 47,5%, em Fortaleza — cito essas capitais como exemplo, mas depois vocês podem aprofundar mais na pesquisa. Tal percentual refere-se a pais de alunos dos ensinos fundamental e médio que não gostariam que homossexuais fossem colegas de escola de seus filhos.

Isso tudo gera abandono escolar, conforme demonstrou a pesquisa. Vejam, por exemplo, o depoimento de alunos em um grupo focal de Salvador: *“Na minha sala tinha um menino homossexual, e a galera, os meninos o perturbaram tanto até ele sair da escola. E não voltou.”* Isso é fato: temos o abandono escolar; temos a privação do direito à educação para essas pessoas. Precisamos enfrentar a questão com legislação e políticas públicas que efetivamente garantam esses direitos.

Ainda no campo da educação, podemos destacar a questão do material didático. Cito a pesquisa realizada pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero em parceria com quatro universidades brasileiras — Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) — e publicada na revista *Psicologia Política*, em 2008. Uma das pesquisadoras foi a Tatiana Lionço, que infelizmente não está aqui, mas participou da Mesa anterior. Elas estudaram 67 dos 98 livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático e pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, bem como os dicionários distribuídos no Programa Nacional Biblioteca na Escola pelo Ministério da Educação.

Após terem estudado esses materiais, chegaram ao resultado de que os dicionários veiculam informações e injúrias absolutamente homofóbicas. Por exemplo, quando se busca o termo lésbica, encontramos “mulher macho”, “sapatão”. Quer dizer, eles estimulam o uso desses verbetes e de outros, como *gays*, *veados*,

que vocês conhecem bem, ou seja, estimulam o preconceito. O livro didático, apesar de não ter conotação homofóbica, silencia-se sobre a questão da diversidade e naturaliza a heterossexualidade e o binarismo de gênero. Precisamos urgentemente avaliar, verificar e modificar esse fator.

Um terceiro aspecto ainda na questão educacional refere-se ao currículo. O Brasil tem avanços também nessa área, pois os parâmetros curriculares nacionais incorporam a orientação sexual aos temas transversais e priorizam questões sobre a promoção da saúde sexual, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs)/Aids, gravidez juvenil, direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, apesar de esses temas constarem dos parâmetros curriculares nacionais, eles não estão nos projetos pedagógicos das escolas. Elas falam, no máximo, sobre a igualdade de gênero, mas não abordam as questões de orientação sexual, diversidade e respeito.

Nesse sentido, a Unesco lançou as *Diretrizes Internacionais sobre Educação em Sexualidade*, que foi publicada este ano ainda em inglês. É uma publicação mundial feita após dois anos de diversas pesquisas científicas e estudos de avaliação de currículos em dezoito países e está sendo traduzida para o português, para que possamos trazer a discussão para o Ministério da Educação e para as secretarias de educação. Ela é uma ferramenta para a construção de currículos, pois dispõe de embasamento científico e acompanhamento de toda a questão curricular.

Ela divide os alunos em 4 grupos etários — de 5 a 8 anos; de 9 a 12 anos; de 12 a 15 anos; e de 15 a 18 anos —, orientando sobre o que deve ser trabalhado e como. Temos de começar cedo, trabalhando as crianças com relação à sexualidade a partir dos 5 anos de idade.

Tais diretrizes têm como fundamento, na parte de comportamento sexual, o respeito à diversidade; o respeito às distintas orientações sexuais e identidade de gênero; a tolerância e respeito pelas diferentes expressões da sexualidade tanto em âmbito local quanto entre culturas; e a valorização da discussão das diferenças. Isso se refere a todos esses grupos etários, sendo que, para cada um, devemos ter as informações apropriadas que caibam à compreensão. Mas temos de começar cedo.

Para concluir, sobre a política relacionada a esses aspectos, há uma declaração assinada por ministros de educação e de saúde de países da América Latina e do Caribe em julho de 2008, no México, na qual se comprometeram a implementar a educação para a sexualidade. Então, precisamos fazer esforços para que o Brasil também implante isso efetivamente. Se tivermos legislação e políticas, poderemos garantir a inclusão da temática da diversidade sexual nos projetos pedagógicos das escolas de educação básica, desde a infantil até o ensino médio; a inclusão nos livros didáticos; e a formação de professores em todas as disciplinas de educação básica.

Este é um tema transversal. Quando a homofobia acontece na sala de aula, de matemática ou qualquer outra disciplina, o professor tem de saber como trabalhá-la. É preciso incluir essa temática na formação inicial do professor para que ele saiba efetivamente como fazer. As universidades têm de inseri-la nas diversas graduações de professores, nas licenciaturas. Também devemos envolver os jovens, bem como a sociedade civil e outros setores, para que todos possam fazer educação de pares e contribuir.

Com isso, Srs. Deputados, poderemos garantir os direitos humanos, a diversidade e a qualidade da educação básica na escola. É o que a Unesco preconiza. Estamos aqui para contribuir com o debate. Por isso agradeço imensamente a oportunidade a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Nós é que lhe agradecemos inclusive a compreensão e o esforço para, em tão curto espaço de tempo, tratar de dados tão relevantes para todos.

Muito obrigado à Unesco pela contribuição. Muito obrigado à Sra. Maria Rebeca.

Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, reitero a presença do colega Deputado Fernando Ferro e informo que também está presente o Deputado Jairo Carneiro, do Partido Progressista (PP) da Bahia, a quem agradeço por estar aqui.

Passo a palavra ao Sr. Lauro Modesto, coordenador do Projeto Purpurina, que também dispõe de 10 minutos para sua exposição.

O SR. LAURO MODESTO – Boa tarde a todos. Apresento-me com muito orgulho: sou marido da Edith Modesto.

Vou contar a minha história: sou engenheiro civil; fui professor, durante 35 anos, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; lecionei em várias outras escolas de Engenharia; trabalhei profissionalmente fazendo projetos; participei de projetos importantes, principalmente de barragens, como Itaipu, Água Vermelha, Três Irmãos, e outros.

Mas não vim aqui para apresentar meu currículo, apenas quis mostrar que sou uma pessoa ocupadíssima, pois, após me aposentar, continuei trabalhando. Parece mentira até para mim mesmo: faz quase vinte anos que me aposentei, mas continuei trabalhando até mais do que antes, fazendo livros técnicos, softwares para cálculo de concreto armado. Portanto, trabalho muito. Mas fiz questão de arrumar um tempo adicional — e isso me toma um tempo significativo — para trabalhar no Projeto Purpurina, do qual sou coordenador-geral.

Hoje tenho muito orgulho do trabalho da minha mulher — daqui a pouco vou explicar o porquê desse “hoje”. Como vocês sabem, ela dirige o trabalho do GPH, Grupo de Pais de Homossexuais (GPH), além de um grupo virtual utilizado por centenas de pais e mães que se comunicam via Internet. E ainda há um encontro presencial, uma vez por mês, no último domingo de cada mês.

E a esse grupo dou também minha colaboração, falando mais com os pais. Eu notei — e parece que a Edith concorda comigo — que os pais gostavam mais de falar comigo, porque homem quer falar com homem. Tenho certeza de que ela está achando esta minha colocação mais uma evidência de machismo, mas o fato é que eles gostavam de falar comigo. E eu explicava a eles a dificuldade que eles tinham, a qual eu também tive, para aceitar um filho homossexual.

Quando minha mulher — isso deve ter uns vinte anos — chamou-me para contar o fato — e devo dizer que tivemos sete filhos, e o caçula, o Marcelo, foi o filho que ela me apresentou como homossexual —, foi para mim uma enorme surpresa, pois ele não tinha característica alguma. E eu não desconfiava absolutamente de nada disso. E falei para meu filho que continuaria gostando dele do mesmo jeito, que isso não tinha importância

alguma. Homo, hetero, alto, baixo, enfim, nada disso tem importância, o que vale é o caráter. E isso ele tinha, e tem muito. É um filho brilhante, professor na USP, fez mestrado naquela universidade e doutorado na Califórnia. Dia desses ele embarcou para os Estados Unidos, onde está fazendo um pós-doutorado. Portanto, devemos ter muito orgulho de um filho assim.

Embora eu tenha falado isso — e foi verdade — houve dificuldades. E tanto havia dificuldades que, às vezes, andando ou dirigindo, eu lembrava do caso e a minha reação era pensar: *“Era só o que faltava!”*

Quer dizer, eu não estava aceitando ainda. E uma coisa até que vou confessar aqui: quando eu soube, após ter falado aquilo para meu filho, chamei a minha mulher e falei a ela que não contaríamos a amigo, vizinho, parente ou quem quer que fosse. Ou seja, seria um segredo de família. É uma reação covarde que, infelizmente, é a da maioria das pessoas — acredito. Mas o interessante é que falei tudo isso para a Edith, e ela foi para a televisão... Ou seja, seguiu a ordem direitinho.

Agora eu explico. Hoje eu tenho orgulho do trabalho dela, que fui observando, vendo que era muito bonito. E eu quis ajudá-la. A ajuda foi aos pais, como eu já contei, e ela fundou o Projeto Purpurina. Quero explicar que esse nome foi dado em razão do primeiro local de reunião, a Rua Purpurina, em São Paulo. Hoje não fazem mais o encontro naquele local, mas ficou o nome do projeto. Então, é um projeto muito bonito.

A Edith notou que levava conforto e compreensão a pais e mães, mas não dava a mesma compreensão aos filhos, os quais também tinham suas queixas fundadas. Isso ocorre porque os pais não estão preparados para receber o filho. Então, muitos filhos apareciam lá e contavam que os pais não os recebiam direito em casa, não os apoiavam em nada, inclusive restringiam acesso ao computador, retiravam o celular, proibiam de receber amigos, assim por diante. A gente também já contou sobre isso. E ela, então, mostrava as dificuldades e eu procurava ajudar esses filhos para que eles também aceitassem os pais; que, aos poucos, aquilo seria amenizado e até mesmo resolvido, como ocorreu em muitos casos.

Então, há quase ano e meio assumi o encargo de coordenador-geral do Projeto Purpurina e faço os trabalhos que a Edith não gosta, como organização, contabilidade, compras, concorrências para compras e assim por diante.

Portanto, o que eu queria, pessoal, era mostrar a vocês que estou dando uma colaboração pequena, mas é alguma coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Agradecemos a contribuição que o Sr. Lauro Modesto nos deu.

Uma coisa que acho ficou muito evidenciada nesta Mesa é exatamente o fato de que estamos discutindo questões sobre dados técnicos e concretos de pesquisas que nos servem para refletir sobre nossas ações a respeito do tema que está sendo debatido, mas também há uma carga de emoção que precisa estar também inserida em debates dessa natureza, para que o humanizemos e não o transformemos em uma discussão fria, gélida, que não traz consigo a emoção necessária à avaliação de tudo o que envolve o tema “homofobia”.

Quero registrar com alegria a presença dos Prof. André Antunes Martins e Cláudio Germano dos Santos Oliveira, ambos do Andes, Sindicato Nacional dos Profissionais de Ensino Superior, que acompanham esta discussão. Muito obrigado pela presença. Sejam bem-vindos.

Gostaria, neste momento, de passar a palavra ao Sr. Beto de Jesus, Secretário de Finanças da ABGLT.

O SR. BETO DE JESUS – Gostaria apenas de fazer uma correção, pois eu não queria me qualificar como Secretário de Finanças; esse é apenas um cargo que ocupo na referida organização. Na verdade, sou educador e o trabalho que faço é na área de educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Muito bem. Correção registrada.

O SR. BETO DE JESUS – Bom, eu queria agradecer muito ao Iran Barbosa, à Fátima Bezerra e ao Carlos Abicalil porque, na verdade, esta audiência é fruto do esforço destes e de outros Deputados que também trabalham com o tema. Mas estes, em

especial, são os que pegam o touro a unha nesta Casa e que não têm vergonha, muito ao contrário, têm orgulho em deixar muito visível a suas opções em relação a esse público que representa uma quantidade significativa da sociedade e que, infelizmente, ainda não mereceu uma política pública que respondesse às suas necessidades. Registro, aqui, o meu agradecimento.

Ao ser convidado, perguntei qual chapéu iria usar. Não estou falando de moda, mas porque participamos de diferenciados espaços. Fiquei pensando um pouco no que posso ajudar na construção de políticas públicas de Estado. E para falar de políticas públicas de Estado preciso ser bastante crítico com as políticas públicas que estão sendo implantadas. Aí, o chapéu que vou usar neste momento é o de ativista da Associação Brasileira. Então, não estou movido a afetos, a amores, a respeito às pessoas; estou pensando especificamente de que forma podemos avançar nas questões de políticas públicas de Estado.

Sartre disse que o inferno é os outros. Ele estava se referindo às escolhas que fazemos em oposição àqueles que impossibilitam que as façamos. Vou parafrasear aquele autor para dizer que o inferno é a escola; a escola é o inferno. “Ah. Mas a minha escola é ótima...”. Eu não quero pegar um caso particular e transformá-lo em universal, porque quero olhar como um todo, e a escola como um todo é um inferno.

Eu lembro um caso. Na preparação das conferências estaduais para a Conferência Nacional, eu fui convidado por um Estado, e não sei por que juntaram naquela Mesa Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública. Eu fiz a pergunta para a Secretária de Educação: a senhora poderia, por gentileza, me dizer quantas travestis estão na escola? Porque eu tenho certeza que o Secretário de Segurança sabem quantas estão presas. Eu tenho absoluta certeza de que ele sabe quantas estão presas, porque o espaço da escola não é o espaço para travesti, para transexual, para *gay* afeminado e para lésbica masculinizada. Essas pessoas não têm espaço na escola. Você pode ser *gay* se for higiênico, no sentido de não ter nenhum tipo de trejeito; você pode ser lésbica, agora as travestis têm a manifestação expressa e desenhada no seu corpo, e isso o sistema não admite.

Infelizmente, os gestores das escolas tentam resolver os seus problemas, o que significa fazer com que essas pessoas não fiquem no espaço escolar. Fazê-las ficar no espaço escolar significa dizer que elas terão de modificar todo o arranjo, os tempos escolares; pensar a coordenação pedagógica desse espaço, e isso gera muito trabalho. Então é mais fácil tirar essas pessoas. As nossas travestis não estão na escola. As poucas que estão são heroínas. Ser *gay* na escola é difícil; ser travesti na escola é quase impossível.

Fico pensando um pouco sobre o discurso do MEC hoje. O MEC demorou um pouquinho mais de setenta anos para tocar nas questões de orientação sexual e de identidade de gênero. A Rebeca nos lembrava aqui dos parâmetros curriculares com a orientação sexual. Só que a orientação sexual nos parâmetros curriculares está na perspectiva de educação sexual, não de orientação sexual, que é outra coisa. Se lermos os parâmetros curriculares na perspectiva de orientação sexual, não será encontrada a palavra “homossexual”, não se encontrará nada e, sim, algumas outras questões que não estou dizendo que não são importantes, mas existe uma invisibilidade desses sujeitos dentro desse espaço e nos documentos que se estabelecem.

Aí se acena para nós a criação da Secad, como uma Secretaria que cuidaria das questões da diversidade. Eu sinto muito em dizer que, para mim, ela tem uma atuação bastante tímida, muitas vezes com respostas completamente inconsistentes, não estando à altura dos compromissos assumidos.

Tivemos a construção do programa *Brasil sem Homofobia*, que apontou, num primeiro momento, ações em vários Ministérios e no Ministério da Educação. Algumas dessas ações foram implementadas de forma tímida e deixaram a desejar em relação àquilo que precisávamos e esperávamos como espaço.

Acredito que ainda falta muito diálogo com o movimento e há pouquíssima abertura com parte dos setores que fazem a crítica e a querem mais corajosa. Queremos a Secad mais corajosa e mais comprometida. Não estou dizendo que não é, mas queremos mais. Temos de olhar para a Secad com carinho, mas não dá mais para deixar de falar o que estamos vendo.

Queremos política pública, e política pública de Estado. Existe um silêncio institucional. Eu acho, e não somente eu, que a Secad, como uma secretaria em que estão aportados vários sujeitos, com vários marcadores identitários, e nós temos ali aportados os LGBTs, fala muito pouco o tema. Basta acessarmos a página web para constatar o que estou dizendo. É óbvio que existem pressões de todos os lados, mas enquanto uma secretaria que faz políticas públicas, ela tem de fazer para todos e todas: para negros, para índios, para a população do campo, para homossexuais, e é muito tímida.

Os dados apontados pelo estudo da Anis, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, sobre os livros escolares são o reflexo da timidez que estou falando. Se estou falando de política pública, eu quero, sim, que haja livros que apontem para essas questões. Isso se faz necessário. Não podemos mais nos contentar com tão pouco, e a dificuldade de se ter vários chapéus é que se acaba conhecendo as estruturas porque, em determinado momento, você ou faz parte delas ou lhes presta algum serviço.

Precisamos de uma Secad que tenha infraestrutura institucional; que tenha uma coordenação para cuidar desse assunto como ele deve ser cuidado; com pessoas que entendam como deve ser cuidado.

Não me contento mais, como ativista, em ficar debaixo do guarda-chuva dos direitos humanos. Quando se coloca alguns sujeitos debaixo do guarda-chuva dos direitos humanos, higieniza-se esses sujeitos e tira-se deles determinadas situações. “Ah, mas nós estamos aqui lutando pelos direitos humanos dos *gays*.” Muitas vezes, a palavra “*gay*” não é proferida, a palavra “lésbica” não é proferida. Quando dizemos que isso tem de estar visível no documento, escrito com todas as letras — lésbica, *gay*, travesti, transexual — é porque isso faz parte dos sujeitos.

Acabo de vir de uma consulta com o Banco Mundial, que discutia a terminologia para questões de prevenção — o Lauro estava conosco —, e dizíamos: não dá para escrever só MSM (mulheres que têm relações sexuais com mulheres) ou HSH (homens que têm relações sexuais com homens). Isso já foi. Nós temos de escrever “*gays* e travestis”. Porque quando uma agência, um

banco, um Ministério assume *gays* e travestis, essas pessoas ganham concretude; ganham corpo e acabam sendo desenhadas e definidas pela política pública. E corremos o risco, quando trabalhamos sob o guarda-chuva dos direitos humanos, que é um bandeira nossa, de tornar invisíveis as questões LGBTs. Isso é inadmissível, não podemos concordar.

Também não se pode citar em documento orientação sexual e identidade de gênero, porque está virando neologismo — “ah, porque nós aceitamos a orientação sexual e identidade de gênero.” Isso esvazia novamente os sujeitos. O conceito de orientação sexual e de identidade de gênero tem de ser incorporado, mas ele é incorporado em corpos; corpos que sentem, corpos que amam, corpos que são violados nos espaços escolares, como vimos aqui em relatos anteriores. É desses corpos que falamos. Então, usar orientação sexual e identidade de gênero nos documentos já não nos refresca mais também, porque vira jargão de novo e outra vez se higieniza esses sujeitos.

Acho que temos de avançar na perspectiva de uma maior interlocução junto ao Ministério da Educação. Eu sinto a ausência do Ministro nas questões relacionadas a LGBTs. Já conseguimos falar com os Ministros, eles já estiveram em espaços nossos, mas o Ministro Haddad ainda não esteve em espaços nossos; ele não foi nem na Conferência Nacional. Outros Ministros foram.

Algumas questões vão se desenhando e, para nós, a questão da educação é fulcral, é estruturante, é onde temos de mexer, e não dá mais para ficarmos com medidas paliativas, feitas de forma tímida, que não garantam visibilidade, e achar que isso está o.k., está tranquilo.

Para finalizar, tão grave quanto a situação da violência homofóbica é a omissão de falar e de citar dados sobre ela. Cito o exemplo da pesquisa da Fipe, porque eu acho que o Ministério da Educação não a divulgou como deveria, porque ela dispõe de dados que muito nos interessam. Deixar de divulgar esses dados da forma como deveriam ter sido divulgados volta-se à questão da invisibilidade e novamente se deixa de colocar esses sujeitos onde eles devem ser colocados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iram Barbosa) – Muito obrigado, Beto, pela sua importante contribuição.

Registro com satisfação a presença da colega Deputada Federal Janete Capiberibe e do Deputado Estadual Camilo Capiberibe, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Amapá, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado. É muita satisfação tê-los entre nós, sejam bem-vindos.

Passo a palavra ao último orador desta nossa Mesa, o Sr. Pedro Paulo Bicalho, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro para que também faça a sua exposição.

O SR. PEDRO PAULO BICALHO – Boa tarde a todos e a todas. Primeiro agradeço à Comissão o convite à psicologia brasileira para estar aqui representada nesta importante audiência pública sobre um tema que é muito caro a nós, psicólogos.

Como foi mencionado, estou aqui representando o Conselho Federal de Psicologia. Sou atualmente professor do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A instância que representamos, o Conselho Federal de Psicologia, representa hoje 180 mil psicólogos. Como a renda também é muito mal distribuída geograficamente, somos hoje 110 mil psicólogos atuando em apenas 3 Estados — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais — e os demais no restante do País. Esse é um dado para pensarmos.

A minha participação aqui é para falar sobre a homofobia e problematizar o que significa de fato esse termo, que é comumente tratado de forma reduzida, entendendo-o apenas como agressões físicas, uma violência que é de um campo que não necessariamente do que vou abordar aqui. Eu vou apresentar alguns dados para que possamos pensar sobre isso.

(Segue-se exibição de imagens.)

A definição que geralmente utilizamos de homofobia é o medo, a aversão ou a discriminação à homossexualidade ou aos homossexuais. É o ódio, a hostilidade, a desaprovação contra as pessoas homossexuais.

Como efeito disso, comumente entendemos a homofobia como agressões, violências e assassinatos em razão da orientação

sexual ou da identidade de gênero da vítima, que rompe com o padrão heteronormativo da sociedade. De um modo geral, reduzimos o conceito de homofobia à violência física.

Se entendermos como se dão as práticas de criminalização de homofobia e de criminalização das homossexualidades no mundo, entendendo aí a criminalização da homofobia como a conquista de alguns direitos, perceberemos que aquelas áreas do mundo que estão desenhadas com a cores amarelo e vermelho são exatamente os países onde existem conquistas da população LGBT, onde passamos a pensar a criminalização da homofobia. Nas áreas azul e rosa, percebemos exatamente o contrário: lugares onde a homossexualidade ainda é considerada um problema de justiça penal. Percebemos, por exemplo, que a América Latina é uma área, de um modo geral, sem cor. Percebemos que a América Latina não é azul nem rosa, e tem pouquíssimas áreas amarelas e nenhuma área vermelha.

Eu sou professor de Criminologia, e quando examinamos os códigos penais de todos os países da América Latina, percebemos que o primeiro quadrinho amarelo refere-se a países da América Central; são países onde a homossexualidade é entendida como crime, portanto, criminalizada em suas leis penais. São países como Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Jamaica, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente, Granada, e Trinidad e Tobago. Esses dois últimos países, Trinidad e Tobago e Belize, têm como critérios de concessão de vistos de entrada a sexualidade, em especial a questão da heteronormatividade. Então, a população LGBT não consegue, se for perguntado, e assim responder, o visto de entrada em Belize e Trinidad e Tobago. Belize é importante país que faz fronteira com o México e Guatemala, e não é pequeno como os demais.

Na América do Sul, temos a Guiana como um país que também criminaliza as práticas homossexuais.

Então, olhando esse primeiro dado, começamos a pensar que o Brasil é um País sem homofobia, afinal de contas não temos formalmente descrita na nossa lei penal a homossexualidade como um crime. Porém, em contrapartida, o Grupo *Gay* da Bahia nos informa que o Brasil é campeão de assassinato de homossexuais

no mundo: a cada 48 horas é assassinado um homossexual em razão da sua homossexualidade, só lembrando que são os casos noticiados pela mídia ou registrados. São dados extremamente ainda subnotificados.

Em seguida temos o México, que também não é um país que criminaliza em suas leis penais a homossexualidade e, em terceiro lugar, os Estados Unidos. Percebam que contradição. Em toda a América Latina temos vários países que criminalizam de fato a homossexualidade em suas leis penais, porém, os três países com maior número de assassinatos de homossexuais não estão dentro daqueles que trazem em suas leis penais o crime da homossexualidade. Então, começamos a entender que a homofobia é mais do que simplesmente a inscrição da homossexualidade em uma lei penal.

Alguns dados para continuarmos a pensar. Sessenta e cinco por cento dos homossexuais já haviam sido vítimas de algum tipo de preconceito e 60% já haviam sofrido alguma forma de violência, segundo dados, em paradas em algumas principais capitais do País.

Um outro dado é que 29% da população LGBT relatam que já foram excluídos ou explicitamente marginalizados por professores e colegas de escola ou de faculdade. Vinte e nove por cento, segundo a mesma pesquisa colhida em algumas capitais do Brasil em paradas LGBT.

Um outro dado, apenas 36% dos alunos de escolas brasileiras consideram bater em homossexuais uma violência. Apenas 36% entendem que bater em homossexuais é caso de violência. E 40% dos adolescentes homossexuais contaram que já sofreram discriminação explícita dentro da escola. Não estamos falando aqui da homofobia subliminar, estamos falando de discriminação explícita: 40% dos adolescentes brasileiros consideram que já foram discriminados explicitamente.

Um outro dado, 25% dos alunos não gostariam de ter colegas homossexuais, sendo que esse percentual fica maior ainda quando se trata apenas dos meninos.

Quarenta por cento dos responsáveis não gostariam que seu filho estudasse junto com colega homossexual, dado extremamente relevante também.

Quinze por cento dos estudantes acham que a homossexualidade é uma doença, chegando a 23% entre os homens, sendo que, já foi tratado aqui, a OMS já há algum tempo não considera mais a homossexualidade como doença, mas isso faz parte do nosso imaginário social.

E o percentual é de 16% entre os educadores, que é um dado que nos assusta mais ainda. Quatro por cento dos professores não querem uma pessoa homossexual como aluno. O que significa isso quando você é o aluno?

Agora uma pesquisa que muito nos interessa, que vimos desenvolvendo na Universidade Federal do Rio de Janeiro há quatro anos, exatamente em lugares onde a princípio temos uma concentração de população LGBT. Que lugares são esses? São as conferências estaduais, que aconteceram no ano passado, de políticas públicas LGBT, e as paradas que ocorrem nas principais cidades brasileiras.

Essa pesquisa nos trouxe um dado muito interessante: 70% dos homossexuais por nós entrevistados, e a nossa amostra hoje já está em mais de 1.200 pessoas, já ouviram um dia que deveriam procurar um psicólogo para serem curados da homossexualidade, como se a homossexualidade fosse uma patologia que comportasse tratamento.

Aí está a grande questão que nos diferencia do racismo. O Toni Reis disse em certo momento que queremos nos igualar à questão do racismo, mas esse dado não aparece quando na verdade a discussão é a do racismo. Das pessoas que foram em algum momento encaminhadas ao psicólogo para que fossem curadas, 50% desses encaminhamentos foram feitos pelos pais.

Essa é a grande questão. Quando tratamos de racismo, não tratamos de racismo dentro da família, até porque, a princípio, os pais também vivem o problema. No caso da adoção, por exemplo, eles optaram por enfrentar a questão.

Quando tratamos de homossexualidade ou diversidade sexual, como queiram chamar, não há essa mesma configuração.

Tanto é que não faria o menor sentido, se esta audiência pública versasse sobre racismo, que estivesse aqui conosco um grupo de pais negros. Não faz sentido depoimento de pai e mãe quando se trata de racismo, mas faz sentido quando se trata de homofobia. Esse é mais um dado a ser considerado. Precisamos tratar da homofobia dentro da própria família.

Entendemos, portanto, que a subjetividade é um processo construtivo atravessado pela história e pelos discursos e contrária à ideia de essência humana. Subjetividades são construídas nesse processo em que a escola, a prisão, a rua, a família aparecem como atores. Isso constitui subjetivamente esses sujeitos — que passam a ser sujeitos a partir desses próprios atravessamentos.

Uma pergunta que nós da Psicologia nos fazemos é: o que temos feito com isso, tendo em vista que uma quantidade enorme de pessoas é enviada a psicólogos? Por que elas devem ser curadas da homossexualidade? Como os 180 mil psicólogos brasileiros estão recebendo esses encaminhamentos?

Esses são os questionamentos que trazemos.

A Psicologia brasileira, pioneiramente, em relação a outras profissões e, principalmente, à Psicologia no mundo, há dez anos, elaborou uma resolução (Resolução nº 001/99) em que oficialmente diz: a Psicologia brasileira não entende a homossexualidade como desvio, perversão ou patologia.

Dizer isso oficialmente é de extrema importância, até porque essa resolução não serve somente para punir psicólogos. Ela serve para isso também, afinal de contas, é função do Conselho Federal de Psicologia zelar pelo exercício e pela fiscalização da profissão. Afirmar que a Psicologia não entende a homossexualidade como patologia serve para solucionar outras questões. É inúmera a quantidade de processos judiciais envolvendo adoção nos quais os magistrados citam essa resolução do Conselho Federal de Psicologia como argumento.

Em 2004, tivemos um projeto de lei no Estado do Rio de Janeiro que visava regulamentar um serviço público de cura de homossexuais. Esse projeto foi combatido pelos Parlamentares tendo como principal argumento a nossa resolução.

Então, a grande questão é entender como nós da Psicologia podemos de fato nos constituir em atores desse processo de enfrentamento da homofobia no País.

Batista, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), diz que os assassinatos são resultados de um processo de eliminação de modos singulares de existência através de discursos e práticas sociais aparentemente ingênuas.

Então, além de nos chocarmos quando um adolescente comete suicídio por conta de questões homofóbicas existentes na sociedade — e é para nos chocarmos —, precisamos também entender que existem outras formas de suicídio, além daquele em que se paga com a vida. Pagar pela nossa existência é uma forma de suicídio. Assim sendo, de que tipo de genocídio estamos falando? Desse genocídio em que de fato se comete um assassinato, em que de fato a pessoa morre, ou dessas cotidianas políticas que o tempo inteiro trazem a diversidade sexual para um lugar de segunda classe? Que assassinatos são esses, em que falamos não da vida em si, mas de modos de existência?

Esse mesmo autor chama isso de amoladores de faca. Ele diz que, para que uma faca seja enfiada e o genocídio seja cometido é necessário que vários outros atores amolem essa faca.

Eis, portanto, a grande pergunta: em que momentos amolamos facas? Até que ponto nós, psicólogos — estou falando em nome dos psicólogos brasileiros —, também não estamos amolando facas ao entendermos que questões relativas à sexualidade devem ser usadas como critérios de cura? Para nós, essa é uma questão muito importante.

Recentemente, o Vaticano estabeleceu uma normativa segundo a qual, a partir daquele momento, todos os candidatos ao sacerdócio deveriam passar por testes psicológicos para revelar a sua sexualidade — algumas pessoas estão dizendo aqui que vai acabar a Igreja. O que isso quer dizer? Por que razão a sexualidade passa a ser critério para alguma coisa — para ser padre, para ser político, para ser psicólogo? Por qual motivo a sexualidade é entendida como critério para nos diferenciar? Por qual motivo passamos a ser outros a partir do modo como experimentamos e vivenciamos a sexualidade? Essa é a questão.

A resposta do Brasil a essa normativa do Vaticano foi que, caso algum psicólogo a cumpra, será processado eticamente. Isto porque, no nosso País, produzir esse tipo de prática é eticamente condenável. Lembro que o Brasil é o maior país católico do mundo. Entendam que tipo de briga a Psicologia brasileira está comprando.

Há pouco tempo, houve um caso bastante divulgado na mídia, o julgamento de uma psicóloga — num futuro próximo, esperamos que não seja mais. Naquele momento, foi muito importante a censura pública. Isto fez com que a sociedade inteira discutisse o assunto. Não queremos simplesmente afetar psicólogos; queremos afetar a sociedade; queremos que a sociedade entenda que tipo de subjetividade, que tipo de pessoas, que tipo de sujeitos estamos construindo quando entendemos a sexualidade como problema a ser redimido.

Criminalização realmente não se dá por lei, muito menos por questões de ordem científica e religiosa.

É necessário ampliar esse conceito de homofobia.

Já que um Deputado citou aqui Dom Quixote, esperamos que a Psicologia seja mais um desses quixotes contra os moinhos que cotidianamente atravessam e produzem efeitos na formação dos brasileiros. Que sejamos de fato atores nesse processo e que a comunidade LGBT veja na Psicologia mais um aliado frente ao enfrentamento da homofobia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Agradeço ao Sr. Pedro Paulo Bicalho, que trouxe aqui a palavra do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, abrilhantando esta audiência pública. Com a fala dele, encerramos esta etapa dessa longa e qualificada audiência.

Já se encontra na mesa a relação das pessoas que manifestaram interesse em participar do debate. Tenho aqui as seguintes inscrições: Deputado Fernando Ferro, Deputada Janete Capiberibe, Caio, Michele Meira, Deco Ribeiro, Ângela Cardoso, Terezinha Torres e Rafaelly. Se porventura alguém não houver sido contemplado, peço que procure a Secretaria da Mesa, e veremos como podemos organizar. Afinal, temos um problema concreto,

como todos sabem: o avançar da hora. Mas queremos dar oportunidade a essa etapa dos debates.

Peço que as intervenções sejam feitas em 2 minutos. A Mesa será tolerante, mas também saberá adverti-los quanto ao tempo. Depois dos questionamentos, daremos aos integrantes da Mesa e aos que aqui já estiveram, mas porventura forem questionados, oportunidade para se manifestarem, pelo prazo de 3 minutos.

Peço, portanto, compreensão aos senhores.

Passemos então à fase dos debates, que talvez seja a mais esperada.

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro para dar a sua contribuição nesta audiência pública.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Muito obrigado, Deputado Iran Barbosa. Serei rápido, até porque acho que é mais importante ouvir do que falar.

Gostaria de deixar registrado aqui depoimento no sentido de que é importante a Câmara dos Deputados abrir debate como este, para retirar, como já foi dito, a cortina de silêncio que existe sobre esse tema, revelador de uma cultura de exclusão e de renúncia a esse debate, que hoje é feito propositadamente.

Neste momento, quero homenagear um companheiro nosso, um advogado que foi assassinado há nove meses. Dentre os motivos do seu assassinato está o de defender homossexuais e travestis na Cidade de Itambé, no interior de Pernambuco, onde a manifestação da violência é muito mais evidente, mais forte. Esse companheiro era daqueles que recebiam as pessoas, com suas dores, e as defendiam.

Portanto, esta audiência, para mim, evoca o sentido da vida e do respeito às pessoas. Temos um trabalho muito sério a fazer, inclusive na nossa Casa, para vencer toda a resistência que existe a esse debate e vencer o processo de criminalização, de violência contra o direito das pessoas.

Eu parabenizo os senhores e todos os companheiros que permitiram que a nossa instituição, a Câmara dos Deputados, se abrisse para este debate. Que se retire o cinismo da discussão e se reconheça entre os direitos básicos das pessoas o de ter uma vida alegre, plena, feliz. E isso devem ter todas as pessoas deste País.

Parabenizo a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Deputado. Muito obrigado. V.Exa., que nos brinda com sua emoção, leve também a solidariedade de todos nós que estamos aqui às famílias que perdem entes queridos porque lutam por seus direitos.

Passo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, para que também possa contribuir conosco.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE – Obrigada pela oportunidade de brevemente declarar aqui o meu apoio. Junto a minha voz à voz do colega Deputado Fernando Ferro, que se emociona diante de uma violência, de uma atrocidade dessa natureza.

Eu quero somente me colocar mais uma vez à disposição, colocar o meu gabinete à disposição do movimento dos *gays*, lésbicas, transgêneros e transexuais. No meu Estado, todos esses segmentos da população têm o meu apoio. É o Estado do Amapá, lá onde começa o Brasil, a Amazônia. Estou junto com vocês, sou uma aliada. Podem contar comigo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Deputada Janete. É um prazer tê-la aqui conosco.

Passo agora para os inscritos.

Começaremos pelo Caio.

O SR. CAIO VARELA – Boa tarde. Quero parabenizar a todos por este evento. É de suma importância fazermos esta discussão.

Eu sou Caio Varela. Muitos me conhecem pela militância no movimento. Também sou assessor da Senadora Fátima Cleide. Mas, hoje, falo aqui na qualidade de militante do Cedeca-DF, do qual tenho honra de fazer parte.

Em primeiro lugar, gostaria de dirigir um questionamento à Rebeca: como Unesco e Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) estão conversando? O Unicef, ao contrário da Unesco, tem tido uma postura muito retida com relação à discussão da sexualidade de crianças e adolescentes.

Se por um lado temos de louvar essas diretrizes internacionais sobre educação na sexualidade, por outro lado o Unicef tem

dificuldade, por exemplo, de estabelecer um limite de idade para se tentar fazer qualquer tipo de discussão a respeito da sexualidade.

A minha pergunta é esta: como conversam essas duas agências das Nações Unidas? Eu não consigo enxergar o enfrentamento desse debate sem que as duas organizações trabalhem juntas.

Em segundo lugar, reforçando o que o Beto falava, eu me preocupo muito quando falamos de educação. Eu acho, de fato, que o MEC está muito tímido.

Quando fazemos o enfrentamento de certas coisas, ou fazemos mesmo ou não fazemos. Eu me lembro de que a minha mãe sempre dizia assim: *Faça o enfrentamento daquelas coisas em que você acredita.*

Estamos num Governo que se diz democrático e popular — e eu acredito que este Governo seja democrático e popular de fato, tem sido nesses últimos anos. Mas nós estamos há seis anos e meio... Em fevereiro deste ano eu tive a informação de que haveria uma publicação do Ministério da Educação a respeito do tema. Nós estamos em novembro, e essa publicação não saiu. Eu nunca vi o Ministro da Educação falar no tema, nunca, nem citar orientação sexual e identidade de gênero, como dizia o Beto. Nós precisamos avançar, não dá mais.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), uma organização importante da sociedade civil, que muitos conhecem, na semana passada fez um seminário sobre criança e adolescente: os vinte anos da luta pelos direitos da criança e do adolescente. Na Mesa ninguém falou sobre a questão da homofobia. Depois das falas, tivemos grupos de trabalho. E aí tocou-se no tema homofobia, porque os adolescentes o trouxeram. Os adolescentes que participaram do encontro, representando organizações dos seus Estados, trouxeram o tema homofobia para discussão. Quer dizer, os adolescentes, para quem não podemos falar sobre homossexualidade — imaginem falar sobre sexualidade, já viram o que acontece —, trouxeram o tema. Eles, que têm uma série de informações até equivocadas a respeito da homossexualidade, de identidade de gênero, ainda assim trouxeram esse tema para o debate.

Temos de cobrar mesmo. É importante que o Ministro Haddad se posicione a respeito do tema, como foi importante o

Presidente Lula ter convocado a primeira conferência no mundo para discutir LGBT e ter ido à sua abertura.

Só para finalizar, não podemos mais ter só um projeto grande. É importante o projeto que a ABGLT e a Pathfinder realizam, da *Escola sem Homofobia*, mas não podemos ter só isso. Precisamos ter muito mais. E sabemos que dinheiro há.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado ao Caio.

Eu quero reiterar a solicitação de ficarmos restritos ao tempo, porque depois ainda teremos a rodada de finalização. Passo a palavra à Michelle Meira, que tem 2 minutos.

A SRA. MITCHELLE MEIRA – Boa tarde. Sou Michelle Meira. Estou Coordenadora em Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, na Secretaria de Direitos Humanos.

Vim aqui para prestigiar este momento. Parabênzo o Deputado Iran e os demais Deputados que convocaram esta audiência. Parabênzo a Mesa pelas exposições, que foram muito fortes e por vezes emocionantes. Foram trazidos dados muito importantes para desenvolvermos as políticas públicas locais.

Queria tratar de algumas questões. Sobre as dificuldades que temos de implementação na educação, já foram abordados vários problemas sobre o porquê não conseguimos implementar: a resistência dos gestores, o diálogo feito de forma tímida. A fala do Beto foi muito importante quando ele se posicionou enquanto educador e ativista, para começarmos a mexer os nossos corações e mentes e tentarmos, sim, esse diálogo.

É importante o processo da Secad na construção das capacitações dos educadores. A Prefeitura de Fortaleza é parceira, junto com o movimento social, que desenvolveu todas essas ações de capacitação. Mas fizemos também alguns tipos de capacitação nas escolas, independentemente da Secretaria, dos projetos nacionais. Vimos a resistência a esse tema dos educadores quando fizemos capacitação com 250 jovens de 14 até 18 anos, das escolas municipais. Eles eram discriminados por estar participando da capacitação.

É uma questão que começamos a ver. O Pedro colocou a questão do Conselho Federal: o psicólogo é punido se ele tiver algum tipo de abordagem preconceituosa. Mas qual é a punição do educador,

quando ele tem uma abordagem preconceituosa, se nós não sabemos a quem recorrer? Qual é? Este é o nosso desafio. Precisamos saber a quem vamos recorrer. Nós sabemos recorrer, por exemplo, como aconteceu no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), como disse o Beto, de chamarem a Polícia para travesti, por uma questão de desentendimento com o professor dentro da sala de aula, enquanto ocorreram desentendimentos com outros alunos e nunca foi chamada a Polícia.

No ProJovem, como é coordenado pelo Município, através da Coordenadoria da Juventude, nós conseguimos, sim, dialogar, e de alguma forma colocar a importância desse aluno na sala de aula e dizer que era, sim, obrigação da escola. Se o professor não quiser lecionar para homossexuais, LGBTs, que saia do programa, porque esse programa é de inclusão.

Então, é importante termos o diálogo e saber onde podemos denunciar, ou então tentar criar mecanismos de denúncia. E a criminalização da homofobia é fundamental nesse processo de podermos também colocar essas pessoas que são homofóbicas no seu devido lugar.

Conseguimos avançar na Lei do Trânsito, quando a pessoa bebe, fica embriagada, bate no carro e mata uma pessoa, mas não conseguimos avançar quando a pessoa, por questão de orientação sexual, chega a matar outras pessoas, inclusive, a matar quem ajuda os LGBTs no País. Então, é um problema. Precisamos dialogar sobre isso e ir além disso, não só no caso dos alunos.

Uma segunda coisa que eu queria dizer é a respeito da família. Precisamos dialogar com as famílias. A escola não é homofóbica só com os alunos. Não, é com a família LGBT também. Filhos de homossexuais são discriminados, mesmo não tendo nenhum tipo de preconceito, porque acabam sendo discriminados também os pais deles. Então, o diálogo com a população, com a família, o diálogo com os alunos é importante neste momento. É preciso discutir a família e a escola, os processos moral e ético andando juntos.

Para finalizar, eu me emocionei também com o que disse o Lauro. Eu estou como gestora, mas sou também ativista. E conheço essa dificuldade porque também passei por esta questão, mas ainda bem que hoje a gente já consegue dialogar melhor.

Mas só depois de muitos anos foi que consegui dialogar bem com a minha família sobre esta questão. E sabemos que quando a família apoia, nós vamos longe, cada vez melhor, construindo uma cidade melhor e construindo a nossa cidadania.

Parabenizo também toda a Mesa e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Mitchell, por sua contribuição.

Passamos a palavra a Deco Ribeiro.

O SR. DECO RIBEIRO – Boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Deco Ribeiro. Eu ocupo a cadeira de juventude LGBT no Conselho Nacional de Juventude. E dentro desse Conselho discutimos também a questão do adolescentes, dos jovens e dos estudantes LGBTs.

Então, eu venho trazer uma reflexão. Eu acho que a gente ainda pensa na educação um pouco como Paulo Freire criticava: a educação bancária. O professor do lado de um balcão oferecendo educação. O aluno vai lá, pega a educação e vai embora para a casa. Assim, a gente acaba colocando muito a responsabilidade em cima do professor, dizendo que o professor não está formado, não está preparado, que é preciso formar o professor, capacitar o professor. Existem vários projetos de capacitação de professores. E se pensa muito pouco no estudante, em envolver o estudante nessa luta.

Como a Perla Ribeiro comentou, é preciso envolver os adolescentes, os jovens e estudantes principalmente nesse combate à homofobia dentro das escolas.

Eu fico muito feliz de apontar que o movimento estudantil vem levantando esse debate dentro da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), onde o combate à homofobia é uma das bandeiras. E dentro do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) também, que trabalha com 22 prioridades de políticas públicas para a juventude. E uma dessas prioridades é a LGBT.

Inclusive, é interessante levantar que não é uma prioridade voltada para a educação; é uma prioridade voltada ao combate à violência explicitamente. E essas prioridades saíram da Conferência

da Juventude. Então, reforçando o que o Caio falou, a juventude percebe essa questão da homofobia, e percebe na carne como uma questão de violência que precisa ser combatida. E é mais um motivo para envolvermos essa juventude no combate à violência.

O grupo é jovem — é uma rede nacional de adolescentes e jovens da LGBT, e eu o represento no Conselho Nacional de Juventude — e vem estimulando essa participação e discussão de estratégias de como combater a homofobia na escola. Fizemos isso ao longo deste ano inteiro, principalmente porque é um ano de Conferência de Educação, de Conae. Já discutimos no ano passado, na Conferência da Juventude, na Conferência da LGBT.

Foram levantadas cerca de 66 propostas que a gente gostaria de levar para as escolas, para elas serem escolas mais amigas dos LGBTs. Dessas 66 propostas, os próprios jovens estudantes consideram 6 primordiais para a escola ser uma escola amiga.

Eu gostaria de fazer a leitura desses 6 pontos, porque temos representantes da Secad, do Ministério, e inclusive eu gostaria de levar à Mesa essas propostas para que fossem divulgadas. São propostas que apresentam o mínimo de requerimentos para as escolas serem consideradas amigas dos LGBTs pelos próprios alunos LGBTs.

Vou ler:

1. *“ As escolas devem ser ambientes seguros, ambientes que garantam um aprendizado seguro, no qual a intimidação ou discriminação de qualquer tipo, incluindo homofobia e transfobia, não sejam toleradas, com punição aos que desrespeitarem o ambiente escolar. Isso deve ser divulgado publicamente pela escola.*
2. *A escola deve encorajar, apoiar e empoderar os gládios — como a gente chama os grupos estudantis sensíveis à questão do LGBT — ou a criação de grupos LGBT dentro dos grêmios escolares*
3. *Toda escola deve ter uma política de combate ao bullying que seja direcionada a todas as formas de discriminação, e explicitamente se referir ao bullying homofóbico e transfóbico.”*

Não deixar no geral a questão que o Beto Jesus levantou sobre a concretude.

“Essa política deve proteger todos os membros da comunidade acadêmica, ser respeitada por todos e ser revisada regularmente por membros da comunidade acadêmica, para verificar sua eficácia.

Todos os professores devem receber treinamento para reconhecer e agir em caso de bullying homofóbico e transfóbico. Esse treinamento deve informá-los como reagir ao bullying e como reduzir sua incidência. E pode ser oferecido por meio de parceiras externas como ONGs especializadas, por exemplo.

- 4. As escolas devem incluir material LGBT nas suas bibliotecas. Podem ser livros com personagens LGBT ou livros que tratem especificamente da questão LGBT. Materiais LGBT, como cartazes e panfletos, divulgando grupos e serviços voltados a jovens LGBT devem ser exibidos nos murais e avisos da escola.*
- 5. Apoio individual e/ou em grupo oferecido por orientador capacitado ou uma pessoa voluntária de confiança da escola deve estar disponível para estudantes que queiram conversar sigilosamente, durante ou fora do período de aulas. Tanto a pessoa de confiança quanto qualquer orientador devem ser capacitados em questões de LGBT. Eles devem explicitamente e publicamente deixar claro que são abertos a conversar sobre certas questões.*
- 6. Finalmente, o currículo deve incluir perspectivas LGBT e conter materiais não homofóbicos, tanto como parte de materiais genéricos quanto, se possível, materiais específicos para lidar com questões LGBT. Materiais ou livros didáticos inclusivos devem usar exemplos de LGBT, tanto em questões quanto em suas fontes. Toda capacitação em direitos humanos deve sempre abordar a questões LGBT”.*

A partir desses seis pontos, foi criada uma campanha, chamada Campanha Escola Amiga. As escolas aderem a essa campanha, e os próprios alunos da escola monitoram a escola. E, depois de um ano letivo, define-se se essa escola é uma escola amiga ou não.

São ações desse tipo que temos que estimular mais para os próprios estudantes poderem tomar a rédea dessa luta que inclusive é pelos seus próprios direitos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Muito obrigado, Deco.

A Mesa recolhe as seis iniciativas e passa a palavra agora a Angela Cardoso.

A SRA. ANGELA CARDOSO – Boa tarde. Eu gostaria de dizer que estou bem agradecida por estar neste lugar privilegiado para discutir estas questões e parabeno a iniciativa. Só gostaria de fortalecer algumas ideias que aqui foram colocadas, dizendo que também concordo com o Beto, que a escola realmente é um espaço institucional histórico, cultural e socialmente homofóbico e por fazer parte dessa sociedade que se pauta numa organização heteronormativa.

Dentro das escolas as questões dos direitos à sexualidade não se restringem a um padrão único, mas os estudantes, assim como também os professores, devem discutir essa questão. A gente fala muito na questão da proteção das crianças e dos adolescentes, mas também professores e professoras sofrem as discriminações obviamente a que eles estão sujeitos.

Eu também concordo com o Beto de que a pesquisa deveria ter sido mais divulgada e trabalhada pela população escolar, para daí, então, surgirem efeitos oriundos de ações efetivas.

Na questão do programa *Brasil sem Homofobia* há uma falta de diretriz pelo MEC, diretriz efetiva às escolas, aos Estados e Municípios, para que se possa fazer uma ação que dê conta dessa política educacional, principalmente pautada pela problematização e criação de estratégias que desnaturalizem todas essas questões que até então foram pautadas nesses binarismos.

Quero agradecer a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Nós é que agradecemos a V.S^a a satisfação de tê-la entre nós e a sua contribuição.

Passo a palavra à Terezinha Torres, que é a próxima inscrita.

A SRA. TEREZINHA TORRES – Eu sou Terezinha Torres. Estou aqui em nome do Andes. Também sou ativista e, neste momento, eu divido a minha militância entre movimento docente e trabalho em movimento com idosos, que também é uma categoria de seres terrivelmente excluídos, pois a gerofobia é crescente só que

é mais invisível que a questão da homossexualidade. Então, neste momento eu divido a minha atenção entre essas duas coisas.

Eu, primeiro, tenho aqui que dar um recado do meu sindicato. A principal bandeira de luta do Andes é em defesa da universidade pública gratuita e de qualidade. E, à medida que a história do Brasil avança, a educação deixa de ser um direito e cada vez mais se torna uma mercadoria. Neste sentido, o Andes também está voltado para a questão da homofobia, porque, como já foi dito aqui, no ensino universitário a homofobia também é muito grande.

Desde ontem que eu tenho me emocionado e estava preparando-me para não chorar, mas aí veio o Deputado e chorou do meu lado. Mas é um debate de alto nível que está se dando no Parlamento, onde se discute a homofobia. O mais grave que as pesquisas mostraram é que os professores são terrivelmente homofóbicos. Isso é muito grave. E daí, aqui se tem dito desde ontem, tem que haver políticas públicas para intervir nas questões do preconceito que ocorre na família, na igreja etc.

Três pessoas me emocionaram quando falaram. O companheiro ao meu lado, o Sr. Lauro Modesto e também o Beto. A exposição do Sr. Lauro, só a entende quem passa pelo problema na família.

É terrível, é sofrido você ver uma criança na própria escola ser atacada pelos coleguinhas; quando chega no ensino médio, na adolescência, pelos colegas adolescentes; e quando chega na universidade, ser ainda mais atacada pelos colegas universitários. E é comum acontecer o suicídio, conforme foi dito ontem. O psicólogo falou um pouco dessa questão. A depressão é terrível. É triste você ver esta criança, este adolescente, este jovem não conseguir, na maioria das vezes, enfrentar a violência que recebe. Eu costumo dizer que ela não está sozinha. E o exemplo é este debate aqui. Ela não está sozinha. É possível um dia termos uma sociedade sem preconceitos, sem homofobia e respeitadora de direitos.

Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Muito obrigado, D. Terezinha.

Passo a palavra ao Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Eu peço desculpas e quero agradecer a V.Exa. porque eu tenho que me retirar. Eu entrei silenciosamente e iria sair em silêncio. E poderia confundir aos presentes o silêncio como omissão. Mas o silêncio, às vezes, é a expressão de uma rebeldia, de um inconformismo e de uma tristeza e decepção com tantas mazelas que afligem e atormentam a sociedade e a cidadania, como essa de que são vítimas todos os que aqui integram nesses debates de hoje.

Vemos nitidamente que os dramas das pessoas começam dentro do seu próprio lar, dentro da sua casa, pela carga dos valores culturais, dos valores éticos, morais e espirituais, religiosos, todo esse conjunto de princípios e valores que formam a composição da estrutura familiar. E a escola é também uma expressão desses valores dominantes na sociedade, cronicamente consolidados e que precisam ser enfrentados e rompidos.

O ambiente desta Casa é democrático, plural, que enseja o enfrentamento dessas questões com respeito às pessoas, por mais que existam preconceitos e discriminações e que muitos que aqui estão estejam impregnados também desses valores, que são infensos e que resistem a enfrentamento do tema, que é tão grave, porque é uma forma de violência contra a dignidade humana.

Deixo apenas esse registro, num gesto singelo, mas de alguém que, tendo uma formação religiosa, como creio que talvez tenha quase a totalidade dos que aqui estão. Todos são seres humanos que enfrentam igrejas, que frequentam igrejas e, dentro da igreja, são conhecidos e reconhecidos como fiéis. Mas no ambiente social, para as igrejas, eles são pessoas que causam algum transtorno para os valores da própria igreja.

Agradeço pela presença a todos que vieram contribuir com suas luzes. E parablenizo o Deputado Iran Barbosa e a Deputada Fátima Bezerra pela iniciativa. Parablenizo esta Casa, porque aqui participei, em outras legislaturas, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Lá era um espaço semelhante a este que estamos vendo, onde as pessoas podem sentir-se à vontade para dizer o que pensam e buscar caminhos. São heróis e heroínas, são mártires e vítimas, mas que têm de levar adiante esta luta, que é de transformação social.

E é a partir dessa luta que conseguirão transformar as leis. As leis não virão como uma benemerência, como um gesto generoso de liberalidade dos detentores do poder, o poder político, o poder social, o poder econômico, o poder religioso e todas as formas de poder que se exercem na sociedade.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Deputado Jairo Carneiro.

Nós já estamos caminhando para a finalização desta parte dos debates, passando a palavra à Sra. Rafaelly, próxima inscrita.

A SRA. RAFAELLY WIEST – Primeiramente, parabênzico de novo esta Mesa e a anterior, ambas muito ricas.

Parabênzico a CLP pelo evento e, antes de tudo, agradeço a iniciativa.

Agradeço a prestação carinhosa e o acolhimento de fato, em nome da Sônia Hypólito e de sua equipe.

É gratificante quando as pessoas abrem espaços. Por mais que esta Casa seja um espaço público — sabemos que o Estado brasileiro é laico e todas nós somos cidadãs, mesmo eu, sendo uma transexual —, somente na hora do voto, em ano eleitoral, o meu título de eleitor presta. Eu passo a ser cidadã naquele momento. Portanto, agradeço imensamente.

Eu gostaria de deixar registrado esse agradecimento, em nome da Antra, a Articulação Nacional, e também da ABGLT, a que sou filiada. Se possível, eu gostaria de sugerir que se repita esta audiência pública no ano que vem, o que seria bem interessante.

Apresento dois pontos para reflexão.

Faço coro ao Beto, na sua fala e até na indignação, porque sofremos. As pessoas têm o costume de taxar a homossexualidade, a identidade de gênero, mas às vezes esquecem que se trata de seres humanos e que existe travesti transexual, por exemplo, negra, branca, deficiente, oriental, jovem.

Eu fui uma transexual jovem, 14 anos na minha vida. Eu estudei em escola pública e fiz o ensino médio. Hoje sou uma jovem de 26 anos e não consegui graduar-me ainda. Acabei atrasando-me para concluir os estudos por causa do *bullying*.

Para que V.Exa. tenha uma ideia, da escola em que eu estudava, eu tinha que sair 15 minutos antes do horário normal de saída, com a escolta da Guarda Comunitária. O guarda comunitário levava-me embora para eu não apanhar, e a minha família não podia fazer nada.

Digo isso para que os senhores tenham noção, e digo com propriedade porque passei por isso. Conheço o trabalho e sei o que todas as travestis transexuais passam. Ocorre o que o Beto falou: se é afeminada, se é lésbica masculinizada ou se é travesti transexual, não entra na escola.

As pessoas, em especial o professor, devem atentar-se — e este é o recado para o MEC — para o fato de que a escola é pública. São profissionais de escola pública, servidores públicos. E a escola é uma escola inclusiva! As pessoas brigam tanto nos Planos Plurianuais (PPAs) e nas diretrizes, mas cadê a inclusão? Será que é uma inclusão perversa, ou seja, quando eu acho que devo incluir, eu incluo, e quando não quero, eu não incluo. Se o profissional de educação se propõe a trabalhar em serviço público, em escola municipal ou estadual, tem que partir do princípio da dignidade da pessoa humana e da laicidade do Estado. Independentemente da sua crença ou da sua posição em questões de orientação sexual, identidade de gênero, esse profissional tem que estar predisposto a tratar com respeito — não se trata de aceitar, mas tratar com respeito.

Refiro-me, rapidamente, à questão do conselho. Há dez anos já temos a resolução do Conselho de Psicologia que proíbe tratar a homossexualidade como homossexualismo, como todos diziam, ou seja, como tratá-la como doença. Infelizmente, existem muitos profissionais que ainda a tratam assim.

Acho que os Conselhos Regionais e o Conselho Nacional de Psicologia têm que empregar mais isso e discutir internamente essa questão. Por mais que saiba da existência dessa portaria, começou-se a falar sobre ela por conta da Rosângela Justino. Até então, há dez anos existia essa resolução e muitos profissionais ainda estavam tratando dessa questão como doença.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, inclusive por lembrar o princípio constitucional que elevou a educação a direito de todos. Se é direito de todos, qualquer ação que visa excluir o acesso à educação atenta contra os princípios constitucionais no que diz respeito à educação como direito e que nos coloca como sujeitos desse direito. Todos nós somos cidadãos integrantes dessa sociedade.

A última inscrição é a do Marcus Maciel, a quem passo a palavra, com satisfação.

O SR. MARCUS MACIEL – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou professor, diretor de uma escola pública e um dos fundadores de uma ONG aqui de Brasília chamada Isdel.

Eu ouvi a indignação do Sr. Beto de Jesus. Que bom que a minha escola não está entre a grande maioria. Temos um vice-diretor, que é meu parceiro. Toda a comunidade sabe que passei por um processo eleitoral e que a oposição jogou panfletos na rua: *“Não podemos eleger um viado, porque esse viado vai fazer as nossas crianças serem viados e sapatões”*. E a maioria da comunidade votou em mim. As três chapas que eram da oposição perderam, e feio. Eu fiz mais votos do que as três chapas juntas. A minha comunidade sabe e fala: *“Você faz uma escola diferenciada”*.

Está na hora de todos nós botarmos a cara a tapa e deixarmos de fazer políticas públicas generalistas. São políticas públicas para homossexual mesmo, para lésbicas, para travestis! Não temos que ficar escondendo isso! Não me envergonho.

Ao contrário disso, acabamos de lançar um livro, para o qual houve resistência na Secretaria de Educação do Distrito Federal, porque o livro *“tratava de tema polêmico”*. Eu, que havia acabado de sair de uma capacitação do MEC sobre diversidades, falei: *“Espera aí, há duas balanças! Eu, como professor, fui capacitado no tema diversidades, o meu vice-diretor está lançando um livro sobre homofobia, e você diz que o livro é polêmico?!”* Retrocederam e permitiram o lançamento do livro. Nós lançamos o livro, e toda a comunidade nos apoia. Mesmo aqueles professores que fazem oposição estão trabalhando hoje com o livro do Prof. Flávio e estão fazendo a releitura.

Se V.Exa. me permitir, Deputado, contarei um fato. A professora leu o livro para os alunos, todos leram. Ela pediu que se fizesse uma releitura, e um aluno de oito anos escreveu: *“Mãe leoa estava para ter neném. Ela teve três leõezinhos. O do meio chama-se Jujuba, que prefere brincar com as irmãs. No dia do ritual da caça, um amigo o ajudou. A amizade é tão grande, que nem Deus separa!”* Com certeza, esse menino conseguiu captar a mensagem e, amanhã, ele não vai ser homofóbico. Ele não vai bater em *gay*, em lésbica, em travesti. E é isso que precisa ser feito. Realmente, o livro do Prof. Flávio é o primeiro livro de literatura infantil dedicado a esse tema.

É uma pena que o MEC, por mais que tenha políticas públicas, não tenha conseguido atingir isso. Há dez anos rodamos, e ninguém quis publicar o livro, porque se trata de um *“tema polêmico”*. Nós fizemos um empréstimo para publicar o livro. Era a resposta da editora: *“É um tema polêmico.”*

Muito obrigado, Deputado.

Parabéns pela audiência!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado. Parabéns a V.Sa. pelo caminho que segue lá na sua comunidade!

A Mesa quer pedir desculpas à Sra. Andrea Rossato. Eu havia anunciado que o Sr. Marcus era o último inscrito, mas na verdade ainda temos a Sra. Andréa Rossato, a quem passo a palavra com muita satisfação.

S.Sa. está aqui representando o Governador do Ceará.

A SRA. ANDREA ROSSATO – Boa tarde a todos os presentes.

Quero parabenizar e saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Iran Barbosa, e já parabenizo a Deputada Fátima Bezerra pela autoria do requerimento que nos possibilitou discutir nesta audiência a questão da homofobia na escola.

Parabenizo também a ABGLT, a Antra e todas as outras articulações, que contribuíram muito para este debate.ninguém quis

Eu não vou entrar na questão da homofobia na escola, porque ela já foi contemplada em várias falas importantes, tanto nas falas da Mesa quanto na dos participantes desta audiência. Quero apenas sugerir, porque acho importantíssimo — e faço

esta sugestão tanto para V.Exa. quanto para a amiga Rosilea, que já conheço de outras datas —, que se coloque nesses debates a presença do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, porque é naquele Ministério que está colocada a Política Nacional de Assistência Social do País.

Trago um exemplo. No nosso Estado de Ceará, a Assessoria de Políticas Públicas para a LGBT está lotada na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, que é responsável pela política de assistência social no Estado.

Quero citar algo muito bacana. Logo que chegamos, perguntamos: *“Meu Deus, como vamos conseguir construir um trabalho voltado para combater o preconceito, a discriminação contra LGBTs?”* Conseguimos ir ao alvo importante, os Centro de Referência da Assistência Social — CRAS. Lá eu tenho o assistente social, os pedagogos, os psicólogos.

Só no mês de outubro passado, nós conseguimos capacitar 609 assistentes sociais, entre todos os técnicos da assistência. Nós temos vários CRAS espalhados em todo o interior do Estado do Ceará e na capital. Nós conseguimos levar para esta capacitação dois técnicos de cada CRAS e conseguimos construir um projeto. Nós o finalizaremos no final do ano, para que em 2010 possamos trabalhar a nossa campanha Ceará sem Homofobia — um Ceará mais justo, mais de paz, por meio dos CRAS, que é um ambiente de escuta da família, um ambiente de porta da família, onde se discute a problemática do idoso, onde se discute a problemática da pessoa com deficiência, onde se discute a problemática da juventude. O CRAS, Centro de Referência de Assistência Social, é um espaço propício para trabalharmos o combate ao preconceito e à homofobia a lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

Infelizmente, o Deputado Roberto Britto não está presente, o que é uma pena. Eu gostaria de deixar registrado na Casa o carinho que o Deputado Roberto Britto teve conosco, na Assessoria do Governo do Estado. S.Exa. nos telefonou e convidou para participarmos desta audiência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado a V.Sas. pelo trabalho que fazem lá Ceará.

Chegou à Mesa uma pergunta por escrito muito objetiva: “*Como é a reação dos adolescentes frente à discriminação pelos pais?*”

Agora tenho a tarefa de conduzir a finalização dos trabalhos. Vou retornar a palavra a todos os que se encontram na Mesa e também àqueles que já participaram, mas não se encontram na Mesa por falta de lugar. Quero deixá-los à vontade, mas não quanto ao tempo. Seremos rigorosos no tempo. Aqueles que entendem que já estão contemplados, evidentemente, não precisam falar, mas aqueles que se sentem provocados por alguma abordagem feita pelos que participaram do debate fiquem à vontade para fazer uso da palavra.

Eu vou permitir-me começar pela direita, pelo Sr. Beto.

Vamos chegando ao final da exposição dos participantes, pedindo desculpas aos da primeira rodada da Mesa.

O SR. BETO DE JESUS – Eu só tenho a agradecer. Como eu disse, o nosso papel aqui é pensar na construção de políticas públicas de Estado. Obviamente, temos que trazer a Secad para esta discussão.

Há uma questão que esqueci de apresentar: eu gostaria de saber se a Secad levará para a Conferência Nacional de Educação as resoluções tiradas na 1ª Conferência Nacional de Políticas LGBTs. Na primeira conferência LGBTs nós tiramos várias proposições. Esse é um material substancial, que deveria constar dos Anais, deveria constar da documentação da Conferência Nacional de Educação, para que esses sistemas não fiquem só restritos à discussão das pessoas LGBTs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Sr. Beto.

Tem a palavra a Sra. Rebeca.

A SRA. MARIA REBECA OTERO GOMES – Há uma pergunta dirigida a mim sobre a relação entre a Unesco e a Unicef. Tanto a Unesco quanto o Unicef fazem parte do sistema das Nações Unidas. A Unesco é uma agência especializada em educação, ciência e cultura. É função da Unesco ser um laboratório de ideias, produzir dados, informações para a construção das políticas públicas. O Unicef é o Fundo das Nações Unidas para a Infância, cuja principal função é arrecadar recursos para trabalhar as questões

da infância. É claro que eles também prestam cooperação técnica, mas são papéis, de certa forma, diferentes dentro do sistema.

No Brasil, não temos tido dificuldades em trabalhar essas temas junto ao Unicef. Posso levar essas discussões para eles nas reuniões entre agências. Nessa reunião houve o silêncio deles com relação a essa questão, mas digo que são parceiros também neste documento que a Unesco fez, relacionado às diretrizes. Eles também o apoiam.

Creio que talvez se deva enfocar mais e tentar buscar que eles realmente sejam mais ativos. Proponho-me a levar isso, mas não posso responder pelo Unicef, até porque não faço parte do quadro.

Com relação à outra pergunta, feita por alguém da plateia — *“Como é a reação dos adolescentes frente à discriminação dos pais?”* —, não tenho dados diretos sobre isso, mas a pergunta lembrou-me outro dado importante. Quando se trabalham essas questões dentro da escola e quando elas são discutidas entre os professores e os jovens, isso provoca um diálogo dentro da família, uma modificação no ambiente familiar; ajuda e contribui para que os pais conversem com os seus filhos, para que os irmãos conversem entre si. Discute-se sobre o assunto. Acho que esse é um dado importante que trago. Não tenho uma resposta específica para essa pergunta, porque nenhuma pesquisa, pelo menos as que conheço, trouxe uma resposta específica.

Por fim, eu gostaria de agradecer imensamente a participação. Achei riquíssima a reunião. Aprendi muito com todos e espero ter contribuído com este debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Com certeza V.Sa. contribuiu! Nós é quem agradecemos!

Passo agora a palavra imediatamente ao Sr. Marcos Elias Moreira.

O SR. MARCOS ELIAS MOREIRA – Quero novamente agradecer. Parece-me que esta audiência explícita que temos um tema sendo construído do ponto de vista de diferentes experiências: tratar a homofobia dentro das escolas.

Parece-me que precisamos perceber exatamente a educação como um direito público subjetivo, que é o que está na legislação

brasileira. E o termo “direito público subjetivo” já diz: é do sujeito, é do cidadão que tem direito a educação. Portanto, cabe, segundo a legislação, ao Estado nacional — refiro-me ao conjunto do Estado — garantir esse direito, que é público.

Portanto, parece-me que essa é a questão singular. É a partir dela que temos de discutir o conjunto dos desdobramentos, exatamente para viabilizar aquilo que a legislação brasileira determina — e o faz corretamente — do ponto de vista do que deve e como deve ser a educação nacional.

Mais uma vez, muito obrigado!

Coloco o Conselho Estadual de Educação à disposição para o debate e para o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Muito obrigado, Sr. Marcos Elias.

O Sr. Pedro está com a palavra.

O SR. PEDRO PAULO BICALHO – Respondo mais diretamente à Rafaelly. Certamente a Psicologia reconhece a homofobia entre os psicólogos, porque, se não reconhecesse, nem precisaria da resolução. A existência da resolução é exatamente um reconhecimento de que a nossa categoria também é uma categoria que produz homofobia. Inclusive conclamamos as outras categorias para também reconhecerem a sua própria homofobia e produza resoluções como essa.

Colocamo-nos numa enorme vulnerabilidade quando construímos isso, porque reconhecemos que somos homofóbicos. Não entendemos que exista uma outra maneira de combater e enfrentar a homofobia senão a reconhecendo em nós mesmos.

Por esse motivo, a Psicologia humildemente reconhece que somos, sim, uma categoria, como qualquer outra categoria, homofóbica. Por isso, temos uma resolução para regulamentar isso. Contudo, é claro que algo sempre vai escapar.

Para que os senhores tenham uma ideia, digo que temos dezessete Conselhos Regionais no Brasil. Desses dezessete, apenas três discutem homofobia dentro do conselho: Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Em nenhum outro Estado o Conselho Regional de Psicologia discute a homofobia, como ocorre nesses outros três

Estados citados. Isso para nós é uma questão. O que queremos hoje é exatamente afetar os outros Estados brasileiros, para que possam entender isso como uma questão para nós e para esse sistema conselhos.

E queremos afetar também os outros conselhos profissionais, para que entendam: enquanto a homofobia não for criminalizada neste País, que possamos pelo menos construir algumas resoluções que possam dar conta da questão a partir de determinados segmentos. É isso que tentamos fazer. E 180 mil psicólogos não é um número qualquer!

Lembro que, em nossa pesquisa, 70% das pessoas LGBTs têm um histórico no qual dizem que em algum momento da vida alguém lhes sugeriu procurar um psicólogo para tratar a homossexualidade. Este é um dado que não falei em minha apresentação.

Quando fizemos essa pesquisa, fomos para as paradas LGBTs e para as conferências. A princípio, imaginávamos que todos os entrevistados se reconheceriam como LGBTs, mas 10% da nossa população entrevistada dizia-se heterossexual. Perguntávamos o seguinte: *“Por conta da sua heterossexualidade, alguém já lhe encaminhou para um psicólogo, para ser tratado?”* Nenhum deles disse que sim. Enquanto 70% dos LGBTs foram encaminhados a psicólogos, para tratar a homossexualidade, nenhum daqueles 10% da população geral de heterossexuais foi encaminhado aos mesmos psicólogos, para que tratassem a heterossexualidade.

Na verdade, colocamos em discussão que a homofobia é uma homofobia que está em todos nós. É isto que precisamos discutir. Quando a Psicologia traz uma resolução como essa, não é somente para fazer que os psicólogos discutam a sua própria homofobia, mas para que a sociedade inteira coloque em discussão que a homofobia é muito mais do que um assassinato. É preciso entender que a tentativa de fazer que uma existência seja normatizada segundo um critério que não seja partir desse próprio sujeito, isso também é uma forma de assassinato. Quantos de nós fomos e somos cotidianamente assassinados em nosso direito de existir da maneira como escolhemos? É essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Sr. Pedro.

Sra. Rosilea, permita-me, antes de lhe passar a palavra, ouvirmos primeiramente a Edith, que pediu para se pronunciar na sequência.

Com a palavra a Dra. Edith Modesto.

A SRA. EDITH MODESTO – Desculpe-me, quero falar uma coisa bem dirigida ao Dr. Pedro Paulo Bicalho.

Sou Edith Modesto e trabalho com um grupo de pais de homossexuais, de LGBTs, e trabalho com jovens. Já passaram mais de 2 mil jovens pelo meu projeto. Uma das minhas maiores dificuldades são os psicólogos. Tenho pavor de psicólogo, porque atrapalham o nosso trabalho de uma maneira incrível!

Tenho a seguinte experiência: fui chamada pelo Instituto de Psicologia da USP, Universidade de São Paulo, para dar um curso de *pós-lato sensu* para psicólogos do Acre. Se não me engano, dei dezoito horas de aula num hotel em São Paulo para mais de 440 psicólogos. Foi um horror! As perguntas eram terríveis, terríveis, terríveis! Eles não sabiam absolutamente nada de diversidade de orientação sexual nem de questões de higiene. Eles confundiam uma coisa com outra.

Portanto, a minha “pergunta-sugestão”, já que estamos falando de escola, é esta: por que nas faculdades de psicologia não se estuda isso, meu Deus do céu?! Por quê? Por que eles não sabem nada?

Esta é a minha experiência. Os psicólogos, a maioria, fazem terapia de reversão dissimulada. Tenho uma terrível dificuldade. Em São Paulo só tenho três psicólogos para me ajudar no meu trabalho. O que faço? Exijo que façam curso de terapia afirmativa, que foi trazida dos Estados Unidos pelo Dr. Clécio Borges. Se não faz o curso, eu não mando ninguém, porque fico com medo. Tenho medo dos psicólogos, tenho medo deles!

Peço, por favor, Dr. Pedro, com sua influência, que o senhor verifique a possibilidade de que haja isso na escola, na faculdade de Psicologia. Os psicólogos precisam entender de orientação sexual e de diversidade de gênero. Eles precisam entender, como quer o Beto, de *gays*, de *lésbicas*, de *transexuais*, de *travestis* e de *transgêneros*. Eles precisam saber o que é isso! Eles não sabem!

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Edith. Com a palavra o Sr. Pedro, a quem peço agilidade.

O SR. PEDRO PAULO BICALHO – Só queria ampliar, Dona Edith, esse “eles” para “nós”. Todos nós precisamos entender sobre isso. Todos precisamos discutir isso.

Quero dizer que tem muito psicólogo que não é esse bicho papão, viu! Temos três psicólogos aqui.

A SRA. EDITH MODESTO – Não, a universidade como um todo. O psicólogo é muito importante para nós, porque a criança que é rejeitada pelos pais, que é discriminada na escola e que sofre homofobia precisa da ajuda dos psicólogos, certamente. Os pais precisam da ajuda dos psicólogos, certamente. É um tipo de pessoa que precisa muito da ajuda dos psicólogos. Por isso chamei a atenção para essa faculdade.

O SR. PEDRO PAULO BICALHO – É por isso que existimos. Também sou professor, da UFRJ. A minha militância hoje visa formar mestres e doutores comprometidos politicamente com essa questão. Pode ser uma coisa bem pequenininha, mas é o início.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Passo a palavra à Dra. Rosilea, pedindo que use o seu tempo devidamente.

A SRA. ROSILEA WILLE – Vou tentar, Deputado, mas foram tantas provocações, que seria necessário ter tolerância comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Seremos tolerantes, Dra. Rosilea. Fique à vontade, por favor.

A SRA. ROSILEA WILLE – Vou pegar esse gancho final. Na verdade, a nossa preocupação, a do Ministério, divide-se em dois momentos: a formação inicial, que está na universidade, e a continuada, de quem já está trabalhando. Há dois momentos.

O Sr. Caio provocou: *“A responsabilidade é do MEC, quando fala no negócio da psicologia.”* Sabemos disso. E, sabendo disso, uma das primeiras ações que essa Coordenação teve em 2007 foi estabelecer uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia e com a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, para se trabalhar a questão dos direitos humanos com todos os dezesseis Conselhos Regionais de Psicologia. Esse projeto foi finalizado este ano. Em breve sairá uma publicação em que se pensa na formação inicial. Essa foi uma ação desenvolvida.

Para dar seguimento a essa ação, estamos fazendo um trabalho com a Ana Bock, que foi Presidenta do Conselho Federal de Psicologia e professora da Universidade Católica de São Paulo. Nesse trabalho que estamos fazendo com a Ana Bock, ela está discutindo ambiente escolar e aprendizagem, pensando a formação da psicologia. Esse é um trabalho, a formação inicial.

Na formação inicial, também temos um trabalho que foi iniciado exatamente por uma provocação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que é pensar diretrizes de educação em direitos humanos para a formação inicial para todos os cursos. Este ano começamos com sociologia, filosofia e pedagogia. É um projeto que está dentro de uma ação do PPA na Secretaria Especial de Direitos Humanos. E é uma das ações de responsabilidade da Secad essa que estou dizendo.

Pensando na formação inicial, portanto, temos essas ações.

Nesse projeto das diretrizes, sinto falta neste debate das associações profissionais. Por que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) não são chamadas? Quando falamos de formação inicial, temo que às vezes ficamos repisando pontos que já são batidos e que, naqueles que deveríamos trabalhar para enfrentar onde o problema começa, por vezes não o fazemos. Sinto falta da Anfope e especialmente da Anped neste debate.

O Andes está presente, e achei muito bom o que a Sra. Tereziinha falou. Faço coro, acho que a questão do ensino na universidade sobre homofobia é muito frágil.

Por isso, esse projeto das diretrizes começa em três cursos. No ano que vem devemos ampliar. Inicialmente, vamos priorizar as licenciaturas, mas deve ser ampliado para toda a formação inicial.

Na questão da divisão — tentei fazer uma divisão metodológica, para organizar o pensamento, pensando na formação inicial e na continuada —, acho que sobre tudo isso paira a ausência da Profa. Clélia Craveiro, cuja ausência quero lamentar com todos. S.Sa. é Presidenta do Conselho Nacional de Educação, que tem a

Câmara de Educação Básica e Câmara de Educação Superior, que orienta todo o trabalho de educação no País em instância federal.

Precisamos ter clareza: o Brasil optou por uma forma descentralizada de fazer política. Ao MEC compete um conjunto de políticas que muitas vezes não são determinadas para a Secretaria de Estado da Educação.

O representante do Conselho Estadual de Educação de Goiás está presente, o que acho maravilhoso, porque também deveríamos contar com a presença da representação nacional dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

O MEC emite uma diretriz, como temos feito — e eu fiz questão de dizer isto, Deputado —, e segundo o breve levantamento que fiz dos projetos que estão no âmbito da coordenação da Secad, nos últimos 4 anos investimos nesse campo de gênero em torno de 22 milhões de reais, mais do que isso. O MEC tem um compromisso com esse tema.

Sr. Caio, quanto à publicação que não saiu, eu não sei qual é a publicação, não sou da área de publicações do MEC, mas podemos verificar o que está acontecendo. Contudo, por isso não se pode desqualificar um grande trabalho que está sendo feito, porque há um trabalho sendo feito, de gente muito comprometida com esse tema, não só da Secad, porque a Secad não funciona certificando professores. Nós trabalhamos hoje em aproximadamente cinquenta universidades brasileiras, a maioria universidades públicas, que formam professores para o enfrentamento da homofobia. Portanto, não é só a Secad. Quando avaliamos o trabalho do MEC, avaliamos um conjunto de ações que estão sendo feitas em parceria, porque essa formação lá na ponta não é o MEC que está fazendo.

O que o MEC está fazendo? Apoiando as universidades, incentivando, fomentado, pagando ações para os professores lá na ponta. Muitas vezes enfrenta resistências do sistema de ensino — e não são poucas vezes. Eu poderia perguntar isso para alguns dos presentes, inclusive para o próprio professor que participou da formação que o MEC fez em parceria com a UnB — nós não a fizemos diretamente. Eu estava lá. O professor trouxe um relato que nos sensibilizou a todos e fez que também pensássemos em

como replicar uma experiência como aquela. É isto que temos tentado identificar, onde estão as boas experiências, para que possamos dizer: *“Olha, gente, tem uma experiência aqui que vocês podem olhar e verificar como funciona”*.

Em relação ao tratado da questão de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, Sr. Beto, sobre não falar o nome eu não concordo com o senhor, porque o MEC não se tem omitido de falar esse nome, tanto que o MEC tem um grupo de trabalho instituído desde 2005 para tratar do tema na educação. Eu quero que digam quais são os outros Ministérios que têm instituídas, por portaria do Ministro, esses grupos de trabalho. Quero discutir o assunto!

Como disse a Andréa, ótimo, vamos trazer os grupos que estão discutindo e vamos avaliar. Na Assistência Social, quantos assistentes sociais estão qualificados para trabalhar com esse tema?

Eu acho que a escola, sim, é um inferno! Sr. Beto, nisso tenho acordo com o senhor. Nós estamos lutando para melhorar o salário do professor, nós estamos lutando para trabalhar com temas que não têm sido fáceis na educação. Nós estamos trabalhando internamente.

A Sra. Tatiana trouxe uma enorme contribuição para nós na Secad. Quando a Sra. Debora Diniz e a Sra. Tatiana Lionço publicaram a pesquisa, trouxeram uma enorme contribuição. Outras pessoas que estiveram aqui hoje também deram uma grande contribuição para tentarmos mudar o edital do Programa Nacional do Livro Didático.

Não sei se os senhores sabem como funciona isso: o edital do livro didático é dirigido às editoras. Eu faço no ano de 2009 para influenciar a seleção dos livros em 2011. Isso não é fácil, não faço hoje e mudo amanhã. Não é simples assim! Eu não consigo mudar um currículo de um sistema de ensino de um ano para o outro.

E digo outra coisa: as pactuações que temos que fazer com os sistemas de ensino não são assim fáceis. Nós temos um sistema federativo, e as pessoas têm as suas responsabilidades e têm que ser respeitadas naquilo que estão fazendo.

Na questão do Conselho Nacional de Educação, quero dizer que essa coordenação não é específica para tratar do tema LGBT.

Ela trabalha com o tema LGBT, trabalha com a questão das mulheres, trabalha com a questão das crianças.

Dirijo-me à Sra. Perla, do Conselho de Educação. Preocupa-me tremendamente ser responsável por representar o MEC no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e não ver uma representação LGBT lá dentro. Tenho sido porta-voz desse tema lá! Nós conseguimos passar uma ficha de inscrição para a 8ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, que acontece de 7 a 10 de dezembro, em que se colocou pelo menos a identificação da orientação sexual — e isso não foi fácil.

Quero ver entrarem dentro do Conanda e ajudarem nessa construção interna, porque isso, sim, democratiza este País e assegura o acesso das crianças LGBT nos sistemas de ensino!

Acho que nos movimentos dos direitos da criança a discussão LGBT é muito frágil. Tenho ido a várias conferências, inclusive à que ocorreu no DF. E fui a outros lugares, inclusive ao Rio de Janeiro.

Portanto, em relação a esse tema, a escola é um inferno. Não estou eximindo a escola, não. Acho que temos muita coisa para enfrentar. Contudo, não se pode setorizar. Na verdade, essa construção social precisa ser feita para as outras carreiras, mas os outros conselhos de direitos não a estão incorporando. Assim, ficamos na educação trabalhando e trabalhando.

Acho que esse tema tem de ser a pauta principal dos direitos da criança, dos Cedeca's. Participei na semana passada de reunião com todos os Cedeca's, os quais o MEC. Quando cito a questão da homofobia, todo mundo se conserta: "Como está a questão dos travestis menores de dez anos?" E é isto que me perguntam: "Rosilea, tem?!"

Essa a realidade que tenho vivido. Sou Coordenadora de Direitos Humanos do MEC e também tenho minha vida pessoal. Também sou militante de direitos humanos. Trabalhei na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), dentro das unidades de Quintino, dentro das escolas fechadas. Quero ver qual é a discussão que estamos fazendo sobre os meninos adolescentes LGBTs que estão nas unidades de internação, que passam

por situações absolutamente vexatórias. Há vinte anos, quando trabalhei naqueles lugares, era assim, e a situação permanece até hoje! É algo muito sério!

Assumo, Deputado, que o MEC tem muita coisa para fazer. Dizer que o Ministro não tem compromisso com essa agenda não é verdade. Há ação política do Ministério.

Para finalizar, digo que fico muito sensibilizada com os relatos que vemos. Isso dói na pele. Nós que militamos com direitos humanos sofremos. Contudo, cabe a nós a responsabilidade de prestar conta. Tudo que foi avaliado aqui foi devidamente registrado. A Assessora Parlamentar do Ministro da Educação esteve presente até meia hora atrás, a Sra. Paula. Falei com ela para registrar bem tudo, porque isso para nós é importante.

Como representante do Ministério, agradeço as críticas. Acho que muita coisa precisa melhorar e que podemos fazer melhor do que estamos fazendo. Para isso, precisamos do apoio da Câmara dos Deputados, Deputado Iran Barbosa. Temos diretrizes nacionais emitidas por sistemas de ensino. Por exemplo, a Lei nº 11.525, que a Câmara editou em 2007, obrigou o ensino dos direitos da criança e do adolescente na escola. Portanto, hoje estou trabalhando muito pesadamente em traduzir o Estatuto, porque é preciso ensinar o Estatuto da Criança na escola tendo como referência o Estatuto, mas quem aqui domina o Estatuto? Imaginem o professor, que é mal pago!

Estamos lutando para melhorar o salário dos professores, e há uma série de Estados que são contra. O Ministro vem defendendo, nesta Casa, o direito de os professores terem um salário decente e terem uma carga horária que os permita tempo para pensar! Isso não existe!

Acho que essas críticas para nós são muito bem-vindas. Vamos considerá-las, cada uma delas. Eu fiz questão de registrar todas elas. Vamos considerá-las e continuar avaliando e melhorando nosso trabalho.

O Ministério está absolutamente à disposição para vir a qualquer outra audiência que a Câmara queira fazer. Estaremos à disposição para ouvir, trocar ideia e melhorar o que estamos fazendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Muito obrigado, Rosilea.

Mais uma vez reitero: leve os cumprimentos das Comissões que promovem este debate para o Ministro da Educação, Prof. Fernando Haddad.

Ainda temos três pessoas que querem pronunciar-se. A Sra. Perla está pedindo a palavra. Passo a S.Sa. imediatamente a palavra, e peço a cada um a compreensão da brevidade de tempo. Já são 15h e está havendo sessão, para a qual estou inscrito. Tentarei chegar a tempo.

A SRA. PERLA RIBEIRO – Serei breve. Quero apenas dizer que os Centros de Defesa, por meio do Centro de Defesa no Distrito Federal e da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), têm trazido essa discussão LGBT, não se têm esquivado de discutir isso. E nós temos uma discussão muito séria. Por quê? A partir da discussão sobre o enfrentamento à violência sexual surgiu a discussão sobre LGBT. Temos reforçado que a discussão LGBT deve vir antes. A questão da violência sexual não deve estar atrelada a isso. Não entendo que os Centros de Defesa se tenham eximido da discussão dessa questão.

Aceito a crítica de que o movimento da infância ainda é um movimento que discute pouco, sim, por ter bases muitas vezes conservadoras, baseadas numa postura assistencialista, caritativa, mas a postura dos Centros de Defesa é a defesa dos direitos humanos. Como eu disse inicialmente, temos um compromisso de trabalhar contra a hegemonia proposta tanto por meio do paternalismo quanto por meio do patrimonialismo, de uma sociedade homofóbica e machista. A defesa dos direitos humanos dos Centros de Defesa vem combater exatamente essa estrutura hegemônica posta.

Estamos fazendo, sim, essa discussão internamente na Anced, na Associação Nacional. Fizemos esse seminário e trouxemos o movimento LGBT, porque reconhecemos a importância de trabalhar com eles essa questão, porque existem muitos equívocos. Isso foi extremamente enriquecedor.

Essa Carta de Brasília foi encaminhada ao Conanda, ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança. Temos propostas para a

construção do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a política nacional que vai ser construída a partir da conferência. Temos a proposta de trazer essa discussão LGBT, pois crianças e adolescentes têm direitos sexuais, têm direito à sexualidade e ao desenvolvimento da sexualidade de forma saudável.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Sra. Perla. Obrigado pela contribuição.

Com a palavra a Sra. Tatiana, por favor.

A SRA. TATIANA LIONÇO – Eu gostaria de agradecer não apenas a oportunidade do meu pronunciamento mas também a oportunidade de ter escutado tantas contribuições relevantes para este debate.

Para finalizar a minha participação nesta audiência, eu gostaria de dizer que nos sensibiliza muito escutar narrativas pessoais, particulares, sobre os efeitos da homofobia na vida das pessoas e dos seus familiares. Eu considero isso extremamente relevante, confere muita densidade ao debate. Mas, assim como tentei deslocar na minha fala uma certa perspectiva identitária para uma ideia de diversidade sexual, e com isso ampliar o debate para toda a sociedade e não apenas para esses segmentos, eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que a filosofia política contemporânea — estou tentando deslocar-me dessas vozes particulares para produção de conhecimento em escala, um pouco mais “macro” — tem-se debruçado massivamente sobre o tema da homofobia como uma paradigma da compreensão, reflexão e crítica de processos de injustiças que não se pautam na desigualdade econômica, mas sim na desqualificação do status social das pessoas. Acho que este debate é fundamentalmente sobre reconhecimento e respeito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Sra. Tatiana, pelas contribuições importantíssimas.

Por último, passo a palavra ao Sr. Carlos Laudari, para suas considerações finais.

O SR. CARLOS LAUDARI – Na verdade, quero fazer apenas um agradecimento, pois estão todos com fome e, acima de tudo, há a questão do tempo.

Quero agradecer particularmente ao Deputado Iran Barbosa e à Deputada Fátima Bezerra a convocação para este encontro.

Agradeço, em público, a confiança que a ABGLT teve na Pathfinder, bem como ao Ministério da Educação e à Secad. Essa é uma triangulação de parceria que está sendo muito boa. Eu gostaria de realmente agradecer à Sra. Rosiléa e ao Sr. Toni. Por favor, transmitam ao Secretário André Lázaro o prazer que a Pathfinder está tendo ao trabalhar com esses dois parceiros. Acreditamos que o resultado vai ser muito bom. Estamos aqui para chegar a uma escola realmente sem homofobia.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Sr. Carlos.

Atendendo a uma solicitação, quero passar a palavra ao Sr. Beto.

O SR. BETO DE JESUS – Quero apenas conferir uma informação.

Sra. Rosiléa, na Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na Saúde e na Cultura existem grupos de trabalho (GTs) que funcionam com a comunidade LGBT, não só na Educação.

Se V.Sa. permitir, quero dizer que não é a primeira vez que, na defesa das questões do MEC, V.Sa. se reporta a questões de outras áreas. Questões de outras áreas discutimos com as outras áreas em outras conferências. Estamos discutindo aqui a questão da educação. A questão da educação vamos cobrar sim, e sempre, porque é a que estamos discutindo aqui.

Acredito que é do seu papel de gestora fazer a defesa em relação à área em que trabalha. Agora, novamente, reitero que as críticas que fazemos não são bem-vindas, não são suportadas, e temos um avanço tímido e pífio depois de oito anos com uma Secretaria criada inclusive para ter essa especificidade. Essa é uma avaliação não só minha, mas do movimento como um todo. Eu acho que aqui tem de ficar demarcado quais os papéis das pessoas.

Na condição de movimento social, estamos dizendo — os travestis estão dizendo, os *gays* estão dizendo, as lésbicas estão dizendo — que os avanços foram pífios. E não se pode ficar jogando, dizendo que se quer discutir com fulano com beltrano. Essas são discussões em outros âmbitos. Aqui estamos discutindo a questão do MEC, da educação, e, nesse sentido, os avanços não foram significativos.

Eu poderia relatar casos e casos de financiamentos de cursos a distância, em relação aos quais o movimento já disse que não concorda, e o MEC vive insistindo em cursos a distância, e não em cursos presenciais.

Eu poderia falar sobre um monte de avaliações aqui, mas não quero trazer essas discussões, estamos somente fazendo uma avaliação mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado.

Agradeço imensamente a todos a contribuição.

Como vimos, a audiência serve, inclusive, para explicitar tensões existentes, até porque é em cima das tensões que vamos avançando nessas questões.

Registro a presença do Deputado Pedro Wilson, que está pedindo a palavra e a quem solicito agilidade, porque estamos aqui há mais de 6 horas discutindo esse tema importante.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Pedro Wilson.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON – Sr. Presidente, estive aqui no começo da reunião, mas depois tive de sair, porque estamos recebendo três denúncias acerca de corrupção e de ameaça de um Vereador de uma cidade perto de Brasília, que fez uma CPI, posteriormente arquivada, apesar de todas as provas.

Então, peço desculpas por ter me ausentado durante uma parte da reunião.

Mas, Sr. Presidente, quero parabenizar a Comissão de Legislação Participativa, a Comissão de Educação e Cultura, a Frente Parlamentar e V.Exa. pela realização deste evento.

Quero também saudar a delegação de Goiás, bem expressiva aqui, o Toni Reis e o companheiro que está ali pela crítica. A propósito, faço uma sugestão, porque estamos prestes a realizar

a Conferência Nacional de Educação Básica, que deverá ter lugar em abril, depois de realizadas as conferências municipais e estaduais — e já tivemos várias municipais em Goiás e vamos ter a estadual. Vamos apresentar sugestões para que o processo educativo brasileiro possa avançar na denúncia do preconceito, da omissão, que ainda temos muito, às vezes, de forma velada.

Eu quero saudar também, na condição de ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e, agora, de Vice-Presidente, e também de integrante das Comissões de Educação e Cultura e de Legislação Participativa, uma das melhores participações sociais do Brasil aqui no Congresso, que, sem dúvida, é o movimento social LGBT.

Então, parabéns, Goiás; parabéns, Brasília; parabéns, Brasil por virem aqui fazer a crítica, porque tem de haver a crítica — esta Casa é de legislação, de fiscalização e de abertura. E a Comissão de Legislação Participativa é mais do que uma janela, é uma porta que de vez em quando tem de ser arrombada para que o Congresso Nacional possa tomar juízo e aprovar leis e políticas públicas para todos os brasileiros, sem discriminação.

Um abraço, felicidades, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Obrigado, Deputado.

Com o palavra o Sr. Toni Reis para as suas despedidas.

O SR. TONI REIS – Muito obrigado à querida Comissão de Legislação Participativa por todo o apoio que nos deu, nas pessoas da Sonia, da Gisele, enfim, de toda a equipe maravilhosa. Parabéns à Comissão de Educação, foi muito interessante este evento.

Quero também deixar aqui um apelo, Deputado Iran: no ano que vem vamos estar aqui novamente numa audiência, num seminário, o dia todo, para discutir e aprofundar de forma muito tranquila e legal esse tema, num diálogo com o MEC e com o movimento social.

Agradeço a todos os palestrantes que se dispuseram a ficar aqui até agora.

Obrigado, Presidente Iran Barbosa, pela disponibilidade, e vamos juntos lutar por uma escola sem homofobia, sem transfobia, sem lesbofobia, sem gerontofobia, enfim, vamos tirar das escolas toda e qualquer fobia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Peço desculpas àqueles que ainda gostariam de se pronunciar, mas não temos mais condições de conceder a palavra devido ao adiantado da hora.

(Não identificado) – Deputado, quero informar que a Conae tem um colóquio específico para tratar do tema da homofobia na escola. Então, há um colóquio na Conae já preestabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iran Barbosa) – Muito bem.

Será um espaço para o debate, e lá em Sergipe o pessoal o disputou.

Então, para concluir chamo a atenção do Plenário para dois aspectos. O primeiro deles é relativo ao fato de que, nos Estados Unidos, a Câmara dos Representantes aprovou neste mês a lei que torna crime federal agressão que tenha por motivo a orientação sexual, expandindo a lei sobre crimes por motivos racistas, aprovada após a morte de Martin Luther King. A proposta agora segue para o Senado dos Estados Unidos, e espero que lá as coisas andem mais agilmente.

E o segundo aspecto é sobre uma história que certa vez ouvi. Aliás, por formação, sou historiador. Ao ouvir essa história, disse que nunca a havia lido em nenhum livro nem tido referência bibliográfica a respeito. Mas, neste momento, acredito importante reproduzi-la. Pois bem. Num determinado momento, já avançado o Holocausto na Europa, alguém perguntou a Hitler quem seriam, depois das agressões todas aos judeus, os próximos inimigos do Reich. E quem me contou essa história disse que, com certeza, os próximos inimigos do Reich seriam os homossexuais, os palhaços e os diferentes de toda ordem, pois era o que dizia Hitler. Os diferentes de toda a ordem seriam os próximos inimigos do Reich, junto com homossexuais e palhaços.

Sinceramente, espero que esta audiência, junto com um conjunto de ações, sirva para que nós compreendamos que os diferentes de toda a ordem existem, porque o mundo é diferente.

O mundo é diverso. O mundo é plural. E o mundo comporta a existência de todos nós.

Faço votos de que, nas tensões e nas críticas, avancemos e consigamos, cada vez mais, construir aquilo que pretendemos com audiências como esta: um mundo que respeite a diversidade, um mundo que respeite o outro, em que todos tenhamos oportunidade para ser felizes. Afinal, nascemos para ser felizes. E é isso o que temos de fazer no mundo.

Muito obrigado a todos que estiveram presentes, obrigado pela oportunidade deste importante debate.

Esta foi uma das audiências de maior sucesso de que já participei — e foram muitas as reuniões de que participei aqui.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. Não deixemos passar essa oportunidade ímpar de participação popular no processo legislativo federal, através de suas sugestões Legislativas, estudos, pareceres e exposições de questões do interesse legislativo.

Assim, é imprescindível para o sucesso da iniciativa a participação das Assembléias Legislativas, das Câmaras de Vereadores, das Associações, dos Sindicatos, Universidades, órgãos de comunicação em massa e entidades da sociedade civil.

Recuperação de todas as fases do processo de seleção das Associações, dos Sindicatos, Universidades, órgãos de comunicação em massa e entidades da sociedade civil.

Reuniões para deliberação das fases das Associações, dos Sindicatos, Universidades, órgãos de comunicação em massa e entidades da sociedade civil.

Em 2001, foi criada uma nova Comissão Permanente na Câmara dos Deputados: a Comissão de Legislação Participativa. Não se trata de mais uma Comissão, trata-se de um fórum por meio do qual a sociedade civil organizada poderá intervir diretamente no sistema de produção das normas e das leis, apresentando sugestões para o aperfeiçoamento da legislação já existente ou para elaboração de novas normas.

Sua criação representa uma inovação de grande alcance, pois permite a aproximação da população de seus representantes.

Superar esse distanciamento exige a criação de mecanismos de participação constante e direta da população, de forma que as decisões representem a vontade autônoma e consciente dos grupos organizados.

A Comissão de Legislação Participativa trabalha com esse propósito. Assegura a toda a sociedade um espaço legítimo para defesa e discussão de Sugestões Legislativas, dentro da esfera legal.

Para que essa iniciativa seja bem sucedida, é necessário que a sociedade usufrua deste espaço que se encontra em pleno funcionamento, apresentando suas sugestões.

Siglário

A

ABCD	Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual
ABGLT	Associação Brasileira de <i>Gays</i> , <i>Lésbicas</i> , <i>Travestis</i> e <i>Transexuais</i>
Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
Anced	Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente
Andes	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Anfope	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
Anpad	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Antra	Articulação Nacional dos <i>Travestis</i> e <i>Transexuais</i>

B

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
-------	--

C

Cedeca	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
Cfemea	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLP	Comissão de Legislação Participativa
Conae	Conferência de Educação
Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social

D

DST	Doença Sexualmente Transmissível
-----	----------------------------------

F

Febem	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funabem	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

G

GLBT	<i>Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros</i>
GPH	Grupo de Pais de Homossexuais
GT	Grupo de Trabalho

H

HIV	<i>Human Immuno Deficiency Virus</i>
HSH	Homens que têm relações sexuais com homens

I

Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Inesc	Instituto de Estudos Socioeconômicos
Isdel	Instituto Ser Diferente É Ser Legal

L

LGBT	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais e Transgêneros
------	---

M

MEC	Ministério da Educação
MSM	Mulheres que têm relações sexuais com mulheres

O

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental

P

PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca Escolar
PP	Partido Prgressista
PPA	Plano Plurianual
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde

S

Secad	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Seed	Secretaria do Estado da Educação
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sinesp	Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde

U

Ubes	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília

UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	<i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i>
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

